

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

HELLEN LUISIE FLORENCIO GONÇALVES

A patologização da adolescência e a perspectiva psicossocial: reflexões a partir da Psicologia
Histórico-Cultural

Maringá
2024

HELLEN LUISIE FLORENCIO GONÇALVES

A patologização da adolescência e a perspectiva psicossocial: reflexões a partir da Psicologia
Histórico-Cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador: Fernando Wolff Mendonça

Maringá

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central – UEM, Maringá, PR, BRASIL)

Gonçalves, Hellen Luisie Florencio
G635p A patologização da adolescência e a perspectiva psicossocial : reflexões a partir da psicologia histórico-cultural / Hellen Luisie Florencio Gonçalves. -- Maringá, 2024.
111 f. : tabs.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Wolff Mendonça.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.

1. Adolescência. 2. Patologização. 3. Psicologia histórico-cultural.
4. Violência. I. Mendonça, Fernando Wolff, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

CDD 23.ed. 155.5



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia



HELLEN LUISIE FLORENCIO GONÇALVES

A patologização da adolescência e a perspectiva psicossocial: reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Fernando Wolf Mendonça
Presidente

Prof. Dra. Flávia Gonçalves da Silva
Examinadora

Prof. Dr. Alvaro Marcel Palomo Alves
Examinador

Aprovado em: 14/08/2024
Defesa realizada: Bloco 118 - Sala de Video.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Fernando, por me orientar e me apoiar no curso deste trabalho.

À professora Flávia e ao professor Álvaro, pelas contribuições fundamentais na banca de qualificação e ao meu desenvolvimento como pesquisadora.

À professora Renata, por ter aceitado ser suplente nessa banca, e pelas contribuições em minha graduação.

Ao Shiro, meu companheiro, meu amor. Por viver a vida comigo nos dias amargos e doces, recheando de sentido cada amanhecer. Você faz parte desse processo do início e além.

À Edilene, minha mãe, mulher trabalhadora, que me fortaleceu com todo o carinho durante esse processo, me dizendo que era possível, me fazendo acreditar na superação e me alimentando de esperança a vida.

À minha querida irmã e amiga, Helene, por acreditar desde sempre no meu potencial e estar presente comemorando cada avanço, cada conquista, com incentivos inesgotáveis.

À minha sogra, Susan, que me apoiou incentivou durante todo o processo, com muito afeto.

Aos meus amores peludos, Nadja, Angelo, Olga e Sandra Rosa Madalena (Rosinha). “Tinha um gato no meio do caminho”. Foi vocês que me adotaram. Obrigada.

Às minhas amigas Gabi e Rayanna, que me acolheram à distância, sendo colo e abraço neste período, como sempre foram.

À Ana Flávia, minha amiga veterana, por ter me ouvido, partilhado das minhas angústias e me incentivado durante todo o mestrado, e antes disso também, e por ser uma pesquisadora que me inspira.

À Babi por também partilhar as angústias, mesmo que à distância, com risadas e imitações.

À minha amiga Priscila, um presente do mestrado para a vida. Pelo nosso encontro e pelo florescer da nossa amizade, estendo ao Thiago e ao Emanuel.

Às amigas, Nair e a Thais, que coloriram a morada em uma nova cidade com carinho, companheirismo e risadas.

Aos docentes da Universidade Estadual de Maringá, em especial às professoras Adriana e Sylvia Mara.

À Celinha, pelas boas conversas e risadas. E por ser uma grande referência na Psicologia Histórico-Cultural.

Ao Netto, por ter realizado o curso *Suicídio: fundamentos para uma abordagem crítica desde o Materialismo Histórico-Dialético*, que foi fundamental para a minha formação. E também pelas boas conversas.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Estadual de Maringá.

A mim, que não sucumbi.

*Se a raiva se esvai em vão
Sem laço, sem chão, sem voz
Marcha veloz rumo ao abismo
Se a vida atropela, então
O que há de melhor em nós
Um passo atrás talvez revele outro caminho
Escreve a frase no espelho
Pra que se confunda com teu próprio rosto
E cada olhar sobre si mesmo traga à boca o gosto
Não esquecer!
Não esquecer!*

*Um corpo que cai do penhasco, engana-se como convém
Ao longo da queda, repete pra si: Até aqui tudo bem
Lá, onde dorme a chama
Quero ir lá, onde cala a voz
Por baixo das máscaras, do peso que esmaga
Mesmo desfigurada a vida ainda pulsa e estende o braço
Abra espaço! Abra espaço!
Não há solução dentro do teu conforto!
Não há solução sem um passo atrás!
Vela a passagem do tempo
Pesa o que se desperdiça
O que se fez do teu canto
Que já não mais expressa espanto
E cala conivente enquanto a vida grita
Abre o sentido da angústia
Ao drama da dor coletiva
Sopro da chama que acende
Em meio à farsa não se rende
Um aviso de incêndio indica uma saída
Desce até a origem das coisas
Encara a ferida que liga a desgraça a você
Tece, com raiva e paciência
As tramas da fuga pra além dos pulmões do poder
Jura vingança ao massacre
Cultiva a recusa e abraça aqueles que estão
Sempre a contravento em contramão*

Incêndios - El Efecto

Gonçalves, H. L. F. (2024). **A patologização da adolescência e a perspectiva psicossocial: reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

RESUMO

Este trabalho é uma dissertação de natureza teórico-conceitual, que tem como objetivo desenvolver argumentos e reflexões a partir dos pressupostos teórico-conceituais da Psicologia Histórico-Cultural sobre a patologização da adolescência como uma forma de violência contra o processo de desenvolvimento. O caminho para desenvolver esta dissertação foi organizado nos seguintes objetivos específicos: analisar a violência e suas diferentes formas de expressão por meio da ideologia; apresentar os aspectos centrais do desenvolvimento da adolescência a partir da Psicologia Histórico-Cultural e apresentar e discutir possibilidades de minimização e superação da patologização da adolescência. Para cumprir estes objetivos, o trabalho foi organizado em três capítulos, o primeiro dedica-se em apresentar a violência no conceito amplo e a sua relação com a ideologia no cenário das condições histórico-objetivas de produção e reprodução da vida na sociedade de classes. No segundo capítulo teve como finalidade discutir os processos do desenvolvimento do psiquismo e da personalidade com foco na adolescência como período do desenvolvimento humano. O terceiro capítulo teve como objetivo o desenvolvimento dos nexos da patologização da adolescência como violência e os processos de sofrimento e adoecimento psíquico, e por fim a introdução de alternativas que superem o processo de patologização da adolescência. Ao término dos capítulos, foram apresentadas algumas considerações reflexivas sobre as necessidades de estudos futuros.

Palavras-chaves: Adolescência. Ideologia. Patologização. Psicologia Histórico-Cultural. Violência.

Gonçalves, H. L. F. (2024). **The pathologization of adolescence and the psychosocial perspective:** reflections from Historical-Cultural Psychology. Thesis (Psychology Master's), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

ABSTRACT

This thesis is theoretical and conceptual in nature and aims to develop arguments and reflections based on the theoretical and conceptual assumptions of Historical-Cultural Psychology on the pathologization of adolescence as a form of violence against the development process. The path to develop this dissertation was organized by the following specific objectives: to analyze violence and its different forms of expression through ideology; to present the central aspects of the development of adolescence based on Historical-Cultural Psychology; and to present and discuss possibilities for minimizing and overcoming the pathologization of adolescence. To achieve these objectives, the work was organized into three chapters. The first chapter is dedicated to presenting violence in the broad concept and its relationship with ideology in the context of the historical-objective conditions of production and reproduction of life in class society. The second chapter aimed to discuss the processes of development of the psyche and personality, focusing on adolescence as a period of human development. The third chapter aimed to develop the links between the pathologization of adolescence as violence and the processes of suffering and mental illness, and finally to introduce alternatives that overcome the process of pathologization of adolescence. Throughout the chapters, some reflective considerations were presented on the needs for future studies.

Keywords: Adolescence. Historical-Cultural Psychology. Ideology. Pathologization. Violence.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de violência segundo a Lei 13.431/2007	19
Tabela 2 – Fatores de risco	85
Tabela 3 – Diretrizes da saúde mental da criança e do adolescente	90
Tabela 4 – Síntese da relação entre sofrimento psíquico, patologização e adoecimento psíquico	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 SOBRE A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA	14
1.1 A violência no cenário do capital	15
1.2 Os fundamentos ideológicos da violência	26
1.3 Violência como ideologia	29
1.4 Patologização como violência ideológica	33
2 A ADOLESCÊNCIA PARA A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	41
2.1 O desenvolvimento humano e seu caráter fundante	44
2.2 O desenvolvimento do psiquismo	47
2.3 A atividade e a dinâmica da constituição da personalidade	51
2.4 A adolescência como período do desenvolvimento humano	58
3 A PATOLOGIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA E O SOFRIMENTO PSÍQUICO	74
3.1 O sofrimento psíquico a partir da Psicologia Histórico-Cultural	81
3.2 Breves reflexões do sofrimento ao adoecimento psíquico: a autolesão não suicida na adolescência como ilustração	84
3.3 Fluxograma geral de atendimento psicossocial a adolescentes em sofrimento e ou adoecimento psíquico	89
3.4 Reflexões sobre alternativas à patologização da adolescência	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresentamos as reflexões e sínteses que foram desenvolvidas acerca da patologização da adolescência. Este processo não foi linear, porque a história não é, e tampouco as particularidades que a atravessam não são. No contexto da realização do projeto de pesquisa, a concretude da realidade, em sua forma imediata e sensível, foi degustada na contramão de qualquer idealização individual. Isto é, a unidade teórico-prática/ciência-profissão se traduziu na construção de uma pesquisa gestada em uma conjuntura de contato com a violência em suas mais diversas facetas. Explicarei melhor nas próximas linhas.

O contexto deste trabalho é iniciado no cenário fatídico de uma pandemia (COVID-19) de dimensões jamais vistas antes, a qual, segundo os dados oficiais, vitimou 708.237¹ brasileiros; resultou na transição para uma dita ‘normalidade’ e seus efeitos/consequências, que desnudou ainda mais as mazelas da desigualdade de acesso aos meios de subsistência, determinaram particularmente esse período. Sabe-se que o acirramento e aviltamento das condições de vida na sociedade de classes para uma parcela da população ocorreu de maneira ímpar nesses últimos anos. Considerando este período, bem como os elementos de base para o desenvolvimento do capitalismo, observa-se o surgimento cada vez mais escasso de possibilidades de humanização dos que trabalham, constroem e reproduzem a sociedade, isto é, os trabalhadores.

Nesse contexto, das experiências profissionais particulares, fui introduzida no campo da Assistência Social, atendendo diretamente as crianças, os adolescentes e suas famílias. E por meio da práxis observei um movimento diluído ante a adolescência, qual seja, o seu processo de patologização.

Para iniciar a discussão, compreendemos que estes fenômenos se engendram no interior do cenário de violências oriundas e de características próprias do modo capitalista de organização da vida. O que nos fez visitar a constituição da violência desde sua perspectiva psicossocial, com base em seus aspectos constitutivos: a estrutura formal do ato, o caráter pessoal, as suas possibilidades e o seu fundo ideológico (Martín-Baró, 2003). Estes elementos possibilitam a análise da violência para além de suas características aparentes. Nesse movimento compreendeu-se que se atentar à ideologia como parte integrante da violência, e como meio de sua perpetuação, se apresenta como cenário fecundo para a patologização, visto que essa última é compreendida, nesta análise, como um tipo de violência. Como nexos,

¹ Para mais, ver em: www.infoms.saude.gov.br

partimos de uma abordagem ampla sobre a ideologia, também a partir de seus elementos constituintes: a relação intrínseca entre ideologia e dominação, ideologia como artifício de camuflagem da realidade e naturalização das relações de dominação e ideologia enquanto processo de exposição de perspectivas particulares como se fossem universais (Iasi, 2011).

Nessa organização, apresentamos a patologização como violência ideológica. Compreendemos, como ponto inicial, que a patologia é o campo de estudo que se ocupa das anormalidades da saúde. Isto é, o referido campo compõe um binômio: normalidade *versus* anormalidade, e essa oposição é edificada nos preceitos da medicina enquanto ciência que, na história de sua consolidação, esteve no lugar de enunciar o que no âmbito da saúde escapa dos limites do padrão normativo. Entretanto, chamamos de patologização a dinâmica de ultrapassar suas finalidades; atropelando esferas da vida as quais suas competências não possuem instrumentalização. Deve-se considerar que a patologização é um desdobramento dos processos de medicalização da vida social (Almeida, 2018). Deste modo, no primeiro capítulo, os esforços foram de apresentar esses conceitos e as suas relações, alçados na perspectiva histórico-cultural e seu respectivo método, o materialismo histórico-dialético.

O segundo capítulo deste trabalho foi dedicado à adolescência, que é considerada, predominantemente, como um período etário, que possui algumas variações nos documentos oficiais. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera a adolescência como o período da vida dos dez aos dezanove anos, a Organização Mundial de Saúde (1965) e o Ministério da Saúde (MS)² dos dez aos vinte anos de idade, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dos doze aos dezoito anos de idade.

No entanto, o bojo da discussão apresenta a adolescência na sua constituição ontológica, como um período do desenvolvimento humano que possui um caráter histórico-social, isto é, como a conhecemos, o que atribuímos de características desta idade não é natural, não está encerrado nas determinações biológicas. Nesse sentido, buscou-se superar as visões reducionistas acerca dos processos que envolvem este período, apresentando a tônica de seus aspectos de desenvolvimento. Afinal, a compreensão da adolescência a partir da Psicologia Histórico-Cultural é de natureza histórico-social,

. . . com o advento da adolescência o indivíduo insere-se em novos tipos de relações sociais distintas daquelas vivenciadas durante a infância, portanto, a passagem da infância para adolescência é marcada pela inserção em novas formas de vida social e pela alteração do lugar ocupado pelo adolescente nas relações diárias com os adultos que o rodeiam (Melo et al., 2024, p. 9)

² Para mais, ver em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-adolescente>.

Abordou-se as diferenças que marcam a idade de transição, desde os processos de desenvolvimento do gênero humano e seus fundamentos, do psiquismo, da atividade e da personalidade, e do desenvolvimento da comunicação íntima pessoal e do pensamento conceitual; afastando, assim, a lógica de que o período é sintetizado pela maturidade biológica. Inclusive, vale antecipar que a patologização se realiza na adolescência, como um processo reducionista quanto ao caráter social de seu desenvolvimento. A adolescência carece de uma atenção voltada ao período presente, pois, há uma série de preocupações que se voltam ao futuro, a transição para a vida adulta, mas as demandas concretas e atuais do adolescente são marginalizadas.

O terceiro capítulo, foi dedicado ao processo de patologizar a adolescência e suas implicações com o sofrimento psíquico. Nos esforços em apresentar o caráter duplo dessa relação, foi apreendido que o primeiro aspecto reflete sobre a forma que se intervém na dinâmica desse período do desenvolvimento e o segundo como meio que fundamenta a própria compreensão dos adolescentes sobre si (relação inter e intrapsicológica), neste período de sua constituição.

Os transtornos, diagnósticos, nomenclaturas e categorias, converteram-se em discursos autoexplicativos sobre a experiência de sentimentos e emoções e da natureza do sofrimento psíquico, guardando em si a sobreposição biomédica em deletério às humanas e por assim dizer sociais, “estou/sou depressivo” ao invés de “estou/sou triste, porque...”. Nesse sentido, na lógica explicativa sobre os processos oriundos ao desenvolvimento da adolescência, compreende-se que o caminho da patologização inscreve-se como um atalho que produz encurtamento das relações causais, ou seja, uma invisibilidade dos processos vivenciais. Apresentamos também uma diferenciação dos processos de sofrimento psíquico e adoecimento psíquico, apresentando suas aproximações e diferenciações. Para realizar um elo dessa discussão, foi apresentada uma breve reflexão sobre a Autolesão Não Suicida (ALNS) na adolescência, e suas conexões com o sofrimento e o adoecimento psíquico. A ALNS é um fenômeno que pode ser definido pela agressão direta e intencional do próprio corpo com resultado não fatal e sem intenção suicida consciente (Avanci et al., 2023).

Foi possível apreender que as alternativas postas para ‘lidar’ com essas situações e com as que derivam dessas expressões, pouco dizem sobre a sua causalidade, mas estão dedicadas em resoluções individualistas e pontuais. Podemos também considerar os crescentes diagnósticos de Transtornos de Ansiedade, de Personalidade e Depressão como expoentes da intensificação mencionada.

Quando adentramos para além da aparência das expressões do sofrimento, temos como orientação refletir sobre como a adolescência e as dinâmicas que estão imbricadas a este período do desenvolvimento têm sido compreendidas histórico-socialmente. Nesse sentido, considera-se que uma das lentes pelas quais têm se apropriado do fenômeno é a patologização. Visto que, por mais que nos próprios estudos atente-se sobre as condições sociais de produção de sofrimento, ainda há uma quebra, uma certa desassociação, que pende para elucubrar no indivíduo, isto é, no adolescente, as próprias condições do seu sofrimento.

Como recorte e ilustração da discussão, sem desconsiderar as raízes anteriores, Lima e Caponi (2011) apresentam como no Brasil, há aproximadamente 13 anos, se iniciou uma força-tarefa da Psiquiatria, com uma nova subespecialidade, com foco na infância e adolescência. O principal objetivo dessa incursão da Psiquiatria na dinâmica do desenvolvimento humano é prevenir e prever os possíveis transtornos mentais, não obstante as primeiras experiências dessa força-tarefa se constituírem no ambiente escolar.

É introduzido o protagonista, o médico psiquiatra, especialista em desenvolvimento, em infância e adolescência. Ele repete a informação de que os transtornos mentais começam na infância, esse é o conteúdo a ser inculcado na cabeça das pessoas, da população, por inúmeras repetições. Prevenção de doença e detecção de risco aqui são a mesma coisa. Na lógica de que a criança é o futuro adulto, apresenta a proposta, o produto: um trabalho preventivo. A criança não existe em si, é somente um vir a ser, o futuro adulto. O risco não é para a criança, mas de vir a ser um adulto doente e perigoso, desviante da conduta adequada. (Lima & Caponi, 2011, p. 1321)

O fundamento central dessa premissa é a lógica que o curso do desenvolvimento humano se efetiva por aspectos plenamente biológicos, nos quais o transtorno/doença mental, apresenta o curso natural de qualquer outra patologia orgânica. Esses aspectos escondem o sujeito que se encontra em sofrimento, nesse caso crianças e adolescentes, enfatizando a doença, ou o vir-a-ser dessa possível “doença”.

A dinâmica de concentrar-se na doença, no transtorno, e não no sujeito, se voltam para a construção de um cuidado centrado na utilização de psicotrópicos, explicações que enfatizam os aspectos biomédicos em detrimento das condições reais de vida; além disso, reforçam que os conflitos sociais são causados por condições médicas não estabelecidas preventivamente - esse processo também pode ser denominado como medicalização da vida (Caponi, 2018; Caponi, 2020).

De modo que os próprios serviços organizados para atender as demandas de sofrimento e adoecimento psíquico de crianças e adolescentes vão se moldando a partir da lógica em que

os diagnósticos e as próprias formas de redução tomam o espaço de compreensão sobre o indivíduo.

Deste modo, o caminho percorrido, da pesquisa intitulada *A patologização da adolescência e a perspectiva psicossocial: reflexões desde a Psicologia Histórico-Cultural*, de natureza teórico-conceitual, teve como metodologia a análise dos conceitos fundamentais para o desenvolvimento da discussão. O centro da reflexão foi fundamentado nos pressupostos do materialismo histórico-dialético e em autores e pesquisadores do campo da Psicologia Histórico-Cultural. O objetivo geral consistiu em apresentar argumentos sobre como a patologização da adolescência é um tipo de violência contra o desenvolvimento. Para isso, como trajetos para sua realização, os objetivos específicos foram dedicados em apresentar e analisar a violência e suas diferentes formas de expressão por meio da ideologia; apresentar os aspectos centrais do desenvolvimento da adolescência a partir da Psicologia Histórico-Cultural; apresentar a dinâmica da patologização na adolescência e discutir suas possibilidades de superação. Nesse sentido, evidenciou-se, a necessidade de se debruçar sobre a adolescência de um tipo específico de patologização e de processos de medicalização

Deste modo, a patologização da adolescência é compreendida como uma forma específica de violência, que implica no processo deformativo da constituição e dinâmica da personalidade, bem como da compreensão sobre esse desenvolvimento. A escolha em se abordar o problema da patologização da adolescência a partir da práxis psicossocial, entre as distintas alternativas postas no tocante da dimensão da ciência psicológica, não está encerrada neste trabalho, e, mais do que isso, é inserida como um conjunto de reflexões introdutórias; como um aceno para a necessidade de continuação. Contudo, abrevia-se que nessa seção, com um caráter ensaístico, será apresentada uma discussão da práxis psicossocial engendrada desde os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, para fins de suscitar contribuições que caminhe em sentido oposto ao processo de patologização da adolescência.

1 SOBRE A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Este primeiro capítulo, que inicia o presente trabalho, tem por finalidade apresentar os conceitos de violência e ideologia, a partir da concepção marxista e da dimensão sócio-histórica. Ao abordar os referidos conceitos, buscar-se-á engendrar reflexões argumentativas que contribuam para o debate da patologização da adolescência. Mas, uma vez que essas relações estão postas na realidade, não serão imediatamente perceptíveis. Deste modo, a nosso juízo, é necessário principiar recorrendo a uma análise sobre a violência, no que tange os aspectos fundantes a esta discussão.

Circunscrever a violência, para além de sua dimensão superficial, caminha na premissa posta por Martín-Baró (2003) em que mais do que descrever os atos de violência, é necessário compreender o que a constitui. Inicialmente, apoiamo-nos em Pino (2007), que expõe uma discussão sobre o aspecto semântico-conceitual da palavra violência, em que, assim como outras palavras, produz de forma evocativa a transcendência de seu sentido em prejuízo ao seu significado. O autor afirma que frequentemente o conceito de violência está relacionado a crime e agressão, mas isto seria um equívoco. Visto que o crime está ligado ao campo legal/jurídico, o de agressão diz sobre o ataque ou defesa em situações de ameaça. A violência é também vulgarmente atrelada à irracionalidade, ao traduzir suas expressões como contrárias à humanidade. Sobre essa relação, Pino (2007) sintetiza que,

A natureza cultural do homem lhe confere a capacidade de atribuir significação às ações, cujo caráter polissêmico lhe impõe a necessidade de interpretá-las antes de decidir realizá-las ou não, mesmo quando as circunstâncias sociais em que está envolvido despertem nele impulsos agressivos de origem natural (sub-cortical), pois estes passam, necessariamente, pelo controle das áreas corticais do cérebro, sede das atividades de interpretação e de decisão. Portanto, não se justifica qualificar de “animais” as reações agressivas, criminosas ou violentas do homem. (p. 769)

As discussões que advogam da violência como produto irracional da humanidade - ou como forma primitiva, animal -, corroboram com o ocultamento de peças fundamentais para a sua compreensão, encurtando ou encerrando algumas reflexões necessárias. Deve-se acrescentar que essa reflexão é liderada por diversas vias dentro da cultura, como é o caso do campo da religiosidade. Segundo Pino (2007, p. 776) “a representação do mal como um componente da natureza humana é muito antiga. Ela encontra suporte nos grandes sistemas religiosos e morais que marcaram a história humana, em particular o judaísmo e o cristianismo.” Assim, tanto a irracionalidade como o mal moralmente instaurado, são compreendidos como naturais, no sentido inato, ao humano.

Ainda sobre a distinção entre os conceitos, Martín-Baró (2003), apresenta que se deve diferenciar os conceitos de violência e agressão - sendo que o conceito de violência é mais amplo que o de agressão, pode-se compreender, teoricamente, que quaisquer situações em que haja o uso de força excessiva, pode ser vista como violência. Entretanto, a implicação da força é insuficiente para o entendimento do fenômeno. O autor apresenta que a justificativa, tanto da violência como da agressão, é um elemento fundamental para a sua investigação. “A justificativa constitui, portanto, um aspecto essencial para compreender a ação violenta e a agressão. A justificativa abre ou fecha a esfera social à realização de determinados comportamentos violentos, bem como alimenta a intenção dos seus perpetradores.” (Martín-Baró, 2003, p. 79)

Nesse sentido, a construção da justificativa de mecanismos explicativos pode contribuir para o estabelecimento dos nexos presentes em uma dada problemática. A nós, quanto à questão da patologização da adolescência, as justificativas não estão explícitas, elas estão encobertas por outras formas de relação na sociedade. Sobre a diversidade de sua constituição, Martín-Baró (2003) explica que “Não só existem formas de violência múltiplas e qualitativamente diferentes, mas os mesmos acontecimentos têm diferentes níveis de significado e diferentes efeitos históricos” (p. 74). Portanto, cabe a verificação de que formas as faces da violência são constitutivas da patologização, uma vez que estas não estão disponíveis topograficamente.

1.1 A violência no cenário do capital

Tecidos estes breves apontamentos, inscrevemos a análise da violência como fenômeno histórico-social, produto das relações presentes em uma dada cultura. Para isso, deve-se ter em vista três pressupostos sobre a violência: há uma diferenciação primordial entre a violência estrutural de uma determinada ordem social e a violência interpessoal, esta última pode representar uma materialização direta da violência estrutural ou se apresentar de modo mais autônomo. Primeiro, a violência apresenta múltiplas formas e dentre elas podem existir diferenças significativas; segundo, a violência possui um caráter radicalmente histórico, sendo insuficiente compreendê-la apartada de seu contexto de produção. O terceiro, corresponde ao intitulado “espiral da violência”, em que há mudanças qualitativas e quantitativas em relação ao fenômeno (Martín-Baró, 2003).

A violência estrutural referida na exposição, se trata das condições essenciais para a produção e reprodução da vida de uma dada organização social, que por vezes é violenta desde a sua natureza. Vejamos que para nós, em que há submissão ao modelo de produção capitalista,

este não está restrito ao modo de gestão do trabalho; para além disso, ocorre a condução de aspectos gerais - e por assim dizer, estruturais - da vida humana. Deste modo, ao abordar o fenómeno da violência no seu sentido amplo conceitual, nos delimitamos para o prisma das expressões e ramificações presentes no modo de produção e reprodução de uma forma específica de sociedade, qual seja, o capitalismo. Esse recorte justifica-se ao passo que os processos aqui abordados são imbricados a esse modelo concreto de construção da vida e de base desenvolvimental. Isto significa que partimos do ponto de que toda a forma de realização do ser humano se engendra sob entrelaçamentos presentes nas condições postas no capital, e não em outra forma de sociedade ou período histórico.

Sobre a constituição da violência, Martín-Baró (2003) apresenta quatro pontos: a estrutura formal do ato, o carácter pessoal, as suas possibilidades e o seu fundo ideológico. A estrutura formal do ato deve primeiramente distinguir se se trata de um ato de violência ou agressão; para se chegar à estrutura também é necessário compreender seu traço de violência instrumental ou terminal. A violência instrumental é aquela que se realiza para a busca de uma outra finalidade, e a terminal é a que possui a violência como fim; entretanto, ambas podem ser confundidas em uma análise superficial. O autor ainda salienta que, dentre os seres humanos, a principal forma de violência é a instrumental, isto é, em que busca-se os desdobramentos ou outro fim que não a violência em si.

O segundo elemento estrutural do ato diz sobre os traços atribuídos ao indivíduo perpetrador da violência, ou seja, dos aspectos que particularmente produziram o ato violento. Este elemento merece cuidado no âmbito de sua abordagem, seja ela mais ou menos individualista, deve-se ter em vista que a estrutura do ato é um complexo integrado em unidade. Pois, mesmo que existam características que possam ser referenciadas ao indivíduo, ele não está apartado das condições estruturais históricas (Martín-Baró, 2003).

O terceiro aspecto é o seu contexto possibilitador, que possui dois tipos que o diferenciam: um contexto amplo/social e um contexto situacional. O contexto social sintetiza o conjunto de valores e normas de uma dada sociedade que possibilitam, formalmente ou informalmente, a existência da violência. O contexto situacional depende de maneira direta do social, uma vez que em um meio que a violência faça parte da cultura e sociabilidade entre as pessoas, a “resolução” de situações que envolvam violência se põe de modo situacional (Martín-Baró, 2003).

O quarto e último aspecto constitutivo dá-se através do fundo ideológico do ato de violência. Segundo o autor, este ponto está ancorado nos interesses de classe dominantes, os quais, de amplas maneiras, passam a justificar tais atos. Daremos atenção a este aspecto mais

a frente, pois agora o mais importante é anteciparmos que este nexos constitutivo da violência e da ideologia é de suma importância para a nossa pesquisa (Martín-Baró, 2003).

Ao retomarmos o aspecto estrutural da violência, se faz necessário amparar-se desde as determinações socioeconômicas do capitalismo. Nesse sentido, compreendendo que as relações de produção e reprodução são de natureza humana, Marx (2017) apresenta que a sociedade capitalista se funda em uma relação de oposição, em que de um lado estão os proprietários dos meios de produção e do dinheiro, e do outro os trabalhadores vendedores de sua força de trabalho. Essa relação é exposta no capítulo 24, “A assim chamada acumulação primitiva”, em que Marx discorre pelos fundamentos do capitalismo desde a sua gênese,

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. (p. 786)

Essa síntese histórica exposta pelo autor, demonstra que o movimento de transformação da sociedade feudal na sociedade capitalista, possui a violência enquanto característica intrínseca.

. . . o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhe ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (p. 787)

Enquanto os trabalhadores são despojados de seus meios de produção, a relação que se põe no real é duplamente violenta: da expropriação e das relações entre os homens que são tecidas no âmago dessa condição para a consolidação do capital. Desta forma, o aviltamento do homem sobre o homem, enquanto condição do capital, desdobra-se em relações essenciais presentes na reprodução desse modelo de sociedade. Compreendemos que esse caráter do fenômeno da violência pode ser considerado como ângulo universal, quando tratamos de uma base estrutural da sociedade, no entanto há de se desdobrar em suas particularidades e singularidades constituintes. Mas antes de avançarmos, é imperativo explicitar que a violência, da qual tratamos desde sua gênese, está radicalmente unida à condição socioeconômica (Marx, 2017).

O nascimento do capitalismo enquanto modelo de produção da vida, não se distancia radicalmente do contexto da contemporaneidade, pois, as mutações da violência estrutural se constituem num processo de complexificação e não de ruptura das formas anteriores. Assim, podemos dizer que toda violência subsequente é engendrada a partir dessa base, isto significa que não é defensável quaisquer discussões que apontem para a diluição das classes sociais ou para uma leitura subjetivista, no sentido abstrato, do fenômeno da violência. A demarcação analítica está subsumida aos elementos concretos da violência para o caminho da sua abstração e do desvelamento das contradições de seu interior. Sobre a dinâmica entre a violência e a classe, Vázquez (2011), afirma que

O aparecimento e o desenvolvimento da violência nas relações sociais estão vinculados a fatores objetivos - o império da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes - que tornaram impossível até agora a solução das contradições fundamentais por um caminho pacífico. A luta de classes se desenvolve historicamente com um coeficiente maior ou menor de violência, mas a experiência histórica demonstra que quando a existência da classe dominante se encontra em perigo, essa não vacila em recorrer às formas violentas mais extremas, inclusive ao terror maciço, pois nenhuma classe social está disposta a abandonar voluntariamente o cenário da história. (p. 379)

O fragmento acima demonstra que a violência enquanto expressão ou desdobramento da luta de classes está inscrita nas entranhas da própria sociedade, tendo como modificação o acirramento dessa relação, seja de modo mais direto, pela aplicação literal da força violenta, ou indireto, das suas formas mais tácitas.

Nesse tocante, se refletirmos sobre as implicações da violência interpessoal, é possível compreender que ela só pode existir diante da base estrutural, como já exposto, no entanto não perderemos de vista que a análise não se encerra quando descoberta essa relação. A estrutura da violência revela que é insuficiente identificar dicotomicamente seus elementos, ou atribuir a um princípio explicativo sua totalidade (Martín-Baró, 2003). Vejamos que o aspecto irracional da violência, deveras comum nas discussões sobre o tema, possui um fundo ideológico que produz uma certa armadilha na leitura do fenômeno. Pino (2007) apresenta que a defesa da irracionalidade da violência é amenizada, ou encerrada, ao passo que se apresenta ao outro uma justificativa “plausível” para a realização do ato. Isto é, o aceitável socialmente corresponde ao que a partir dos interesses vigentes aclamam como posição de uso “racional” da violência.

O que mais espanta na fenomenologia da violência, quando ela é razão de espanto, é muito mais a sua dramaturgia, a exposição da crueldade ao estado puro, do que a sua significação. É o caráter aparentemente absurdo dessa dramaturgia que confere à

violência o status de irracionalidade. No entanto, as razões dessa irracionalidade raramente são explicitadas e, frequentemente, deixam de existir quando o autor desses atos é o “inimigo” ou alguém que pode comprometer os interesses de alguns. Ficasse estarecido, por exemplo, perante o ritual da tortura, sendo difícil imaginar que possa existir uma razão lógica que a justifique. Entretanto, basta identificar o torturado para que os autores desse macabro ritual encontrem razões racionais suficientemente poderosas para justificá-lo. (Pino, 2007, p. 769)

A questão exposta não visa minimizar os impactos e a importância do nível de sua manifestação explícita e direta, porém, a justificativa se apresenta como um ponto chave da relação desenvolvida de tolerância e normatização social da violência. De modo que, quando direcionada a determinados grupos e contextos, o emprego da violência como mediação da relação social passa a ser aceita, ou não causa o “espanto” referido pelo autor.

Podemos apreender que, como apresentado mais acima, a violência instrumental é a que predominantemente se interpõe nas relações humanas, entretanto ela não deixa de ter um caráter terminal, pois se há o uso da violência para se atingir uma dada finalidade ela também possui esse traço. Se pensarmos nos processos de exclusão social de grupos historicamente marginalizados, no âmbito do contexto social, Martín-Baró (2003) expressa que o que pesa na aceitação da justificativa apresentada para o ato violento é a sua defesa dos interesses vigentes na ordem social. Por exemplo, a privação de moradia em favor da construção de grandes empreendimentos, é travada pela violência terminal, mas possui um caráter instrumental que, de modo geral, é o acúmulo de capital. Demonstrando que a análise da violência deve ser produzida em consonância com a realidade, mas não reduzindo-a às suas expressões imediatas.

Notemos, por exemplo, outro modo de divisão entre a tipologia da violência, e aqui especificamente contra crianças e adolescentes que, fundamentada na Lei 13.431 de 2017, consiste nas seguintes formas com as suas respectivas definições:

Tabela 1 – Tipos de violência segundo a Lei 13.431/2007

1) Violência física	Consiste na ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico.
2) Violência psicológica	Consiste em qualquer conduta de discriminação, depreciação, ou desrespeito em relação à criança ou o adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal, xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying); o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na

	<p>formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este; conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha.</p>
3) Violência sexual	<p>Consiste em qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: o abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; a exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; o tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento.</p>
4) Violência institucional	<p>Consiste em prática por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.</p>
5) Violência patrimonial	<p>Consiste como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional.</p>

Fonte: Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm]

A partir dessa sistematização das formas e definições da violência contra a criança e o adolescente, percebemos que, de acordo com como as necessidades de uma dada sociedade vão sendo desenvolvidas, surgem novas formas de se compreender o fenômeno, muitas vezes a partir de fatos póstumos. Portanto, estas sínteses se apresentam no formato da legislação, como instrumento de regulamentação de determinada regra e norma na sociedade. Há então o possível reconhecimento de situações que se enquadrem nestas descrições como um tipo de violência. As descrições, de modo isolado, apresentam uma descrição fenotípica, que pouco ou nada revelam sobre a causalidade, na explicação da origem ou de quaisquer que sejam as suas determinações.

Nessa toada, vale mencionar um estudo anual, intitulado Atlas da Violência, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em que há a compilação dos dados de violência contra a juventude, as mulheres, a população negra, a população LGBTQIAP+, as pessoas com deficiência e as pessoas idosas. Quanto à violência contra a juventude, é apresentado que no ano de 2021, constam nos registros oficiais a quantidade de 24.217 homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade - o estudo explicita o alarmante cálculo que equivale a 66 jovens assassinados por dia. Outra informação exposta pelo estudo tem como categoria a “violência na escola”, abordando o aumento percentual de estudantes que relatam ter sofrido bullying no ambiente escolar, configurando uma das expressões da violência psicológica. Especificamente acerca de adolescentes, de 15 a 19 anos, o estudo aponta que estes são os mais afetados pela dita violência letal, sendo 38,5% dos óbitos do ano de 2021 (Cerqueira & Bueno, 2023). Sobre a dinâmica da violência contra a criança e o adolescente, o estudo considera que

a violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, influenciado por fatores culturais, sociais e econômicos. Essas formas de violência podem ocorrer em qualquer espaço, e afetam crianças e adolescentes de todas as idades e classes sociais. E todos esses tipos de violência abrangem uma ampla gama de comportamentos prejudiciais que podem afetar gravemente o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. (Cerqueira & Bueno, 2023, p. 27)

Estes estudos ilustram concretamente as notificações oficiais³, demonstrando que a violência, enquanto aspecto terminal, é agudizada pelos efeitos de seu caráter estrutural, mas

³ A subnotificação dos dados de violência contra crianças e adolescentes é uma realidade do contexto nacional, suas causas guardam desde a cultura da educação por meio da violência psicológica e física até a ainda presente noção de que os filhos são propriedades privadas dos pais, abstendo a comunidade do exercício de cuidado e de denúncia em casos de violação, entre outros fatores. <https://jornalcomunicacao.ufpr.br/para-especialistas-ha-subnotificacao-nas-denuncias-de-crimes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes/>

as generalizações pouco favorecem nossa análise. Sabe-se que os ditos fatores culturais, sociais e econômicos são forjados a partir da extração do valor, como premissa da reprodução da vida. De modo que, quando se compreende que há uma classe que historicamente está mais exposta à violência estrutural, e que essa classe também tem um caráter étnico-racial, isso abrange significativamente a parcela da população negra.

Inserir estes dados, que corporificam a violência estrutural e suas especificidades no capitalismo, afirmam que não está oculto, no âmbito social, o conhecimento das mazelas socioeconômicas. No entanto, ora busca-se outras perspectivas que justaponham a relação material da classe social, colocando-a como equivalente a qualquer outra “desigualdade”. Para nossa abordagem, as especificidades necessitam ser compreendidas dentro da relação da classe social, como condições que partem dessa determinação. Em vista disso, compreende-se que vale como perspectiva a apreensão psicossocial do fenômeno, para assim contemplar, de modo mais concreto, a dinâmica da violência na sociedade.

Para isso, Martín-Baró (2003) especifica que há cinco passos que conduzem a compreensão psicossocial da violência: 1) a abertura humana à violência e à agressão; 2) o contexto social; 3) a elaboração social da violência; 4) as causas imediatas e 5) a institucionalização. A divisão não altera o fato de que a partir de uma proposta psicossocial o fenômeno deve ser concebido em sua totalidade.

Em vista disso, sobre a abertura humana à violência e à agressão, não partiremos do pressuposto de que o indivíduo em si possua em suas marcas genéticas o instinto da agressão e tampouco da violência - como defendido pelas abordagens inatistas. Essa abertura se justifica no que tange aos comportamentos possíveis do indivíduo, a depender de suas circunstâncias sociais e culturais, bem como dos aspectos que singularmente ele tem como instrumentalização para lidar com a própria vida. Enquanto o contexto social é o aspecto central da análise psicossocial da violência, pois remonta o cenário e as determinações postas que produzem as especificidades das expressões violentas na sociedade. Vejamos que, como temos dito até aqui, a organização estrutural da sociedade é ancorada na oposição entre aqueles indivíduos que são proprietários dos meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho para acessar os meios de subsistência, isto é, uma divisão entre classes. Na toada desta divisão, há uma série de condições derivadas dessa relação que forjam os variados tipos de violência - como também apresentado acima - que constituem o contexto social. O contexto é imbuído de dinamicidade, ao passo que ele é passível de mudanças e transformações, mas a sua estrutura capitalista é o que enreda o contexto social na totalidade. Pensemos, por exemplo, que a desigualdade de distribuição e acesso às riquezas produzidas pela humanidade é um elemento fundante da

estrutura desse contexto social, que ao mesmo tempo apresenta-se como violência e pilar que sustenta o ciclo de outras expressões. Segundo Vázquez (2011), a luta de classes se demonstra mais ou menos acirrada em períodos históricos, assim como a forma que a violência derivada dessa luta se revela de modo objetivo nas relações sociais, pois, o que regula o nível da violência é o quão a classe dominante se vê em risco e a utiliza para se manter como dominante.

Deste modo, entende-se como contexto social a avaliação das contradições existentes no período histórico, seja na sociedade de classes ou em outra forma de organização da vida. Unido a este contexto social, não menos fundamental em nossa investigação, a elaboração social da violência corresponde às diferentes formas pelas quais os indivíduos vão apropriando e internalizando a violência posta na sociedade. Esse passo demonstra o caráter duplo da violência, como meio concreto de mediação das relações sociais, mas que pelos processos de desenvolvimento passam a constituir parte dos indivíduos em si. Mas ter internalizado processos violentos não obrigatoriamente reduz o indivíduo a alguém que venha reproduzir ou expressar a violência vivenciada de modo direto e mecânico, como uma relação formal estrita de “ação e reação”. A reflexão de que a violência passa a constituir o indivíduo se afasta da individualização abstrata da violência como essência inerente ao indivíduo, ela reaviva o caráter psicossocial de toda a constituição humana. A elaboração da violência, como processo de internalização, revela que os valores e fundamentos ontológicos do capital tornam-se elementos mais ou menos evidentes em algumas pessoas e suas relações.

Em uma das reflexões sobre o contexto da guerra salvadorenha, Martín-Baró (2003) apresenta que o individualismo e a competição são valores estabelecidos pelo capitalismo, sendo o primeiro uma priorização dos interesses e satisfação pessoal em detrimento e prejuízo à coletividade, e o segundo presume que para alcançar a referida satisfação há de se derrotar o outro. O autor ainda explica que na raiz desses valores reside o valor máximo e primeiro da sociedade capitalista, qual seja a propriedade privada. Nesse sentido, o cerne da propriedade privada conduz a construção de valores compatíveis para a sua preservação, que se não são violentos, estão ligados a modelos de relações semelhantes e derivados da violência. Na raiz desses valores no sentido axiológico (valor/referência moral), reside um dos elementos primordiais da sociedade capitalista.

Já as causas imediatas revelam-se como o conjunto de justificativas que perpassam o processo psicossocial da violência, como desencadeamentos circunstanciais. Nesse ponto, deve-se ter em vista sempre o contexto social e as imbricações entre a tomada de decisão individual e coletiva pelo indivíduo. Em sua exposição, Martín-Baró (2003) diz que a realização de atos violentos está subordinado à oportunidade de realizá-lo, seja pelo benefício

próprio ou de sua classe. Entretanto, entendemos que essa relação está mais inclinada ao seu caráter instrumental, também apresentado pelo autor, em que a violência é o meio para atingir um determinado fim.

O quinto e último passo, para a análise psicossocial, entoa o caráter de institucionalização da violência. Neste há uma estreita conexão com a justificativa socialmente permitida para a perpetuação da violência. Pois “É um fato que cada ordem social determina as formas e graus da violência permitida . . . são quatro elementos que definem a violência socialmente aceita: quem pode realizá-la, contra quem, em que circunstâncias e em que medida” (Martín-Baró, 2003, p. 130). Em vista do exposto, podemos apreender que a violência passa a ser definida pela classe dominante, instituindo, inclusive, o que poderá ou não ser considerado violento, e de que estes aspectos são mutáveis a depender dos interesses envolvidos no período histórico. A análise psicossocial amplia a estrutura formal do ato, ao passo que para além do que está explícito como processos violentos, os aspectos não aparentes são incorporados desde a sua raiz. Vázquez (2011) apresenta que,

Na sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, como é a sociedade capitalista atual, a violência não só se mostra nas formas diretas e organizadas de uma violência real ou possível, como também se manifesta de um modo indireto, e aparentemente espontâneo, como violência vinculada com o caráter alienante e explorador das relações humanas. Tal é a violência da miséria, da fome, da prostituição ou da doença que já não é a resposta a outra violência potencial ou em ato, mas sim a própria violência como modo de vida porque assim exige a própria essência do regime social. Essa violência surda causa muito mais vítimas que a violência ruidosa dos organismos coercitivos do Estado. (p. 379-380)

O trecho diz sobre um aspecto da violência que se apoia na institucionalização e, para além, engendra-se no fundo ideológico do ato. A violência, seja como modo de vida ou como violência surda, reflete a invisibilidade e normatização de modos de relação que são violentos, mas que não são identificáveis ou evidentes sem todo o aparato da análise, ou que estão encobertos de outras formas de violência.

Em vista do que foi discutido até aqui, temos uma certa síntese de que a ideologia e a violência são aspectos que se unem e passam a constituir um elo que ultrapassa a constituição do ato de violência. Temos, inclusive, compreendido que ela atravessa as mais distintas formas e contextos das relações sociais humanas. De modo que a violência em si, não se resume ao ato isoladamente, ela ocupa um espaço na produção e reprodução da vida que é genético e necessário na organização e manutenção do capitalismo. E o que se busca legitimar com determinados aspectos da violência é o que também nos interessa. Deste modo, a partir da

manifestação do fundo ideológico - como elemento de constituição formal do ato - entende-se que se inscreve uma alternativa para continuidade da discussão da violência: introduzir o conceito de ideologia.

O dito fundo ideológico enuncia as camadas não evidentes da violência, com o prisma ajustado para os fenômenos que estão imbricados aos atos, por exemplo, os interesses sociais e conflitos de classes envolvidos na situação (Martins & Lacerda, 2014). A inserção das referidas contribuições em nossa discussão corrobora com a complexidade existente da violência enquanto fenômeno natural ao capitalismo, porém não consideramos que toda expressão de violência tenha um caráter desumanizador. Haja vista que a insurgência contrária a barbárie gestada pelo mesmo sistema de produção é geneticamente diferente. Vázquez (2011), mostra que:

Diante da subestimação do papel da violência, própria de reformistas e oportunistas, e diante de seu exagero, característico de uma atitude idealista, subjetiva, voluntarista, os marxistas não podem deixar de enfatizar o papel fundamental da violência, embora seja evidente também que essa deva ser vista historicamente, isto é, considerada em diferentes etapas históricas, em revoluções diversas e, sobretudo, em distintas situações concretas. (p. 383)

A violência, sua constituição e expressões, não é relativizada a nós, ela nos cerca de perguntas e tarefas a serem traçadas e executadas, representando demandas do tempo presente que está em constante disputa.

A árvore que não dá fruto
É xingada de estéril.
Quem examinou o solo?
O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não haveria neve sobre ele?
Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Ninguém diz violentas
Às margens que o cerceiam (Brecht, 2000, s/p).

O poema de Brecht nos representa um anúncio à não relativização, à não generalização a-histórica. Todavia, traremos destaque a uma mediação intrínseca da violência, da sua produção e reprodução, que mediatiza alguns entrelaçamentos da realidade objetiva: a ideologia.

1.2 Os fundamentos ideológicos da violência

A discussão sobre a ideologia consiste em um campo amplo e diverso, algo que, para o marxismo, é bastante caro. Quando pensamos na relação da ideologia com a vida em geral, de modo imediato é possível atribuir aos processos ideológicos significados como compreensões, perspectivas, formas de agir, argumentos e discursos de determinadas áreas. Existe também a compreensão de que a ideologia é sinônimo de uma filosofia ou estilo de vida, por exemplo escolher ou não se alimentar de derivados animais; ou tratar a saúde por meio de exercícios físicos como uma “ideologia saudável”. Outro significado, corresponde e se aproxima à visão de mundo de um determinado grupo social, com ideias e crenças, sejam estas verdadeiras ou falsas, que guardam um significado social relevante (Eagleton, 1997).

Para esta pesquisa, as formas supracitadas de se abordar a ideologia são insuficientes e de certa maneira reduzem a discussão no que tange suas conexões com a violência. Eagleton (1997) apresenta que a ideologia não faz referência unicamente a um sistema de crenças, mas à legitimação do poder. Ademais, a discussão presente na seção em tela apoiar-se-á em duas formas de se abordar a ideologia, sejam estas, a marxista e a lukácsiana, que não estão cindidas e partem do mesmo método. Não obstante, deve-se pôr em relevo que não há pretensão de produzir novas sínteses quanto aos debates filosóficos conceituais sobre a ideologia - existem autores que se dedicaram e o fizeram -, mas sim nutrir de concreticidade as indagações que são pertinentes a este trabalho.

Com isso, Iasi (2011, p. 79) expõe que “O uso cotidiano do termo - ideologia como conjunto de ideias - tem sua origem, portanto, em Destrutt de Tracy⁴. Ao que devemos ter atenção é a pretensão de serem ideias gerais ou universais de toda a sociedade.” De modo que a ideologia não consiste em abstrações reflexivas da sociedade, visto que ela se apresenta como espécies de determinações histórico-sociais, isto é, não se reduz à uma certa ideia mas ao caráter concreto da sociedade. Lukács (2013) concebe a ideologia pela sua determinação ontológico-prático, isso consiste no movimento de que para um pensamento ou conjunto de ações sejam consideradas ideologias, elas precisam ter uma função na sociedade de modo determinado. Posto que a função necessita ser analisada no espaço e tempo das relações humanas de dado período (Costa, 2006). Nesse sentido, o filósofo húngaro, disserta sobre dois aspectos da ideologia: um amplo e outro restrito. A apreensão ampla da ideologia corresponde à dinâmica

⁴ Antoine Destrutt de Tracy (1754- 1836) foi um filósofo francês que se dedicou, entre outros temas, ao estudo da ideologia (Carvalho, 2018).

da busca pela resolução e satisfação de necessidades que insurgem no dito *hic et nunc*⁵ do real. De modo que a própria sociabilidade dos homens vai conduzindo a produções ideológicas, visto que não há um marco específico que determine a origem ou nascimento de formas ideológicas, esta se faz à medida que as alternativas para satisfazer as necessidades são selecionadas pelos homens. Como exemplo, no campo do desenvolvimento da caça, enquanto modo de subsistência no período paleolítico, em que esta forma de satisfação de necessidades e do processo de reprodução social conduzia a certas relações individuais e coletivas específicas. Dito de outro modo, por ser determinada socialmente, a ideologia está inserida nas ações humanas no caráter de sua orientação operacional (Costa, 2006). O caráter restrito da ideologia pode ser compreendido como uma complexificação da amplitude desta, visto que, como impresso por Lukács (2013), ela passa a possuir um papel instrumental na consciência e pela consciência diante dos conflitos sociais, como postos na dinâmica da luta de classes. Sobre o nexa com a violência, Iasi (2011) explica que

Para nós é evidente que a raiz da violência em suas diferentes formas se encontra nas relações sociais de produção e nas formas de propriedade que fundamentam a sociabilidade do capital. No entanto, as pessoas que vivem essa mesma sociabilidade o fazem através de mediações, ou seja, nem sempre diretamente, não imediatamente. Vivemos as relações burguesas diretamente nas relações de trabalho, mas também nas formas constituídas de família, na educação, nas relações entre homens e mulheres, na convivência cotidiana e, no que nos interessa de modo direto, nas diferentes formas pelas quais representamos em nossa consciência o corpo dessas relações. (p. 144)

Logo, seja de maneira ampla ou restrita, a ideologia deve ser vista como um processo que pertence ao real, isto é, como totalidade em sua generalidade ou particularidade, podendo, inclusive, representar momentos distintos de um mesmo fenômeno.

Em consonância com as bases do método materialista histórico-dialético, e de uma compreensão marxista da ideologia e dos processos imbricados a ela, há, segundo Iasi (2011), três elementos basais que constituem a ideologia, sejam estes, **1) a relação intrínseca entre ideologia e dominação; 2) ideologia como artifício de camuflagem da realidade e naturalização das relações de dominação; 3) ideologia enquanto processo de exposição de perspectivas particulares como se fossem universais.** Diante disso, podemos dizer que a dinâmica da luta de classes possui um elo genético com a concepção de ideologia.

Deste modo, apresentar a determinação materialista histórico-dialética da ideologia é mergulhar nas condições concretas da vida, pois, como posto no segundo elemento da síntese

⁵ Expressão latina, utilizada por Lukács (2013), que significa “aqui e agora”.

acima, a ideologia tem uma característica medular no capitalismo, que é a de tornar nebuloso aspectos da realidade para os indivíduos que estão nela inseridos. Isso significa que, para observar este fenômeno, é necessário ampliar e contemplar a dinâmica da sociedade concreta e suas especificidades, e por assim dizer dos indivíduos concretos. Sobre o exposto, Marx e Engels (2007) manifestam que

. . . não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (p. 94) (grifo nosso)

Por isso, falar sobre a ideologia e seus processos consiste em tratar dos elementos da realidade em meio às brumas. Uma vez que toda a dinâmica ideológica tem finalidades particulares, na sociedade capitalista ela é unificada com um objetivo amplo: a dominação, como mencionado. Entretanto, o que foi chamado de dominação conserva em si as relações necessárias para a produção e para a reprodução da sociedade capitalista. Isto é, ao passo que nos debruçamos sobre a ideologia, se inscreve, conseqüentemente, a possibilidade de apreender elementos do real que não estão evidentes nas expressões mais imediatas de dado fenômeno.

Ao retomarmos o título desta seção, que anuncia a relação entre ideologia e violência, dispomos de seu caráter dinâmico particular do capital. Considerando que a dimensão ontológico-prática citada, ao tratar do aspecto particular não será abandonada sua face geral. Nesse sentido, Mészáros (2012, p. 65) expõe que “. . . a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada.” [grifo nosso]. Colocar em relevo esse ponto demonstra que, opondo-se às reduções e distante de quaisquer hesitações, que a ideologia que falamos é justamente uma ideologia capitalista, que tem a violência por sua natureza ontológica. A consciência social implicada nessa ideologia não diz necessariamente sobre a produção de mentiras acerca dos aspectos sociais, nem mesmo do convencimento de indivíduos com argumentos falaciosos.

Entende-se que por mais que exista uma discussão sobre as divergências acerca da ideologia, bem como sua definição e papel na sociedade, ambas as perspectivas ocupam um local no processo do desenvolvimento do objeto que aqui tratamos. Nesse tocante, como pronunciado, a ideologia em sua dimensão ontológico-prática diz sobre revelar os elos que sustentam sua dinâmica no capital, isto é, a finalidade que ocupa nas relações sociais. Essa perspectiva recusa a individualização da ideologia enquanto propriedade singular, tendo a

unidade indivíduo-sociedade como concretização do movimento que as diferentes funções ideológicas compõem a sociedade. As especificidades do capitalismo, como o antagonismo de classes, produzem um conjunto de necessidades econômicas e sociais que passam a se ancorar em ramificações que garantem a reprodução das relações sociais. Costa (2012, p.11) indica e sintetiza que “O desenvolvimento social produziu aparatos institucionais particulares, relativamente autônomos, mediante os quais tais formas específicas de ideologia operacionalizam suas generalizações e cumprem suas funções peculiares no interior da sociedade.” Nenhuma ideologia ou processo ideológico é ocioso na esfera social, mas sua dinâmica enquanto função ontológico-prática, já mencionada, resiste na análise de sua implicação no processo de constituição da consciência e seu poderio de mediar as relações humanas. Sobre isso, Lukács (2013, p. 465) expõe que:

A incompatibilidade factual das ideologias em conflito entre si assume as formas mais díspares no curso da história, podendo se manifestar como interpretação de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos etc., que, no entanto, constituem sempre antes de tudo meios de luta; a questão a ser decidida por eles sempre será um “o que fazer?” social, e decisivo para a sua confrontação fática é o conteúdo social do “o que fazer?”, os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social permanecem meios cujo método, cuja constituição et. sempre depende do hic et nunc social do tipo de luta, do tipo de “o que fazer?” contido nele.

A materialidade da ideologia é expressa em uma resposta, do dito “o que fazer” em relação a determinado dilema social. Quanto a isso, a veracidade ou falsidade da proposta inscrita para conduzir a causalidade ou resolução para o conflito social, não valida em si mesma o caráter de ideologia; é somente na dinâmica social que poderemos avaliar sua natureza. A vista disso, “Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (Lukács, 2013, p. 467). A dinâmica ontológico-prática da ideologia guarda, assim, o desvelamento das amarras fenomênicas em busca de seu caráter essencial, a sua legalidade. A proposta nessa seção, portanto, é de elucubrar a violência e a ideologia como dispositivos unidos por um elo genético que nasce na produção e reprodução das condições histórico-sociais de vida no capitalismo.

1.3 Violência como ideologia

Ao articularmos as discussões da violência e da ideologia, temos insistido que a base que fundamenta essa relação é a sociedade de classes, mas entendemos que enfatizar esta

afirmação é o princípio do debate e não o seu fim. Essa proposição nos permite retomar os elementos supracitados por Iasi (2011), sobre a constituição da ideologia, para uma breve análise. O primeiro elemento que se refere à relação entre ideologia e dominação, conecta-se com o que foi discorrido sobre a violência alçado nas contribuições de Martín-Baró (2003). Considerando que a dominação nada mais é do que as diferentes formas de se aplicar a violência, na dependência de seu contexto, seja de modo direto ou indireto. Essa leitura da dominação emprega uma discussão real sobre as idiosincrasias presentes nas relações. O segundo apresenta que a ideologia é utilizada como um instrumento de camuflagem da realidade, sobre isso, entende-se que ocultar determinados aspectos processuais do fenômeno para destacar outros é uma forma de justificar determinadas formas de violência e neutralizá-las, como se elas fossem isentas de um “para que” e descritas através do “porque”. O terceiro diz sobre a transposição de perspectivas particulares como universais; nesse ponto, por sua vez, considera-se como um dos pilares que evocam a normalização da violência, ao apresentar ideias variadas que fortalecem a estrutura social vigente, tais como a meritocracia, a ascensão social, o ideal de composição familiar, os significados das relações interpessoais, o trabalho como autorrealização, etc.

Em vista disso, os aspectos ideológicos da violência são intransponíveis, significa dizer que, sem essa unidade, o modelo de sociedade que vivemos não se sustentaria. Sobre a dinâmica da dominação presente nessas relações, Mészáros (2004) expõe:

É claro que as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de “contraconsciência”. Assumindo uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo. (p. 233)

A dita “atitude positiva” se apresenta como uma blindagem ideológica da violência justificada, de modo que, como revelado no fragmento acima, há diversos mecanismos que proporcionam as bases para a reprodução do que é necessário para que se mantenha a organização, a dominação e a conservação de uma determinada ordem. Não é incomum que as confrontações e contradições apresentadas não sejam bem recebidas pelas próprias instituições que fundamentam essa ordem.

O nível de desenvolvimento econômico ou tecnológico determina, em um dado momento, os instrumentos da violência (desde a pedra lançada pela funda primitiva até a bomba atômica jogada em Hiroshima). O desenvolvimento das forças produtivas, da

ciência e da indústria, é a condição instrumental de um gênero de violência, na medida em que fixa o tipo de meios de destruição e de aniquilamento que podem ser empregados em um dado momento. Mas o que determina seus usos, e a força que encarnam, é justamente o tipo de relações de produção, de organização social e de Estado, assim como a correlação entre as classes em luta, isto é, a violência não é uma entidade metafísica e supra-histórica; é condicionada histórica e socialmente, e, definitivamente, são homens concretos os que determinam seu uso e seu alcance. (Vázquez, 2011. p. 391)

Demos destaque para o fato de que a violência não é natural aos seres humanos, ou produto da irracionalidade humana. Ela é perpetrada por homens concretos em uma dada condição histórico-social. Também abordamos o fato de que, a partir dos interesses vigentes, a violência se apresenta não como um fim, mas como um meio para se alcançar determinados objetivos. O que não abordamos ainda é como os indivíduos que vivem, nutrem, são nutridos e atravessados por essas relações, são formados e impactados pela violência. E vale adiantar que não podemos abordar toda a diversidade que marca cada história singular com crateras violentas ideologicamente produzidas, não há fôlego e nem caberia nas páginas deste trabalho.

As implicações da violência como ideologia do desenvolvimento dos seres humanos são amplas, nesse sentido, compreendemos que desassociar o contexto histórico-social, que são constitutivos a eles, seja um dos aspectos que perpetuam o ciclo ideológico que produz uma série de consequências na vida destes. Deste modo, entende-se que predominantemente a violência é reconhecida como um aspecto que seja passível de ser identificado através das expressões de uso da força física. Esta postura gera mais uma vez a equivocada pressuposição já alertada por Martín-Baró (2003) e Pino (2007), - e discorridas no início deste capítulo - de que a sua presença está intrínseca no núcleo das relações nessa sociedade. Deste modo, o que queremos dizer é que a violência como ideologia passa a se fazer presente como caráter formativo de cada indivíduo. No entanto, há a constante fragmentação/cisão do indivíduo quanto as bases que o constitui, Mézaros (2009) diz sobre a abordagem da “individualidade isolada”,

Inevitavelmente, qualquer orientação metodológica que possua em seu cerne estrutural o ponto de vista da individualidade isolada segue a tendência de *insuflar* o indivíduo - o qual, em virtude de ser o pilar de sustentação de todo o sistema, pode apenas ser imputado - em um tipo de entidade pseudouniversal. Eis porque as concepções dúbias de “natureza humana” - que constituem um dos mais importantes lugares-comuns de toda a tradição filosófica, com suas afirmações completamente infundadas - não são os únicos corolários apriorísticos de determinados interesses ideológicos, mas ao mesmo tempo são também a realização de um *imperativo metodológico* inerente com vistas a elevar a mera particularidade ao patamar de *universalidade*. (Mézaros, 2009, p. 50)

Como exposto pelo autor, a exaltação da individualidade em detrimento ou como antagonista às determinações histórico-sociais se inscreve como pilar ideológico dos interesses vigentes, mas não necessariamente com a finalidade restrita de fortalecer esses interesses. Não obstante, ao abordarmos a violência como ideologia, estamos dizendo que as formas predominantes de compreensão do humano e a sua natureza compõe o quebra-cabeça da naturalização das relações humanas - nos dedicaremos a este ponto adiante. Desta forma, elevar a particularidade ao nível da universalidade é um elemento que está presente na constituição da ideologia e também precede algumas características que modelam o movimento da sociedade.

A individualidade isolada guarda a chave heurística para a inversão das relações objetivas em diversos contextos em que há interesses antagonistas; neste movimento há, no âmbito das contradições, o destaque para as contradições secundárias em inversão das primárias. Isto é, a competição entre indivíduos é tomada como caráter natural da generalidade humana, enquanto os elementos envolvidos dos conflitos e interesses de grupos antagônicos são secundarizados e diluídos em outras explicações neutralizadas (Mészáros, 2009). Esse movimento revela-se na função de ocultar as verdadeiras contradições e conflitos que residem na organização necessária para a reprodução do capital. Não é ocioso indicar que este é um recurso ideológico.

Assim, a universalização da particularidade vem de encontro com a defesa e propagação de ideias que estão vinculadas aos interesses e representações particulares de uma determinada classe, como modelos a serem seguidos e equiparados a qualquer outro. Trazer a particularidade como nível universal produz, vez outra, a exclusão, por diferentes vias, do que não corresponde a este modelo. Nesse sentido, toda a vida passa a adquirir uma qualidade particular como parâmetro de comparação, sendo universalizada como dominante.

A projeção do modelo individualista/antropológico sobre o complexo social como um todo “transcende” conceitualmente os antagonismos inerentes à ordem estabelecida e os substitui pelo mero postulado de um “ser moral”, o qual, por definição (e apenas por uma definição insustentável), “tende sempre à conservação e ao bem-estar do todo e de cada parte”, e assim decide legitimamente “o que é justo ou injusto”. (Mészáros, 2009, p. 51)

Desse modo, o direcionamento do modelo de equiparação não está restrito ao indivíduo, mas contempla suas relações, como a família, o trabalho, as relações interpessoais, a vida conjugal, etc, todas as esferas como uma forma específica de ser e estar socioculturalmente. Lukács (2018), ao tratar dos esforços de Marx para a fundação de uma nova ciência qualitativamente superior em superação dos idealismos, apresenta sobre a

dinâmica do particular frente à realidade concreta dos homens, “No contexto destas controvérsias, a dialética de universal e particular na sociedade tem uma função de grande monta; o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre homens singulares e a sociedade.” (p. 96)

Em vista disso, podemos compreender que os elementos já citados que constituem a ideologia, que compõem uma unidade, são vistos neste modo de apresentar um modelo de sociedade particular concreto, para que seja o ideal a ser seguido. Nesse sentido, cabe dizer que esse modelo representa uma parcela da sociedade, mas que é exposto como universal, como se contemplasse todas as singularidades humanas. Considerando que as contradições estão presentes em toda a vida, apresentar um modelo ideal, para além de um instrumento de dominação dos interesses vigentes, visa eliminar no âmbito da aparência as contradições que em determinado período histórico prejudiquem a manutenção desse modelo.

Deste modo, chegamos à importante síntese em que cindir o indivíduo da história é um processo violento, porque, para além de apagar as determinações histórico-sociais que estão presentes no desenvolvimento, abre espaço para a naturalização e sentenciamento do indivíduo. Ocorre, em vista disso, o afastamento dos problemas essenciais para que os esforços sejam ocupados por uma intensa fragmentação do real. Como expressão dessa fragmentação, nos dedicamos a introduzir a discussão da patologização como elemento que possui nexos radicais com o que temos discutido sobre a violência e a ideologia.

1.4 Patologização como violência ideológica

Deste modo, do que foi discutido até aqui, considera-se que para introduzir a discussão sobre o processo de patologização da adolescência devemos estar norteados pelo prisma ontológico-prático. Logo, como um parêntese e um caminho genético do debate, inscreve-se para nós a dimensão do ser social e a sua constituição. Como enfatizado por Lukács (2010, p.127) “. . . para a compreensão correta do marxismo, a historicidade do ser, como sua característica fundamental, é o ponto de partida ontológico para a correta compreensão de todos os problemas.”

Nesse sentido, Moysés & Collares (2020), ao iniciarem a discussão do artigo sobre a dinâmica da patologização, narram um cenário específico: falam especificamente sobre os cinquenta e seis anos posteriores ao golpe militar, bem como sobre a luta política com a ascensão do governo, naquele período vigente, saudosista às atrocidades do golpe, assim como, da devastação produzida pela pandemia do Covid-19 na vida de milhares de pessoas. Quando

refletimos sobre o nosso contexto, encontramos elementos que nos possibilitam conjecturar sobre a intensificação dos processos produtores de sofrimento, pois, por mais que estejamos em um período pós pandemia e após o mandato do governo atroz, ainda lidamos com os efeitos da ascensão de uma camada da população que ideologicamente reproduz e defende os ideais anticientíficos, de extermínio e de conspirações. No entanto, o próprio espaço político do capital é o palco para a disputa de interesses socioeconômicos que, camuflados por expressões da sociabilidade, guardam a manutenção necessária para a reprodução desse modo de gestão da vida. Todavia, a presente proposta não consiste em realizar uma análise de conjuntura, mas sim contextualizar historicamente o fenômeno da patologização.

A identificação, comparação e estigmatização de indivíduos, até o século XVI estava concentrado nas atribuições das religiões; na transição para o século XVII, por sua vez, com o desenvolvimento da ciência moderna, esse processo passa a ser dividido. Mas é somente com o desenvolvimento da medicina, como campo científico, que passou-se a compreender a dinâmica existente entre a classificação da normalidade e da anormalidade. Os critérios classificatórios são estabelecidos em comparação aos modelos do que até então se considerava ser aceitável em homens e mulheres que, através da frequência de sua manifestação, transformaram-se em critérios de saúde e doença (Moysés & Collares, 2020). Nesse primeiro momento, os desviantes ou ditos transgressores eram considerados loucos ou criminosos.

O desenvolvimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo que possibilita seu próprio avanço, exige complexificação e sofisticação. O campo médico se especializa. A psiquiatria e a neurologia tomarão por seu objeto de saber/poder o comportamento. A psicologia se descola da psiquiatria, porém sem romper com sua filiação paradigmática. Surgem os especialistas, agora com poder ainda maior para definir os limites da normalidade. . . . Cérebros disfuncionais seriam a causa da violência. Cérebros disléxicos, hiperativos, desatentos, questionadores e baixos QI justificariam o fracasso da escola. Alterações genéticas explicariam os medos de viver em meio à violência. Frustrações na infância alterariam irreversivelmente circuitos neurais e, incrivelmente, provocariam transtornos neuropsiquiátricos de origem genética. (Moysés & Collares, 2020, p. 34)

Essa justificativa, seja da loucura ou do crime, se dava pela ordem naturalizante do desenvolvimento humano; desde a ideia de que o indivíduo nasceu de determinada forma até o ponto de que toda a sua “anormalidade” estava guardada entre os genes. Se essa é (era) uma forma específica de lidar com expressões da vida que não atendem os requisitos padronizados da compreensão de normalidade, há o desenvolvimento de compilados que nomeie os comportamentos desviantes às regras. Segundo as autoras, “A normatização da vida tem por corolário a transformação dos problemas da vida em doenças, em distúrbios. O que escapa às

normas, o que não vai bem, o que não funciona como deveria... tudo é transformado em doença, em problema individual.” (Moysés & Collares, 2020, p. 34)

A patologia, por sua vez, origina-se do grego, *páthos* que significa doença e *lógos* estudo, deste modo, estudo da doença, assim, é definida como um campo da ciência médica que se dedica a pesquisa de alterações anatômicas e ou funcionais no organismo causadas por doenças (Rezende, 2007). Em vista disso, compreende-se que a patologização é a transformação de aspectos da vida em doenças, isto é, condições que não são mas passam a ser compreendidas pelo prisma da anormalidade. Para além disso, por essa relação ocorrer na vida de indivíduos, há desdobramentos que passam desde a classificação diagnóstica, ao “cuidado” a ser recomendado como tratamento. Deve-se considerar, em nossa análise, que a patologização, ou o movimento de patologizar, não se restringe a um indivíduo, mas uma forma de se compreender fenômenos da vida e do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, é possível ilustrar a dinâmica patologizante através da permanência da homossexualidade e a transexualidade ao longo dos anos nos manuais diagnósticos, seja no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) ou na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). A Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do CID somente em 1990, enquanto a transexualidade foi retirada em 2018. Até então, ambas expressões de orientação sexual e de identidade de gênero eram consideradas doenças, desvios, transtornos. Este exemplo guarda a lógica de que expressões da vida social são patologizadas e consideradas doenças, assim, vão sendo inseridos na própria análise, critérios de inclusão e exclusão, daquilo que é ou não tolerável. Esse limiar também é engendrado sob as bases das determinações particulares do período histórico, de modo a constituir uma cadeia de justificativas para essa consideração.

A patologização está alçada sob os vieses do biologicismo e da naturalização. Deste modo, para o determinismo biológico, todos os fenômenos sociais são considerados, segundo Levins & Lewontin (2022, p. 53), como “meramente a manifestação coletiva das aptidões fixas e limitações individuais, codificadas nos genes humanos como consequência da evolução adaptativa.”. Assim, este torna-se um grande argumento, uma vez que através dele, compreende-se que todos os aspectos da vida do indivíduo estão determinados pelas condições biológicas. Enquanto isso, a naturalização não se distancia dessa relação, ela pressupõe e sustenta que, para além de que as condições que diferenciam os humanos, assim as relações entre eles são naturais.

Lewontin (2010), explica que as ideias de que nos distinguimos nas habilidades fundamentais por diferenças inatas e de que essas diferenças inatas são frutos de heranças

herdadas biologicamente, e, por fim, de que a natureza humana é o que assegura a hierarquia de uma sociedade, constituem o que podemos chamar de ideologia do determinismo biológico. Esse conjunto de ideias que deriva da ideologia do determinismo biológico, que ora reduzem aos genes, ora às moléculas, ora ao cérebro, ora aos transmissores neurais, buscam comprimir a dinâmica da vida na biologia. Quanto a essa redução, o autor apresenta

A biologia moderna é caracterizada por inúmeros preconceitos ideológicos que moldam a forma de suas explicações e a maneira com que suas pesquisas são realizadas. Um desses grandes preconceitos está relacionado com a natureza das causas. Geralmente olha-se para a causa de um efeito, ou mesmo se há um número de causas admitidas, supõe-se que há uma causa principal, enquanto as demais são apenas subsidiárias. E de qualquer modo, essas causas são separadas umas das outras, estudadas independentemente, e manipuladas e influenciadas de maneira independente. Além do mais, essas causas são vistas em termos de indivíduo, de gene ou de órgão defeituoso, ou em termos de um ser humano que é foco das causas biológicas internas e externas de uma natureza autônoma. (Lewontin, 2010, p. 47)

Vemos, através deste trecho, que ao abordar a individualidade descolada e isolada de suas determinações histórico-sociais, não é só uma consequência do reducionismo biologicista como é também expressão do próprio reducionismo. Isso significa que as diferenças das condições socioeconômicas, dos modos em que indivíduos estão mais ou menos expostos à violências, não seria compreendido por outras leis, e somente pelas naturais. Outro ponto, corresponde a fragmentação de aspectos da vida do indivíduo, isto é, o sofrimento e adoecimento são tratados como naturais, de origem unicamente endógena, ou quando tratado de modo multifatorial, ainda é centralizado como uma questão orgânica. Portanto, a forma de se determinar a causalidade de um adoecimento também carrega toda a carga de uma compreensão sobre a formação humana.

Por este viés, mesmo os aspectos que são de natureza social passam a ser compreendidos como problemas do indivíduo. A partir disso, ao ser compreendido como uma patologia, determinada situação ou comportamento passa a constituir o status de doença e/ou transtorno. Essa forma de conduzir o sofrimento leva a uma prática dita medicalizante de lidar com a vida. A medicalização, por sua vez, consiste nos processos de transformação dos sentimentos comuns à humanidade em sintomas patológicos, sem história, política e cultura (Moysés & Collares, 2020). Nasce, por meio dessa relação, uma crescente de transtornos, e por consequência seus diagnósticos, assim como, as intervenções medicamentosas para tratá-los. Pois, como explicitado pelas autoras “Patologiza-se o medo de viver em cidades violentas, assim como a própria violência, desconectando-a da exclusão social e de vidas sem perspectiva, na tentativa de nos reduzir a seres estritamente constituídos por células, moléculas, genes.” (p. 36)

A medicalização se agudiza como propaganda de tratamento que soluciona problemas que tornaram-se doenças, como um braço da patologização, um certo desdobramento. Na descrição da aparência dos sintomas, a administração medicamentosa tem entre seus objetivos neutralizá-los e inibi-los. De modo que a investigação dos elementos causais não são tomados prioritariamente. Segundo Meira (2012), no cenário atual da economia capitalista a indústria farmacêutica tem se destacado em razão da venda através da promoção que o medicamento psicofarmacológico trará o controle dos comportamentos humanos. A autora salienta que não se trata de uma crítica à medicação para doenças, mas de sintetizar na ordem no orgânico toda a problemática e resolução dos indivíduos.

Sobre os transtornos psicológicos e o aumento nos diagnósticos, nota-se que estes andam lado a lado com a fragmentação existente entre indivíduo e sociedade, novamente como um endossamento da individualidade isolada. Uma vez que os transtornos psicológicos despem comportamentos ditos não funcionais, passa-se então a delimitar - também através dos diagnósticos - o que é saudável ou não, o que é normal ou não. A classificação tece, em alguma medida, a patologização diante fenômenos que não estão vinculados à saúde; assim, momentos da vida, da forma de lidar com determinados períodos, característica transitórias ou permanentes da personalidade, passam a ser quistos como saudável ou doentio. Spazziani (2001), explica que a medicina, ao ser valorizada através de seus métodos científicos, assume um papel que ultrapassa o que tange à saúde, “Nesse sentido, a Medicina investida nos conhecimentos e métodos científicos valorizados, propõe-se politicamente a lutar contra a doença, as epidemias e, do mesmo modo, reestruturar a sociedade, eximi-la de todos os maus hábitos higiênicos físicos e morais.” (p. 44)

Os conhecimentos científicos da medicina passam a orientar outras disciplinas e áreas que não competem a ela, por exemplo a educação. A educação é um campo em que os processos de patologização e medicalização através da identificação e classificação de transtornos é cada vez mais intensa. De modo que, no espaço da educação, aqueles que não se enquadram em um padrão de comportamento de aprendizagem inscrevem-se compulsoriamente em possíveis sujeitos a serem diagnosticados. Conforme Meira (2012) descreve

O discurso da conexão entre problemas neurológicos e o não aprender ou não se comportar de forma considerada adequada pela escola apresenta-se de forma cada vez mais frequente no cotidiano das escolas e dos serviços públicos e particulares de saúde para os quais se encaminham grandes contingentes de alunos com queixas escolares. Nessa perspectiva se considera que crianças apresentam dificuldades escolares por causa de disfunções ou transtornos neurológicos (congenitas ou provocadas por lesões ou agentes químicos), as quais interferem em campos considerados pré-requisitos para

a aprendizagem, tais como: percepção e processamento de informações; utilização de estratégias cognitivas; habilidade motora; atenção; linguagem; raciocínio matemático; habilidades sociais etc (p. 136) [grifo nosso]

Deste modo, como já evidenciado também por Moyses & Collares (2020), crianças e adolescentes passam a ser sujeitos alvos destes diagnósticos que vão desde Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, à Bipolaridade e Depressão. A partir dessa particularidade da educação é possível apreender que o desenvolvimento como um todo é visto de maneira descolada das determinações histórico-culturais, e o seu caráter principal, o social, sequer é considerado sobre a visão patologizante. Assim, adentra-se em uma lógica que, por subsumir o desenvolvimento a um problema e transformá-lo em um diagnóstico, é reducionista e, para além disso, constitui um processo violento. Por mais que existam orientações quanto a sensibilidade e cuidado necessários para a realização de uma avaliação, esta ainda é imbuída e sujeita a preconceitos de quem a realiza. Nesse sentido, não há como desconsiderar que os profissionais que estão envolvidos ao processo patologizante também se assentam ideologicamente em uma posição reducionista e biologicista do desenvolvimento humano. O desenvolvimento em si é invisibilizado, e o sujeito presente é compreendido de modo estático, imutável.

O duplo caráter da patologização consiste em ela ter uma aparência que esboça a dinâmica do cuidado e a proposta de ajustar o que, segundo os parâmetros padronizados, estão errados no indivíduo. No outro ponto, o dito cuidado, em sua essência, produz um processo violento. Se retomarmos e emprestarmos a constituição do ato de violência, é possível refletir sobre os entrelaçamentos entre a patologização e a violência. Primeiramente, na estrutura formal do ato, é possível compreender que a patologização tem o caráter instrumental, não indicado de modo direto, considerando que a patologização revela um conjunto de compreensões, práticas ideológicas destinadas a um fim que não a violência em si, mas que resultam no aspecto terminal, isto é, concretos e violentos em si. Quanto ao caráter pessoal do perpetrador da violência, cabe nesse aspecto a ressalva sobre a tendência a tratar através da individualidade isolada os profissionais que possuem a práxis patologizante; no entanto abandona-se na análise o papel ideológico de instituições e da estrutura social como bases que alçam essa perspectiva ante o desenvolvimento humano e o sofrimento. O contexto possibilitador da patologização de maneira ampla/social, considerando-o dentro na sociedade de classes, busca-se fragmentar e invisibilizar as determinações histórico-sociais que tecem a constituição do indivíduo. Assim, perspectivas patologizantes, sejam estas biologicistas e naturalizantes, possuem um solo fértil no capitalismo, impulsionados pelo investimento das

indústrias que circundam o campo da saúde - farmacêutica, especializações cada vez mais fracionadas - e o mascarar das mazelas socioeconômicas postas como fracassos individuais. O elemento final da constituição do ato de violência, que é o fundo ideológico, enseja a compreensão dos nexos, do que lemos como uma unidade patologização-ideologia-violência. O fundo ideológico da patologização revela os interesses dominantes das relações que estão envoltas a ela, inclusive as justificativas que pautam sua permanência na sociedade, como é o caso da via do “cuidado”.

É evidente que não há placas de identificação com dizeres “práticas patologizantes”, como uma identidade, tampouco um roteiro que demonstre de maneira exata que o é. Como processo ideológico, a patologização é direta e indireta, e possui nuances distintas a depender de seus campos. Há outro fator, que ratifica essa compreensão, que é a patologização como expressão da violência. Pelo prisma do desenvolvimento humano, como processo histórico-social, ela se estende numa relação de duas vias, sejam estas, a) de naturalização de aspectos do comportamento e, b) de ocultar a história existente na expressão do sofrimento, como individualidade isolada.

A naturalização dos comportamentos pode, de alguma maneira, se apresentar como mais uma perspectiva sobre o desenvolvimento, no entanto, ela carrega consigo desde a concepção de estereótipos como estigmas a classificações que sentenciam “perfis”. Moyses & Collares (2020, p. 43), apresentam que “Classificar crianças e adolescentes por meio de observações que os reduzem a “casos”, geralmente perdidos, intratáveis, é um ato que lhes subtrai a condição de sujeitos e avaliza, cientificamente, o bloqueio que lhes é imposto ao acesso ao futuro.”. De outro modo, Lewontin (2010), explica que

A explicação naturalística diz que não só nos distinguimos pelas nossas capacidades inatas como também estas são transmitidas de geração para geração biologicamente, ou seja, para dizer que tal distinção está em nossos genes. A noção original de herança econômica e social foi transformada em herança biológica. (p. 28)

Assim, a visão da naturalização dos comportamentos é o ocultamento das determinações que regem o desenvolvimento humano como violência, pois, através da ideia de herança biológica, de fato, se produz concepções fatalistas que tornam brandos os processos de violência da própria estrutura social perante o indivíduo.

Diante disso, cabe dizer que o segundo ponto se conecta com este, que é o ocultamento da história do sofrimento do indivíduo, como via da patologização. No campo da educação, como citado, crianças e adolescentes que vão apresentando, segundo a ótica da padronização, a dificuldade na aprendizagem, encontram historicamente inúmeras justificativas que trazem

desde a desnutrição leve como argumento para a alteração neurológica e por consequência a disfunção no processo de aprendizagem (Meira, 2012). Pode-se citar ainda os argumentos que buscam na história de exclusão e vulnerabilidade familiar, a sentença para o insucesso da aprendizagem escolar, tratando-o como traço hereditário no sentido biológico. que A lógica que se instaura quando se apresenta quaisquer indicativos do sofrimento ainda se aponta para a individualização do problema e, em algumas vezes, cria-se o problema. Nesse sentido, compreende-se que a patologização é uma forma ideológica de violência que dissimula a realidade, pois a visão do cuidado se converte em classificações, processos medicalizantes, reducionistas e de exclusão.

A exclusão através da patologização dos indivíduos é parte de um processo de ocultação da produção e reprodução das desigualdades sociais e, por isso, exige um trabalho intelectual crítico, capaz de realizar rupturas epistemológicas e desenvolver novos posicionamentos em relação à sociedade, à educação e à própria Psicologia (Meira, 2009, p. 8)

A ocultação, mencionada no trecho acima, justamente consiste na nebulosidade ideológica em que o elo simbiótico entre a patologização e a violência são postas no real. O ângulo desta discussão imprimi que o fenômeno patologizante é galgado pela premissa da violência e suas camadas constituintes.

A partir dos nexos expostos na unidade patologização-ideologia-violência, compreendemos que há importantes reflexões sobre a patologização dos processos educativos, assim como da dinâmica envolta à saúde. Compreendemos que, para além dos campos e contextos, há uma especificidade na patologização diluída da concepção sobre um período ímpar do desenvolvimento humano: a adolescência. Doravante, buscar-se-á contribuir com reflexões acerca da patologização da adolescência. Para tanto, é fundamental dedicar esforços para compreender as determinações presentes nesse período do desenvolvimento humano.

2 A ADOLESCÊNCIA PARA A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

A compreensão da adolescência, enquanto período do desenvolvimento humano, é ampla e diversa, entretanto, hegemonicamente, apreende-se essa fração da vida como um hiato entre a infância e a fase adulta. No curso da história da humanidade, a perspectiva sobre a adolescência sofreu mudanças que representam o cenário concreto de sua apreensão. Por exemplo, no Ocidente, a concepção de adolescência passa a ser considerada como diferente da infância e da vida adulta a partir do século XVIII. No período greco-romano, os meninos e meninas eram preparados, desde o que conhecemos como pré-adolescência, para o ingresso direto na vida adulta; segundo Grossman (2010), na Idade Média, não havia uma distinção entre crianças e adultos, pois, quando a criança já não demandasse dos cuidados basais por outrem era inserida nas mesmas atividades sociais dos adultos. Isso demonstra que a adolescência, inclusive como período do desenvolvimento, é inaugurada como fruto das necessidades socioeconômicas de uma dada sociedade (Bock, 2010). Netto & Souza (2015), apresentam que

Uma questão imanente a esta análise é o fato de a adolescência não ser um fenômeno anistórico, tampouco natural ou universal. Não foi em todos os momentos históricos, tampouco em todas as sociedades ou culturas que existiu (ou existe) a adolescência. Desde, pelo menos, as pesquisas realizadas por Margaret Mead na década de 1930, com os habitantes das ilhas Samoa, que é sabido que determinadas sociedades e culturas não possuem esse período denominado adolescência. Em algumas sociedades e culturas, uma pessoa acorda na condição de criança, passa por um ritual no decorrer do dia e vai dormir adulta, sendo assim reconhecida e respeitada por toda a comunidade. (p. 168)

Deste modo, vale dizer que ela não é universalizada, pois, a cultura e as expressões das forças produtivas a diversificam como período do desenvolvimento. No cenário da sociedade de classes, que nos interessa a compreensão da metamorfose dos significados históricos quanto à adolescência, Marx (2017), ao falar da apropriação das forças de trabalho feminina e infantil pelo capital, apresenta uma discussão que nos liga à análise dessa pluralidade. O autor expõe o contexto de fábricas manufatureiras na Inglaterra, no século XIV, que contratava operários de treze anos de idade⁶; em outro momento, diz sobre mais de dois mil adolescentes que eram comercializados pelos próprios pais para trabalhar como “máquinas vivas para limpeza de chaminés” (Marx, 2017. p. 470). Este exemplo simboliza e demarca, de modo concreto, a maneira com que a história das forças produtivas e do modelo de produção e reprodução da

⁶ O exemplo corresponde ao relato citado de um inspetor inglês, que vira em um anúncio que crianças mais novas que estivessem biologicamente e fenotipicamente desenvolvidas poderiam se passar por adolescentes de 13 anos para o trabalho (Marx, 2017, p. 470)

vida subsume a relação com o humano em seus diferentes períodos do desenvolvimento. Pois, como sintetizado por Netto & Souza “A adolescência é um fenômeno histórico, que possui uma determinação econômica, com origem na modernidade, por meio da consolidação do modo de produção capitalista, que teve seu início na Inglaterra.” (2015, p. 168)

No Brasil, o cenário também não se diferenciou radicalmente, a infância e a adolescência serviram de extensão às necessidades das forças produtivas, que estiveram durante longos anos respaldadas pela legislação. A história é irreduzível e, no contexto brasileiro, as marcas da violência produzidas pela escravidão atingiu diretamente as crianças e adolescentes filhos dos escravos libertos desde a Lei do Ventre Livre, tendo suas forças de trabalho exploradas até os 21 anos de idade. A abolição da escravatura deu lugar à divisão de classes, e no que tange a infância e a adolescência, Lemos (2008), apresenta que

A Proclamação da República levantara a bandeira do crescimento, que exigia braços formados e disciplinados – independentemente do seu tamanho – para impulsionar a economia nacional por meio do trabalho na indústria e na agricultura. Para formar esses braços, orfanatos e instituições de caridade foram convertidos em escolas profissionais e em patronatos agrícolas, onde se recrutavam crianças a partir dos 5 anos de idade. Em pouco tempo, as crianças começavam a cumprir jornadas longas e exaustivas (cerca de 12 horas diárias) em ambientes insalubres e sob rígida disciplina. (p. 501)

De modo que, em comum com outros países, na lógica da operação da ordem do capital, crianças e adolescentes não foram poupados quanto ao utilitarismo violento sobre o seu desenvolvimento. Evidenciando que a compreensão contemporânea sobre a adolescência é categoricamente histórica. Em um salto, podemos contextualizar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como um marco da validação de crianças e adolescentes como sujeitos com direitos a serem garantidos pelo Estado, sintetizado a partir do Art. 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 2016, p. 131)

Os documentos oficiais imprimem a adolescência como um período de idade cronológica: a Organização das Nações Unidas (ONU)⁷ a define dos dez aos dezenove anos; pela Organização Mundial de Saúde (1965) dos dez aos vinte anos de idade, assim como pelo

⁷ Para mais, ver em: <https://brasil.un.org/pt-br/66605-adolescentes-e-jovens-s%C3%A3o-28-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-onu-pede-mais-investimentos>.

Ministério da Saúde (MS)⁸ e para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dos doze aos dezoito anos de idade.

A Psicologia, segundo Bock (2004), tratou da adolescência enquanto um período naturalizado e adormecido no desenvolvimento, que de uma hora para outra despertaria, em suas palavras “Um caráter universal e abstrato foi dado a ela; inerente ao desenvolvimento humano, a adolescência não só foi naturalizada como foi tomada como uma fase difícil. Uma fase do desenvolvimento, semipatológica, que se apresenta carregada de conflitos “naturais”. (p. 33). Outro modo de conceber este período do desenvolvimento é através de qualidades socialmente negativas, amplamente difundidas, como um período de incompletude, imaturidade, de conflitos e outras características estereotipadas (Leal, 2016).

No entanto, Vigotski (2006) sintetiza três grupos em que se dividem as formas tradicionais de leitura da periodização do desenvolvimento. O primeiro grupo é baseado nos princípios biogenéticos, em que postula que a ontogênese é uma reprodução da filogênese do desenvolvimento. O segundo grupo consiste nas explicações que colocam em relevo o desenvolvimento sexual como principal critério de análise. Já o terceiro diz sobre tomar as formas aparentes de manifestação do desenvolvimento como sua essência e correspondente ao seu movimento interior. O autor ainda salienta que o papel da Psicologia é ultrapassar a dinâmica da aparência dos indícios fenomênicos e chegar até a sua legalidade interna.

Nesse sentido, faz-se necessário introduzir a periodização das idades como forma de organização didática da leitura dos diferentes momentos do desenvolvimento humano. Segundo Vigotski (2006), os períodos podem ser apresentados como: período pós-natal, primeiro ano (dois meses à um ano), primeira infância (um ano à três anos), idade pré escolar (três anos à sete anos), idade escolar (oito anos à doze anos) e puberdade (catorze anos à dezoito anos). De modo que cada período é marcado pela formação de algo novo, que não existia nos estágios anteriores do desenvolvimento. Essas novas formações abrangem as mudanças sociais e psíquicas que produzem a modificação na estrutura da personalidade, na consciência e na relação estabelecida com o meio circundante.

Em vista do exposto, entendemos que a perspectiva que apontamos, a Psicologia Histórico-Cultural, contempla o desenvolvimento humano em unidade ao meio social. Tendo como forma de apreensão desse movimento a *situação social do desenvolvimento*. Vygotski (2006), apresenta que “a situação social do desenvolvimento é o ponto de partida para todas as mudanças dinâmicas que são produzidas no desenvolvimento durante o período de cada idade”

⁸ Para mais, ver em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-adolescente>

(p. 264). Por isso, para investigar a situação social do desenvolvimento de uma dada idade, deve-se buscar como se originam as novas formações centrais do período. Tal investigação possui uma dupla relação analítica: 1º nos esforços de compreender a reestruturação na dinâmica da personalidade e consciência do indivíduo, e o 2º na análise de como as mudanças desse período produzem também alterações em sua vida social e como ele agora se difere dos outros com menos idade.

A adolescência então inaugura uma nova forma de relação do indivíduo para si e com o outro; nova forma esta que produz mudanças no seu meio. Logo, neste capítulo, como parte da recusa à naturalização da humanidade, enquanto ser genérico e individual, buscar-se-á apresentar os elementos centrais da adolescência enquanto período do desenvolvimento humano a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto, serão apresentados os fundamentos que regem o desenvolvimento ontológico e dos conceitos que engendram reflexões acerca do período.

2.1 O desenvolvimento humano e seu caráter fundante

Pensar na adolescência enquanto período do desenvolvimento implica em compreender suas particularidades e também a genericidade humana no âmbito da totalidade. Nesse sentido, pensando no humano como ser genérico, enunciamos a categoria de trabalho como fundante do ser social. Nos apoiamos na premissa principal de que essa é uma atividade exclusiva do humano, e que pela radicalidade guarda chaves para a compreensão do desenvolvimento humano em sua universalidade e singularidade. Isto significa que essa categoria imprime a diferença fundante entre o homem e os demais animais. Partindo da análise do trabalho enquanto inauguração do ser social, através de uma explicação metodológica, Lukács (2013) apresenta que a transição ocorrida desde a gênese do inorgânico e do orgânico ao social é tramada em um salto ontológico, de qualidade radicalmente diferente. Desta forma, o trabalho, em sua gênese, promove o dito afastamento das barreiras naturais, como exposto: “. . . a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio a luta pela existência e, em segundo lugar, todos seus estágios são produto de sua autoatividade” (2013, p. 43). Significa dizer que o trabalho em si corresponde à particularidade enquanto desenvolvimento do ser social. Marx e Engels (2007) ao se referirem à produção dos meios de satisfação de suas necessidades: “. . . a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem que ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos” (p. 33).

As próprias condições para a existência, como a satisfação das necessidades vitais, são afastadas do que é natural quando comparada aos animais. Ao passo que o trabalho transforma e complexifica o aspecto orgânico/biológico da humanidade, eis nessas expressões uma face do salto ontológico: o gérmen da humanização. O distanciamento do que é natural não diz, de modo algum, sobre o abandono das necessidades vitais, mas sim sobre uma nova qualidade do que é natural em um ato social e histórico. O salto ocorre através de uma transição, uma interrupção no curso de continuidade do desenvolvimento. Essa ruptura produzida através da atividade de trabalho se estende ao processo de consciência do homem sobre si e o seu ambiente. A célebre frase marxiana que sintetiza que o homem ao alterar a natureza altera a sua própria natureza, imprime o caráter da mudança de qualidade (Lukács, 2013).

Em vista disso, deve-se inserir no seio dessa análise a determinação do processo teleológico. O exame teleológico implica diretamente na condição de pôres, isto é, o pôr teleológico da realidade enreda a finalidade de algo, uma objetivação material. Para além disso, esse movimento é realizado por um indivíduo ciente dos processos e com conhecimentos dos elementos necessários para determinada objetivação. Esses conhecimentos são organizados pela busca dos meios materiais, através da causalidade, o planejamento, o pôr de um fim concretiza-se. De modo que pode-se compreender que trabalho em si imprime o movimento do pôr teleológico em sua essência; que na sua realização produz algo novo (Lukács, 2013).

Vejam, na dinâmica da história do ser social, as primeiras formas de se obter alimentos através da caça exigiram do homem uma certa antecipação dos atos básicos para a satisfação da fome, seja pela busca do elemento posto na natureza mais adequado para abater o animal, uma pedra ou um fragmento de galho, assim como o período do dia mais efetivo para caçar determinada presa. A pedra ou o galho, por seus elementos naturais, não guardam em si a finalidade do instrumento do abate, é somente no pôr teleológico que o homem une estes dois elementos e o objetiva em algo novo: uma lança. É manifesto que o pôr teleológico diz sobre o movimento de finalidade, de intencionalidade do homem diante da satisfação de suas necessidades.

Quando um homem primitivo escolhe, de um conjunto de pedras, uma que lhe parece mais apropriada aos seus fins e deixa outras de lado, é óbvio que se trata de uma escolha, de uma alternativa. E no exato sentido orgânico da pedra, enquanto objeto em si existente na natureza inorgânica, não estava, de modo nenhum, formado de antemão a tornar-se instrumento desse pôr. Obviamente a grama não cresce para ser comida pelos bezerros, e estes não engordam para fornecer a carne que alimenta os animais ferozes. Em ambos os casos, porém, o animal que come está ligado biologicamente ao respectivo tipo de alimentação e essa ligação determina sua conduta na forma biologicamente

necessária. Por isso mesmo, aqui a consciência do animal está determinada num sentido unívoco: é um epifenômeno, jamais uma alternativa. A pedra escolhida como instrumento é um ato de consciência que não possui caráter biológico. (Lukács, 2013, pp. 70-71)

Retomando a conceituação de pôr teleológico, Lukács (2013), explica que essas são as primeiras manifestações conscientes humanas. Como já dito, ao escolher intencionalmente, com finalidade um determinado objeto que escapa seu uso imediato, estamos diante de um ato plenamente humano, organizado através de alternativas concretas, que circundam uma determinada atividade. Mas, para além desse aspecto, de modo didático, a relação consciente denominada pôr teleológico pode ser caracterizada em duas: o pôr teleológico primário, que indica a relação direta da atividade de trabalho sob a natureza - por exemplo, a formação de uma lança ou o corte de uma árvore -, e a segunda indica uma relação entre consciências, ou seja, quando um indivíduo, intencionalmente, estabelece uma relação com outro sujeito para um fim, por exemplo, caçar um animal em grupo (Lukács, 2013). Pôres teleológicos primário e secundário não estão cindidos, eles se estabelecem a partir de uma relação dialética.

Sem promover uma dicotomia, o pôr teleológico secundário interessa à nossa análise, pois envolve uma relação entre humanos, na qual quase todos os processos de trabalho, enquanto atividade, são fundamentais. Portanto, o trabalho enquanto particularidade fundante da humanidade ultrapassa a condição básica de produção da subsistência, mas adquire um dito segundo e terceiro aspecto. O segundo: após a primeira necessidade satisfeita através do trabalho, nasce uma outra necessidade, mais complexa historicamente; o terceiro: ao passo em que há o desenvolvimento de novas necessidades, as pessoas passam a produzir outras pessoas em suas relações sociais, já com um certo distanciamento das relações primárias de intercâmbio direto com a natureza, envoltos num processo de mediação entre os próprios homens (Marx & Engels, 2007). Os autores, a partir disso, indicam que toda relação apresenta um duplo caráter, enquanto relação natural e, sob outro prisma, como relação social; o que sintetizamos na indissociabilidade da unidade indivíduo-sociedade. Costa (2012), ao falar da dinâmica de desenvolvimento entre o trabalho e o ser social, afirma que

. . . o trabalho, ainda que em sua forma mais primitiva, cria continuamente novidades objetivas e subjetivas; por isso dele surgem, para o ser social, condições reprodutivas completamente diversas daquelas naturalmente existentes. Neste preciso sentido, o trabalho é a protoforma da atividade humana e ainda o modelo de toda prática social, dado que com ele nascem categorias especificamente sociais inexistentes na natureza que irão se explicitando no processo reprodutivo mediante o desenvolvimento histórico-social (p.18, grifo nosso)

A discussão de Lukács (2013) contribui, do ponto de vista filosófico metodológico com os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. A categoria de trabalho evidencia que o surgimento do gênero humano está atrelado às condições histórico-sociais que se distinguem radicalmente do campo natural/biológico, no qual, até o momento, não há precedentes. O nascimento do novo não está posto apenas na dinâmica da realidade material, mas também na dinâmica subjetiva. Por isso, as transformações provocadas por essa atividade vital que denominamos como trabalho, produzem novas características psicológicas, próprias do ser social. A vista disso, apreende-se que o ser humano é forjado pelas relações necessárias de sua produção e reprodução, constituindo-se na complexidade da determinação histórica.

2.2 O desenvolvimento do psiquismo

Temos dito até aqui sobre o marco do trabalho na história do ser social, de modo que, ao inserir a categoria da atividade como uma unidade de análise da vida concreta, têm-se para nós, a princípio, dois pressupostos. O primeiro: nos esforços de se abordar a atividade em sua estrutura e dinâmica - sem a pretensão de esgotar a discussão, mas trilhar em direção a pertinência dessa pesquisa. O segundo: como análise da vida concreta, a atividade estará posta sempre em relação à algo presente na realidade objetiva. Leontiev (2021), exhibe que

Quaisquer que sejam as condições e formas sob as quais a atividade humana ocorra, qualquer que seja a estrutura que assuma, ela não pode ser examinada descolada das relações sociais, da vida da sociedade. A despeito de toda singularidade, a atividade de um ser humano representa um sistema inserido no sistema de relações da sociedade. Fora dessas relações, a atividade humana simplesmente não existe. (p. 104)

Assim, a atividade, em suas diferentes formas, tem uma estrutura geral que orienta, inicialmente, sua compreensão. Isto é, toda atividade possui o objetivo de satisfazer uma necessidade do indivíduo, de modo que essa necessidade é impregnada de um objeto para sua satisfação.

A satisfação da necessidade difere em sua diversidade de qualidade. O objeto para a satisfação de determinada necessidade é previamente conhecido através do reflexo psíquico da realidade. As experiências no acúmulo de atividades desenvolvem uma representação do objeto em sua relação social do que foi vivido pelo sujeito, de modo que essas representações não possuem um caráter estático e imutável, elas se transformam ao passo que outras necessidades são desenvolvidas, assim como por outras atividades. Através do conhecimento do objeto em

si, o indivíduo passa a ter uma representação subjetiva desse objeto em sua relação. Leontiev (2021) aborda que “... a atividade não é a reação ou um conjunto de reações, mas um sistema que tem estrutura, transições e transformações internas e desenvolvimento próprio.” (p. 104). Em vista do exposto, deve-se considerar que por não ser reduzida a uma reação, a atividade evoca o caráter ativo do homem diante da realidade. Pois, de fato, a alteração da natureza pelo homem revolucionou qualitativamente o seu desenvolvimento, no entanto, no âmbito da atividade, o autor supracitado atenta para o seguinte: “... a atividade de cada pessoa individualmente depende de seu lugar na sociedade, das condições que lhe cabem, de como isso se organiza em circunstâncias individuais únicas.” (p. 104). Portanto, as condições sociais postas ao indivíduo vão guiar os meios pelos quais serão realizadas suas atividades, formando ainda suas necessidades e os motivos imbricados a elas.

Como dito por Marx (2011, p. 24) “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” Ora, prescindir da ideia da magnitude das determinações históricas é negar a realidade e a concreticidade da trama da humanidade. Nesse sentido, cabe dizer que nosso psiquismo compreendido à luz dessa discussão se apresenta como:

Para Vigotski, o tempo como forma de existência da matéria é algo mais do que um postulado filosófico abstrato. Aplicando-o para criar a Psicologia do homem, interpreta o tempo no sentido do materialismo histórico: o tempo humano é história, quer dizer, o processo de desenvolvimento da sociedade. (Shuare, 2017, p. 61)

Com isso, as condições histórico-sociais apresentam como a irreduzibilidade da unidade já referida: indivíduo-sociedade. No tocante dessa unidade, há um processo considerado uma lei geral do desenvolvimento do psiquismo desde a Psicologia Histórico-Cultural: a relação interpsicológica e intrapsicológica. Essa relação de constituição do psiquismo revoga e supera as perspectivas imediatistas e naturalistas. Vigotski (2000) apresenta uma lei geral das funções psicológicas superiores, a saber:

...qualquer função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos - primeiro no social, depois no psicológico, primeiro entre as pessoas como categoria interpsicológica, depois - dentro da criança. (...) Por trás de todas as funções superiores e suas relações estão relações geneticamente sociais, relações reais das pessoas. (p. 26)

Deste modo, a face interpsicológica do desenvolvimento do psiquismo corresponde aos processos presentes nas relações entre as pessoas; se observarmos toda a dinâmica de desenvolvimento na infância, as características especificamente humanas se desenvolvem unicamente em uma relação de aprendizado, o que implica, necessariamente, a existência do outro no processo de ensino, isto é, de uma relação entre pessoas. Nesse sentido, é através desse processo que ocorre a transformação das funções psicológicas em um nível qualitativamente superior. Assim, por meio desse processo ocorre a internalização dessas relações sociais em relações intrapsicológicas. Shuare (2016), ressalta que “. . . para Vigotski a interiorização não é a simples passagem de função do exterior ao interior, mas que implica a transformação da estrutura da função, a constituição da própria função psíquica superior.” (p. 66). Desta forma, compreende-se que a condição intrapsicológica da constituição do psiquismo é dotada de um caráter revolucionário no desenvolvimento cultural, pois o momento interpsicológico, da relação entre o indivíduo e o outro, guarda a gênese de toda função psíquica.

A compreensão do psiquismo, desde o materialismo histórico-dialético, corresponde à formação de uma imagem subjetiva da realidade, contemplando todo o processo de internalização das relações exteriores ao indivíduo. Desse movimento fundamenta-se ao que lançamos luz como funções psicológicas.

As funções psicológicas são mecanismos psicofísicos, que são compreendidos como sensação, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, imaginação, emoções. Tendo como diferenciação a sua qualidade: elementar e superior. As funções psicológicas elementares são aquelas que correspondem às formas mais primitivas e naturais do comportamento humano; já as funções psicológicas superiores são uma nova forma de constituição psicofísica, que tem como essência a sua formação pelas relações sociais (Martins & Carvalho, 2016; Silva, 2017). No esteio dessa discussão, deve-se colocar em relevo que trataremos das funções psicológicas como unidades do funcionamento psíquico, não pontuando as diferentes funções distintivamente, pois, a esta pesquisa interessa-nos a captação do movimento que rege o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Em vista das funções psicológicas superiores, Vygotski (2017) sistematiza três regras fundamentais de seu desenvolvimento. A primeira retoma o que foi abordado acima, sobre a mudança radical no desenvolvimento das funções psíquicas superiores, não como uma alteração direta entre uma determinada função elementar em sua versão superior, mas sim como uma nova forma de desenvolvimento que produz uma nova função. A segunda diz sobre a estrutura das funções psíquicas superiores quanto a sua mudança através de sistemas

psicológicos que é gerado por meio do entrelaçamento das funções psíquicas elementares em uma nova unidade. O autor supracitado apresenta que

As funções psíquicas superiores não são como o segundo andar dos processos elementares, mas constituem novos sistemas psicológicos, que incluem um complicado entrelaçamento de funções elementares, que, ao fazerem parte do novo sistema, passam a agir de acordo com novas leis; cada função psíquica superior é, portanto, uma unidade de ordem superior, determinada fundamentalmente pelas combinações singulares de uma série de funções elementares no novo conjunto. (2017, p. 64)

Podemos compreender que o novo sistema psicológico citado é inaugurado nas funções psicológicas superiores através da formação dos novos nexos entre as funções, transformando a relação entre as elementares e as superiores quanto a sua estrutura e funcionamento. A terceira contempla o processo inverso, qual seja, na condição de algum processo destrutivo das funções psicológicas superiores ocorre a destruição do nexo entre as funções, ao passo que essas leis começam a atuar como estruturas psicológicas primitivas, no seu sentido menos desenvolvido.

Visto a formação das funções psicológicas superiores, como processo e produto da internalização das relações sociais, há potência para o desenvolvimento do reflexo consciente da realidade. O processo de refletir conscientemente a realidade significa a dinâmica de produzir no pensamento as relações objetivas presentes na realidade, suas ligações e propriedades. O reflexo psíquico, como mencionado, por meio do reflexo consciente da realidade, imprime o caráter ativo do indivíduo no seu próprio desenvolvimento; a apreensão das relações circundantes, as condições históricas-objetivas da vida consistem em um nível elevado do desenvolvimento da consciência, o que é uma premissa necessária para o processo de individuação, que falaremos mais a frente (Martins, 2015).

Não é ocioso, diante do presente, enfatizar a processualidade do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, uma vez que para a constituição do psiquismo os diferentes momentos alteram radicalmente suas expressões características e sua essência. Veja a amplitude de determinação que a relação intersíquica possui sobre todo psiquismo: ela é a base que engendra a possibilidade do desenvolvimento da personalidade. Sem o momento intersíquico não há internalização, isto é, não existe o processo intrapsicológico, ou este último é deformado. Para a Psicologia Histórico-Cultural, essa relação guarda a chave para a compreensão real do desenvolvimento, de fato, como uma premissa legal de todo o desenvolvimento humano. Quando dizemos sobre a legalidade inter-intrapsicológica, não nos restringimos ao início da humanização de um indivíduo, o seu nascimento e as inúmeras

necessidades vitais, orgânicas, mas àquelas que introduzem o indivíduo na socialização desde os primórdios de seu desenvolvimento.

Vigotski (2000) diz que as formas de comunicação do adulto com a criança tornam-se funções psicológicas superiores, estabelecendo uma série de exemplos que consolidam esse movimento. Vejamos um destes: “Compare a carta - para si no tempo e para outro; ler a própria anotação - escrever para si - significa relacionar-se para si como para outro. Etc, etc. Isto é a lei geral para todas as funções psicológicas superiores.” (p. 26). A primeira parte da sentença revela para nós algo de interessante sobre a irradiação que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores produz em todo o desenvolvimento: ao escrever para o outro, há uma externalização dos processos intrapsicológicos; de outro modo, ao ler a própria anotação, expressa-se a internalização de algo que esteve antes em um processo interpsicológico.

No âmbito dos diferentes períodos do desenvolvimento, estas relações adquirem características peculiares, relacionadas às atividades que circundam o indivíduo. Deste modo, tendo em vista o que foi apresentado como uma lei geral de todo o desenvolvimento, nos atentaremos a um processo mais complexo do desenvolvimento humano: a personalidade.

2.3 A atividade e a dinâmica da constituição da personalidade

A presente seção tem como finalidade discorrer sobre os processos de formação e dinâmica da personalidade, como base para a apreensão concreta do caráter singular do desenvolvimento humano. Dito de outro modo, a especificidade de engendrar a discussão no caminho da constituição e dinâmica da personalidade, desde a base teórica-metodológica da Psicologia Histórico-Cultural, pressupõe, fundamentalmente, que o desenvolvimento humano é concreto. Esse movimento evoca e exhibe a inscrição metodológica deste trabalho, isto é, dos pressupostos que regem o ser social na realidade objetiva. Temos por realidade objetiva o próprio contexto histórico-social posto na sociedade, sendo o meio de vida entre os seres sociais e de construção de suas histórias. Sobre esse aspecto, Martins (2020) expõe que:

... a realidade objetiva não é estática, mas um constante processo de transformações, o que a coloca como dado histórico. Tais transformações, por seu turno, há muito deixaram de ser naturais ou fortuitas, subjugando-se, pois, à relação entre ser humano e natureza. Ou seja, o homem, como parte da natureza só pode sobreviver por seu constante metabolismo com ela, metabolismo esse consubstanciado em sua atividade vital, isto é, no trabalho. Nessa acepção, a história é o produto dos modos pelos quais os seres humanos produzem sua existência ao longo do tempo, num processo cujo traço central é a sua dimensão teleológica. Sendo assim, o trabalho operou e continua operando decisivamente na formação humana. (p. 340)

Em vista disso, e como posto na seção anterior, entende-se que versar acerca da constituição e dinâmica da personalidade é compreender que ela é gestada e formada pela unidade indivíduo-sociedade. Uma vez que todo o desenvolvimento da história e da cultura é parte constituinte do desenvolvimento do indivíduo. Leontiev (2021, p. 193) afirma que “O conceito de “indivíduo” expressa indivisibilidade, inteireza e particularidades de um sujeito concreto, que surgem já nos estágios iniciais do desenvolvimento da vida.” Essa indivisibilidade sucede de seu caráter ativo na construção da realidade objetiva e por ela constituída.

Nesse sentido, Vigotski (2021), ao tratar do percurso metodológico e investigativo do desenvolvimento da personalidade, apresenta que “... o processo de desenvolvimento cultural pode ser caracterizado como o desenvolvimento da personalidade e da visão de mundo da criança (p. 443).”. Esse ponto da análise explícita à guisa do movimento necessário e suas condições metodológicas para o desenvolvimento, corresponde ao caráter mais amplo e geral sobre o conceito de personalidade. Em relação ao caráter mais individual, para alcançar o processo de individuação da personalidade, é imperativo compreender sua integralidade e dinâmica, desde a legalidade que rege o desenvolvimento humano. As mudanças e transformações ocorridas, as organizações das atividades e todo o seu conteúdo revela o que há de mais particular da personalidade do indivíduo.

Uma das leis gerais da Psicologia Histórico-Cultural é a premissa fundamental que refuta a abordagem inatista sobre a personalidade, visto que este é um conceito geneticamente social, uma vez que o desenvolvimento cultural e a visão de mundo não estão postos entre os animais. Leontiev (2021, p. 194) “...a palavra personalidade é empregada apenas em relação ao ser humano, e apenas a partir de certa etapa do desenvolvimento. Não se diz ‘personalidade do animal’ ou ‘personalidade do recém-nascido.’” Essa afirmação, evidencia para nós que, para além de ser exclusividade do indivíduo humano, a personalidade não existe desde a tenra idade, ela é um processo único que se desenvolve na trama da vida, guardando em si o que é natural e histórico no humano. Se ela é decorrência do desenvolvimento, pode-se compreender que ela é aprendida pelo indivíduo, pelas e nas atividades que o constituem - o indivíduo aqui é o conceito que emerge na modernidade como representante genérico do ser social - nos dedicaremos a esse aspecto mais à frente. A face natural da humanidade diz sobre sua base fisiológica, ou seja, sua natureza orgânica. Entretanto, não há uma oposição excludente entre o caráter natural e o social/histórico-cultural na formação do humano, tampouco há um processo de interação entre eles. O que ocorre é composição de uma unidade revolucionária; conforme

estamos construindo até aqui, a superação das barreiras naturais para a satisfação das necessidades qualifica o desenvolvimento natural em social. Ao apresentar o trabalho como categoria que funda o ser social e eximir que as determinações biológicas não limitam o curso do desenvolvimento da humanidade, pois são transformadas na trajetória do trabalho enquanto atividade humana, Lukács (2013) ilustra as expressões sociais dessa transformação radical: do nível fisiológico auditivo às expressões como a música e a linguagem, no nível fisiológico visual às expressões das artes plásticas e da escrita.

Quer dizer que o desenvolvimento humano é dotado de transformações das esferas mais elementares em complexificações, isto é, em um sistema superior. A complexificação do desenvolvimento humano até a personalidade, como nível mais complexo, demarca a oposição às perspectivas inatistas e biologicistas. Leontiev (2021, p. 194) explica que “A personalidade representa uma formação integral de um tipo especial. Ela não é uma totalidade condicionada genotipicamente: não nascemos personalidade, tornamo-nos uma.” O tornar, isto é, o vir a ser da personalidade, de uma forma concreta, traz para nós que os processos imbricados no desenvolvimento da história das atividades que o indivíduo realiza desde a infância vão construindo um conjunto de experiências que são necessariamente aprendidas e não desabrocham ou amadurecem, como se estivessem aguardando o período de sua manifestação. Isso não significa simplificar, ou até mesmo reduzir, a personalidade às suas expressões fenomênicas, significa dedicar-se à história dos nexos dessa personalidade. Portanto, com a finalidade de introduzir o que temos dito até aqui, é fundamental orientarmos o prisma para a estrutura geral da atividade: suas necessidades e motivos.

A necessidade, como conceito intrínseco à estrutura geral da atividade constitui a base para a investigação dos fundamentos da personalidade, por isso “As necessidades da personalidade”. Leontiev (2017, p. 39) afirma que “Toda atividade do organismo está dirigida a satisfazer as necessidades naquilo que lhe é indispensável para prolongar e desenvolver sua vida.”. Isso significa que a necessidade, no seu ato fundante ou no processo de sua complexificação, é o que movimenta a atividade humana, é o seu conteúdo. O autor expõe que todo organismo vivo tem necessidades, logo, existem quatro características gerais para se referir aos seres mais complexos. Porém, na esfera humana há particularidades que qualificam distintamente as necessidades. Antecipa-se, assim, que por mais que as características que serão enunciadas sejam homólogas às necessidades naturais da humanidade, a leitura sobre estas deve preconizar que a qualidade de sua satisfação as difere radicalmente dos demais organismos.

Conforme Leontiev (2017) explica, a primeira se refere ao fato de que toda necessidade é dotada de um objetivo, isto é, de algo, de um conteúdo material ou não; de modo que este é

o traço que as diferenciam, qual seja, através da variedade de seus objetos. A segunda diz sobre a obtenção de um conteúdo concreto por meio da satisfação de determinada necessidade, assim como o modo com que ela é satisfeita. Essa característica enfatiza que as condições para a satisfação das necessidades dependem de condições sociais da vida existentes no ato de sua satisfação. A terceira imprime que uma mesma necessidade pode se repetir; essa característica está mais evidente quando consideramos as atividades mais elementares e vitais, como a necessidade de se alimentar, de descansar ou de realizar as necessidades fisiológicas, mas as mais complexas também se repetem, tais como a de se relacionar, de cozinhar e de aprender. Ainda, na repetição das necessidades que se produz sua complexificação e enriquecimento do seu objeto. A quarta característica diz sobre o fato de que as necessidades são desenvolvidas e complexificadas ao passo que a gama de objetos para sua satisfação também se amplia. Isto é, quanto mais próspero e plural são as possibilidades objetivas de satisfação, mais as necessidades se enriquecem de especificidade, se tornam mais particulares (Leontiev, 2017).

A qualidade radicalmente distinta que mencionamos reside no caráter social de sua satisfação, com objetos que não estão postos na natureza. Estas passam a ser necessidades superiores de caráter social. Pensemos sobre uma necessidade biológica do humano, como a de se alimentar: na forma de prover a alimentação, seja pela atividade de cozinhar, ou no âmbito da mercantilização da sociedade de classes há o afastamento da forma natural em eliminar a fome, há, portanto, nesse fenômeno cotidiano uma necessidade superior. Essa complexificação das necessidades contempla traços especificamente humanos, como as artes, a escrita e os signos em geral.

Temos salientado, neste tópico e nos demais, sobre o caráter social, e aqui particularmente a natureza social da satisfação das necessidades superiores. Contudo, para além dessa face ontológica que temos percorrido, no devir de se compreender a estrutura e dinâmica da personalidade, como expressão máxima da complexificação das necessidades, há um atravessamento que imbuí a concreticidade de nosso percurso. Isto diz sobre as condições para a sua satisfação, nesse sentido, as formas capitalistas de produção e reprodução da vida na sociedade de classes, que determinam, em circunstâncias materiais não só para o surgimento e desenvolvimento das necessidades humanas, quanto para a sua satisfação. Essas determinações, não são relegadas a uma abstração da realidade que invalida ou invisibiliza a essência ativa do indivíduo na história. Pois, como Delari-Jr. (2013) apresenta “Reconhecer que a condução da vida humana escapa a qualquer forma de arbítrio absoluto implica, tanto assumir a impossibilidade de uma liberdade total, quanto a impossibilidade de uma “subordinação total” - sendo ambas, formas metafísicas de conceber a vida”. (p. 17) Isto é, condições materiais

endógenas e exógenas não estão entre as alternativas de satisfação das necessidades, elas são parte das determinações para essa satisfação,

Um indivíduo não pode escolher o lugar onde vai nascer, em que tempo, nem em que classe social, ou em quais condições geopolíticas e econômicas. Não opta por sua língua materna, por quem serão seus pais ou pelos primeiros contatos humanos em sua inserção numa dada cultura. Também não escolhe sua carga genético-molecular, nem as possíveis ou prováveis influências que ela terá em sua própria constituição como ser humano . . . fatores como estes, que escapam ao controle de um indivíduo, passarão a fazer parte de seu próprio modo de ser, de uma forma mais ou menos preponderante e/ou permanente. De qualquer modo, isso não significa, absolutamente, que a vida humana esteja simplesmente determinada, de modo absoluto ou mágico, por uma vontade alheia (Delari-Jr., 2013, p. 16)

Assim, os indivíduos satisfazem suas necessidades superiores conforme concretamente lhe são postas alternativas para tal. A vista disso, essa discussão oblitera as perspectivas que ideologicamente postulam que o conjunto de determinações histórico-sociais estão apartados da constituição da personalidade do indivíduo e da realização de suas atividades. Leontiev (2021) aborda que as atividades do indivíduo vão se convertendo em unidades e que elas indicam a análise psicológica da personalidade. Pois, mesmo diante das determinações histórico-sociais, não é possível depreender estaticamente qual característica terá a personalidade, somente na trama da história de vida do indivíduo será possível considerar o significado concreto desses aspectos. Em vista disso, o autor estabelece uma relação entre a hierarquia das próprias atividades do indivíduo, ao considerar que o núcleo da personalidade, como estrutura, se desenvolve através de certos nós entre atividades distintas que o indivíduo objetiva em um sistema de relações. Entende-se, a partir do exposto, que para esse processo de hierarquização das atividades, as necessidades mais elementares não devem ser consideradas na análise, por serem, para todos os organismos complexos e especificamente para humanos, premissas para o desenvolvimento e complexificação de outras necessidade.

Como elo das necessidades, imbrica-se a essa discussão o caminho apontado por Leontiev (2021), que, para esta pesquisa, assenta reflexões fundamentais sobre a personalidade - e mais a frente sobre o período específico de sua formação: a adolescência. Dessa maneira, o autor explica e sintetiza que “De acordo com a definição aceita por nós, chamamos de atividade o processo estimulado e orientado por um motivo, no qual determinada necessidade é objetivada. Em outras palavras, por trás da correlação de atividades, revela-se uma correlação de motivos.” (p. 207)

É notório que a separação dos elementos que compõem a estrutura geral da atividade, possuem como recurso e finalidade didática de se dar atenção aos processos ocorridos em seu interior. Leontiev (2021), apresenta que anterior a abordagem dos motivos, é importante frisar que este difere do que comumente compreende-se como vivências subjetivas, vontades e desejos, e que estes ocupam um outro espaço no processo de regulação da atividade, que não os quais não nos ocuparemos neste trabalho. Deste modo, os motivos não são homogeneizados, eles possuem uma divisão quanto às suas funções. Isto significa que uma mesma atividade pode guardar em si motivos distintos, tornando-se polimotivada.

O autor define que “Denomina-se motivo da atividade aquilo que, refletindo-se no cérebro do homem, excita-o a agir e dirige a ação a satisfazer uma necessidade determinada.” (Leontiev, 2017, p. 45). Essa excitação conduz as ações do indivíduo, seja diretamente ou através de ações intermediárias para a satisfação de uma necessidade. No entanto, as ações não são sinônimos dos motivos, uma vez que uma ação intermediária, por exemplo, pode não corresponder ao motivo de dada atividade. O motivo revela a nós o sentido que determinada atividade tem para o indivíduo, e esse fato é de caráter fundamental na compreensão concreta da dinâmica da personalidade, pois é unicamente na vida de um indivíduo que podemos apreender sua esfera motivacional. Feitas estas considerações, podemos dizer ainda que, na qualidade dos motivos, aqueles não conscientes no reflexo psíquico não são especiais ou estão “ocultos nas profundezas do psiquismo” (Leontiev, 2021, p. 221) Esse fator nos parece de suma importância, pois contrapõe-se a hiperbolização de espectros fantasmagóricos da personalidade.

Nesse âmbito, vale exibir que os motivos, assim como as necessidades, são diferenciados em naturais (elementares) e superiores, e estes entre materiais e espirituais. Assim, não é ocioso frisar que os motivos também são dependentes das condições sociais da vida, ou seja, o motivo está repleto conteúdos presentes na realidade, em um período histórico específico. Entretanto, cabe-nos dispensar atenção à qualidade dos ditos motivos formadores de sentido e os motivos-estímulos⁹.

Os motivos formadores de sentido (geral e amplo), estão presentes nas atividades que possuem para o indivíduo um sentido pessoal. O sentido pessoal não é um fenômeno que deva ser assimilado como inato ao humano, ele consiste na característica desenvolvida na

⁹ No texto *As necessidades e os motivos da atividade*, de Leontiev (2017), temos as nomenclaturas de motivo geral e amplo e motivo particular e estreito, e também motivos eficazes e ineficazes. Em uma nota do próprio texto, as tradutoras Longarezi e Franco sinalizam a pluralidade apresentada pelo autor no decorrer de suas produções. Aqui optamos por adotar a definição supracitada, que consta na obra *Atividade Consciência Personalidade* (2021).

consciência do indivíduo a partir dos significados externos a ele. Leontiev (2021) apresenta que “Se a sensibilidade exterior liga na consciência do sujeito os significados com a realidade do mundo objetivo, o sentido pessoal os liga com a realidade de sua própria vida nesse mundo, com seus motivos.” (p. 172). Isso implica que o sentido pessoal possui uma relação direta com a natureza do motivo da atividade, pois, “O sentido pessoal cria a parcialidade da consciência humana.” (p. 173). De modo que os motivos geradores de sentido encontram-se em um período extenso da atividade do indivíduo, e independem de situações casuais. Os motivos-estímulos (particular e estreito), representam uma parcela dos motivos, atuando durante um curto período no impulsionamento da realização da atividade. Deve-se considerar que, para a realização de algumas atividades, ambos os motivos são inescusáveis, pois existem motivos que direcionam as ações necessárias para o objetivo e outros que atuam na estimulação direta de sua realização.

A diferenciação dos motivos não está dada de modo imediato, ela ocorre na análise da atividade, pois, para o indivíduo os motivos apresentam-se, subjetivamente, por meio das vontades, vivências de desejos e anseios por determinado objetivo. O processo de conhecimento consciente dos próprios motivos da atividade por parte do indivíduo, é revelado, segundo Leontiev (2021) em uma dinâmica de “desvio”, em que têm de reconhecer os sinais-vivências e as suas marcas emocionais de uma situação. Com base nessas sinalizações internas o indivíduo tem a possibilidade de discriminar a causalidade dos motivos de sua atividade, entretanto a análise científica da personalidade transcende a identificação dos motivos da atividade. Propriamente, a atividade e suas necessidades, bem como os motivos devem ser investigados em suas ligações, seus nexos. Comprova-se, a partir disso, que unicamente a vida concreta do indivíduo guarda essas relações, não sendo possível depreender em um único fenômeno a história da personalidade e dessas relações.

Desde o princípio do desenvolvimento da criança há uma alternância da dinâmica que ela estabelece com o mundo circundante; isto é, na relação com as coisas (objetos) e com o outros. Essas relações ocorrem desde os primórdios do desenvolvimento, das atividades e necessidades mais elementares à sua complexificação. Leontiev (2021) apresenta que as peculiaridades apresentadas nas etapas iniciais da vida do indivíduo vão formando ligações hierárquicas entre os motivos da atividade

Na ontogênese, essas passagens se expressam em fases que se alternam: a fase que predomina o desenvolvimento da atividade objetual (prático e cognitivo) e as fases do desenvolvimento das interrelações com as pessoas, com a sociedade. Mas tais passagens caracterizam o movimento dos motivos dentro de cada fase. Como resultado, surgem as ligações hierárquicas dos motivos, as quais formam os “nós” da personalidade. (Leontiev, 2021, p. 225)

Esses nós que vão se formando ao longo de todo o processo do desenvolvimento ganham uma potência de transformação em um período específico: a adolescência. Esse período não é arbitrário para a Psicologia Histórico-Cultural, tampouco é na trama da concreticidade da vida de cada indivíduo, da estrutura e dinâmica de sua personalidade. Os nós que se ligam ao longo da vida guardam expressões fortuitas do que temos dito até aqui, da demarcação histórico-social das possibilidades que um indivíduo tem em sua realidade para a formação dos seus motivos.

2.4 A adolescência como período do desenvolvimento humano

Discorreremos sobre o movimento de dinâmica da formação do desenvolvimento, do desenvolvimento do psiquismo, das funções psicológicas e a personalidade. A totalidade desses processos ocorre de maneira unificada, e na adolescência adquirem uma qualidade distinta, antes não vista nos processos anteriores do desenvolvimento. Vygotski (2006), ao apresentar a adolescência como idade de transição, expressa que as leis que regem o desenvolvimento das funções psíquicas e o processo de internalização das relações sociais são intensificadas neste período. Temos visto até aqui que a formação da personalidade é produzida em cada novo nexo das relações entre as funções psicológicas.

Assim, para a Psicologia Histórico-Cultural não há a potencialização das características supracitadas como principais e dominantes no curso da adolescência. De acordo com Pasqualini (2017), “A negação da existência de fases naturais do desenvolvimento determinadas pela maturação do organismo não significa, porém, abdicar da noção de “fase” na explicação do desenvolvimento psíquico.” (p. 67) A autora explica que durante a vida o psiquismo passa por diversas mudanças e que cada fase guarda características próprias que não correspondem exclusivamente a uma maturação do organismo, e que o critério etário não determina necessariamente as transformações do psiquismo. Neste sentido, resgatamos que, para a Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento é compreendido desde suas raízes históricas. Portanto, nossa análise não será relegada ao que tradicionalmente se salienta quanto à adolescência, isto é, o período da maturação hormonal e da exacerbação da sexualidade. Isso não significa negar os processos do desenvolvimento biológico, sequer sua unidade na formação do psiquismo. Sobre isso, Anjos e Duarte (2017), afirmam que

É importante que se diga que as mudanças biológicas ocorridas na adolescência, ou em qualquer outra fase do desenvolvimento humano, não podem ser negadas ou negligenciadas, pois as relações entre os aspectos biológico e social no ser humano são de incorporação do primeiro pelo segundo, e não de eliminação ou mesmo separação entre ambos (p. 196)

Contrariando o processo de naturalização da adolescência, e assumindo o caráter social de sua estrutura e dinâmica, compreendemos que as condições que engendram o desenvolvimento devam ser contempladas para além das aparências fenomênicas, isto é, nos esforços da superação de suas brumas. Para isso, buscaremos compreender o processo de formação da consciência e autoconsciência do adolescente nas implicações da vida concreta. Nesse contexto, Marx e Engels (2007) apresentam que

. . . não partimos do que os homens dizem, imaginam, concebem, nem dos homens como são descritos, pensados, imaginados, concebidos, a fim de chegar aos homens de carne e osso. Princípios com homens reais, ativos, e baseados em seu verdadeiro processo vital demonstramos a evolução dos reflexos e ecos ideológicos desse processo vital. Moral, religião, metafísica e todo o restante da ideologia e suas formas correspondentes de consciências, pois, não mais conservam o aspecto de sua independência. Elas não têm história nem evolução; mas os homens, desenvolvendo sua produção material e seu intercâmbio material, alteram, a par disso, sua existência real, seu pensamento e os produtos deste. A vida não é determinada pela consciência, mas pela vida. No primeiro método de abordagem, o ponto de partida é a consciência tomada como o indivíduo vivo; no segundo, são os próprios indivíduos vivos reais, tal como são na vida concreta, e a consciência é considerada unicamente como consciência deles. (p. 172)

A formação concreta da consciência diz realmente sobre os laços presentes na vida do indivíduo, e na adolescência, enquanto período particular, sobre algumas características específicas de formação; podemos, a partir disso, relacionar dois processos, sendo estes o desenvolvimento do sentido pessoal e da formação da consciência. Deste modo, ao nos ocuparmos da importância da formação do sentido pessoal e da formação de consciência, impreterivelmente se inscreve como elo da relação, a natureza dos significados na consciência. Escolhemos o caminho em inserir e articular esses processos do desenvolvimento da consciência nesta seção, pois, em nossa compreensão, pelo prisma materialista histórico-dialético, ao refletirmos sobre um período do desenvolvimento desvelar-se-á o movimento oculto em seu interior. De acordo com Leontiev (2021) “Os significados são os mais importantes “formadores” da consciência humana” (p. 160), o autor explica que os significados de uma língua guardam os modos socialmente elaborados de ação, assim como estão representados o mundo objetual e suas relações. Deve-se considerar que, quando introduzimos o conceito de ideologia para engendrar a leitura do real, anunciamos que a ideologia capitalista

opera como base material para a constituição humana, e na formação dos significados e nos processos posteriores essa base não está cindida.

Por sua vez, deve-se considerar que esses processos não ocorrem de maneira mecânica, através de uma internalização passiva das relações sociais e dos significados imbricados nelas. A premissa consiste no fato de que os significados precisam ser compreendidos nas relações entre as atividades do indivíduo. Dessa dinâmica da formação dos significados elaborados socialmente, surge uma duplicidade na consciência do indivíduo, o primeiro, dos significados objetivos e o segundo, de algo específico, um dito movimento de significados no sistema da consciência individual: o sentido pessoal. O sentido pessoal é um processo de individualização dos significados, uma parcialidade da consciência. Em outras palavras, a partir dessa individualização não há uma dependência direta das relações sociais para exame dos significados, o sentido pessoal passa a compor e formar a consciência. Essa formação se dá por meio de um desenvolvimento sensorial do sentido pessoal, a “supraindividualidade” dos significados (Leontiev, 2021). O autor expõe que

. . . na consciência individual os significados “se psicologizam”, retornando à realidade do mundo dada à pessoa sensorialmente. Outra circunstância, ademais decisiva, que converte o significado em categoria psicológica, é o fato de que, ao funcionarem no sistema da consciência individual, os significados realizam não eles mesmos, mas o movimento do sentido pessoal personificado nele, desse ser-para-si do sujeito concreto. (Leontiev, 2021, p. 173)

O processo supracitado, na trama da adolescência, se converte em um reconhecimento das relações em que o indivíduo está inserido, nesse sentido, a família, a comunidade escolar, seus pares etc., sofrem transformações no âmbito não só de sua consciência, mas na esfera material dessas relações. Essas mudanças são carregadas de atravessamentos presentes na cultura do que se compreende como adolescência/adolescente, isto é, de como o mundo que o circunda possibilita as condições de sua existência e, para além disso, do cenário de estruturação de sua consciência. Uma vez que consideramos que toda a dinâmica de formação do sentido pessoal possui fundamentalmente um nexo em sua origem com as relações entre o indivíduo e o outro.

Na toada da formação do sentido pessoal compreendemos que há uma intensificação do desenvolvimento de interesses na adolescência, como antes não visto em outros períodos do desenvolvimento. Vygotski (2006) explica que a relação entre as necessidades biológicas e as necessidades culturais superiores sintetizam os interesses. De modo que neste período, em razão do amadurecimento orgânico e das mudanças sociais, a dinâmica inter e intrapsicológica

ganha uma qualidade distinta; o acúmulo dos aprendizados anteriores passa a influir no desenvolvimento de certos interesses, no entanto, como algo novo. Sobre o nascimento do novo na adolescência, o autor expõe uma passagem que, analogicamente, imprime esse movimento:

. . . os processos de desenvolvimento na infância e na idade de transição lembram frequentemente a transformação da lagarta em crisálida e da crisálida em borboleta. Neste processo de desenvolvimento, antes da mudança qualitativa das formas, antes do surgimento de novas formações, o próprio processo revela claramente que a sua estrutura complexa, é composta pelos processos de extinção, desenvolvimento reverso ou redução da forma antiga e pelos processos de nascimento, formação e maturação da nova forma. A transformação da crisálida em borboleta pressupõe tanto a extinção da crisálida quanto o nascimento da borboleta; toda evolução é, ao mesmo tempo, involução. (Vygotski, 2006, p.24)

A transformação no âmbito dos interesses guarda dois momentos, a etapa do surgimento de novas atrações e a etapa de maturação dessas novas atrações como um sistema de interesses, logo há, nesse sentido, a atuação do meio social como processo hierárquico na organização dos interesses. Em vista disso, afirma-se que as atrações se transformam em interesses; assim, a dinâmica da formação dos interesses passa também a constituir o desenvolvimento da personalidade e a concepção de mundo do adolescente (Vygotski, 2006). Isto é, os interesses são tomados por um caráter cultural, ao passo que encerram a infância e inauguram esse momento novo, quanto à mudança nas características principais do período.

Há de se considerar que do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, da apreensão dos significados e do sentido pessoal, e dos interesses, os nexos na organização psíquica do adolescente ganha uma nova qualidade. Tradicionalmente, há uma atribuição e redução deste processo em mudanças emocionais, como expressão da sexualidade. No entanto, para a Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento é transformado de modo integral, de modo que na adolescência não há uma reprodução da filogênese à ontogênese, como amplamente compreendido pela síntese maturacional da sexualidade; para nós, os conteúdos e as formas do pensamento na adolescência revelam sua natureza histórica e cultural. Vygotski (2006), explica que

. . . toda investigação realmente profunda nos ensina a reconhecer a unidade e a indissolubilidade da forma e o conteúdo, da estrutura e da função, nos ensina que cada novo passo no desenvolvimento do conteúdo do pensamento está inseparavelmente unido também com a aquisição de novos mecanismos de comportamento, como um passo a uma etapa superior de operações intelectuais. (p. 54)

Essa unidade dialética dos aspectos do desenvolvimento não se restringe à adolescência em si, mas a todos os períodos do desenvolvimento, como lei geral investigativa. De modo que, tampouco deve-se haver uma estreita compreensão, como o roteiro de um passo a passo para a adolescência como um período de avanços positivos e ganhos efetivamente fadados. É preciso ter em vista que, como temos dito até aqui, que o desenvolvimento ocorre sob bases concretas de alternativas reais, as quais introduzimos no primeiro capítulo deste trabalho.

As mudanças ditas por Vigotski no fragmento citado como “etapa superior”, compreende-se como processos de neoformações do desenvolvimento. Essas novas formações nascem através da substituição das atividades realizadas entre um período e outro. A este respeito, o conceito de atividade principal está atrelado ao de situação social do desenvolvimento, isto é, sobre a atividade mediativa predominante do indivíduo em um determinado período. Davidov (1988), ao mencionar as contribuições de Leontiev, sintetiza três fatores determinantes que ocorrem nas características psicológicas da criança através da atividade principal: o primeiro se refere ao aspecto das mudanças psicológicas básicas, que transformam-se ao passo que as atividades relacionadas ao período etário da criança também são modificadas; o segundo revela que tantas outras atividades derivam e se diferenciam a partir da atividade principal; e o terceiro aponta para o fato de que os processos psicológicos no âmbito individual são originados e organizados pela e na atividade. Esse processo sintetizado segue a mesma estrutura geral da atividade, entretanto, os elementos determinantes na dinâmica psicológica se modificam a cada período do desenvolvimento. Na mudança da atividade principal, não significa que as demais atividades não existam em um dado período; por exemplo, na infância pré-escolar a brincadeira é considerada a atividade principal, todavia, atividades de estudo também estão presentes. A apropriação do indivíduo dos conteúdos construídos historicamente por meio da atividade principal também possibilita a produção de bases para os estágios da transição para o próximo período (Davidov, 1988).

Sobre a periodização de acordo com a atividade principal, no período de transição e da adolescência propriamente, são compreendidas as atividades socialmente úteis, dos dez aos quinze anos, a atividade de estudo e formação profissional, dos quinze aos dezoito anos de idade. Davidov (1988) explica que na atividade socialmente útil há o interesse por atividades esportivas, artísticas, sócio-organizacionais e do trabalho, em que são potencializadas as reflexões sobre a sua própria conduta e a participação coletiva. Já na atividade de estudo e formação profissional, há o desenvolvimento de interesses da vida profissional e do trabalho; neste período também ocorre uma intensificação da formação das qualidades ideológico-morais e da visão de mundo.

As referidas atividades, na transição e na adolescência, evidentemente, são preparatórias para o mundo dos adultos, o que implica na passagem a uma relação de sujeito produtivo dentro da coletividade, assim como no processo de individuação. Deve-se considerar que os modos e as vias pelas quais essas atividades são produzidas, disponibilizadas e mediadas, isto numa relação de ensino-aprendizagem, engendram a totalidade das alternativas postas ao desenvolvimento do adolescente. Uma vez que as atividades principais não surgem de modo espontâneo e tampouco natural na organização da vida do adolescente; há de se ter em vista o caráter interpsicológico de toda esta dinâmica.

Outro ponto que deve acompanhar a reflexão aqui estabelecida é justamente a discussão introduzida no primeiro capítulo deste trabalho. O desenvolvimento dessas atividades principais no contexto capitalista de organização da vida possui uma perspectiva ideológica que, não raramente, produz uma certa deformação na potencialização esperada para o período de transição e adolescência. Vale dizer que essa deformação é compreendida mediante a gama de possibilidades humano-genéricas privadas e ou precarizadas para uma grande parcela do coletivo, outrossim, como um processo (de)formativo atravessado pela violência.

Neste conjunto de processos envoltos na atividade principal, com destaque para a condição capitalista como cenário de desenvolvimento destes, é necessário pontuar que não se pressupõe uma relação mecânica da determinação dessas relações para com o desenvolvimento. Delari-Jr. (2013), ao falar sobre a tese de que a vida determina a consciência e não o contrário, explica que é importante tomar essa compreensão sem tropeçar ou até mesmo edificar as reflexões sobre a formação da vida e da consciência a partir de um mecanicismo ou reducionismo do desenvolvimento.

Em primeiro lugar, porque a vida humana, por si só, já não é algo tão simples e compartimentalizado, em segundo lugar, porque a determinação da consciência pela vida não é mecânica, nem se coloca como uma relação imediata de causa-efeito. O próprio conceito de “determinação”, neste caso, como vimos, envolve o estabelecimento de relação em que uma realidade é condição *sine qua non* para a outra, mas não necessariamente em que uma realidade seja causa essencial e incondicional de outra que lhe suceda como simples efeito ou consequência linear. (p.74)

De modo que, ao olharmos para adolescência, estamos alçados, de modo geral, de que o curso da periodização e das atividades principais de cada período é um produto reflexo das relações sociais concretas e historicamente produzidas pela humanidade. Isso implica em dizer, portanto, de que ele não é amorfo ou estático, e de que seja a atividade socialmente útil ou a atividade de estudo e formação profissional, ambas estão em movimento ao passo que as relações sociais também estão. Ainda faz necessário ressaltar que a criança, durante todo o seu

desenvolvimento, incluindo a adolescência, não está numa determinação ou relação meramente adaptativa na sociedade. Elkonin (2017) dedica relevo ao afirmar que “A posição da criança na sociedade tem se modificado ao longo da história, mas, em todo lugar e época, a criança foi parte da sociedade.” (p. 158).

Sobre a unidade indivíduo-sociedade: na adolescência assume-se um caráter distinto e revolucionário no que tange, especialmente, a relação com o outro. Neste período, é inaugurada uma forma de comunicação pessoal e íntima entre os adolescentes. Nessa nova atividade, segundo Elkonin (2017), há o desenvolvimento de uma espécie de código de companheirismo, em que se estabelece a relação de um adolescente com um outro adolescente a partir de suas qualidades e características pessoais. Podemos aqui, novamente, nos ancorar no fundamento vigotskiano de que tornamo-nos quem somos através do outro, como período de complexidade e potencialização da personalidade do adolescente. Em face desse aspecto, há o fortalecimento das relações grupais por meio da amizade, como também apresentado pelo autor como “código da amizade”, o qual imprime a lógica das inter-relações presentes entre os adultos da esfera social. Para além disso, as pessoas que são considerados os vínculos mais próximos do adolescente neste código expressam particular importância na dinâmica da personalidade do adolescente. O desenvolvimento dessa forma de comunicação implica também na formação da visão de mundo, das noções sobre campos da sociabilidade, opiniões, perspectiva de futuro e sentido pessoal da vida (Elkonin, 2017). Nesse sentido, a partir dessas novas forma de se relacionar com o outro e consigo, Davidov (1988), - ao enunciar Elkonin e Dragunova - sintetiza que:

A neoformação psicológica central dessa idade, segundo a opinião desses autores, é o surgimento do sentimento de maturidade como forma de manifestação da autoconsciência, que permite aos adolescentes comparar-se e identificar-se com os adultos e com os companheiros, encontrar modelos para a imitação, construir, segundo esses modelos, suas relações com as pessoas. (p.45)

Essa característica marcante da manifestação da autoconsciência é um período heurístico que exhibe os reflexos da visão de mundo do adolescente. Neste período, é possível apreender, de modo mais evidente, a dinâmica das relações de educação cultural nos nexos presentes no psiquismo do adolescente. Ancoram-se nesses reflexos o que discutimos como elementos da estrutura da atividade na personalidade; deste modo, vimos que as mudanças nas necessidades e motivos do adolescente surgem como um algo ontologicamente novo na singularidade. Podemos compreender, ainda, que este algo é uma nova hierarquização dos motivos da atividade, como dito por Leontiev (2021). E também, é possível analisar, com base

nesta organização, o que foi disponibilizado ao adolescente por meio das relações intersicológicas. Ao passo que os elementos culturais internalizados por meio da educação vão se constituindo em meios instrumentais de lidar com o outro e consigo.

No concerto do desenvolvimento do adolescente, a partir dos processos decorridos, há um elemento presente imbricado a este período, como expressão da nova qualidade, que é a formação de conceitos científicos, isto é, a organização conceitual do pensamento. Ao relacionar o período e a inauguração da forma superior dos pensamentos por conceitos, Vigotski (1999) apresenta que “A idade de transição é a idade de estruturação da concepção do mundo e da personalidade, do aparecimento da autoconsciência e das ideias coerentes sobre o mundo. A base para esse fato é o pensamento em conceitos . . .” (p. 122). Nesse sentido, vale dizer que o processo de formação conceitual não se restringe ao período da adolescência, pois, desde a infância, nos processos de ensino e aprendizagem, a criança passa por estágios necessários a esta formação. Vigotski (2001), ao falar sobre as pesquisas desenvolvidas sobre o conceito, apresenta que

. . . estudos especiais mostram que só depois dos doze anos, ou seja, com o início da puberdade e ao término da primeira idade escolar, começam a desenvolver-se na criança os processos que levam à formação dos conceitos e ao pensamento abstrato. Esses resultados contrariam a afirmação de alguns psicólogos que negam o surgimento de qualquer função intelectual na idade transitória e afirmam que toda criança de três anos domina todas as operações intelectuais de onde se forma o pensamento do adolescente. (p. 155)

Deste modo, desde a infância, ao se apropriar da cultura circundante, o indivíduo vai caminhando por estágios no processo de formação conceitual. O primeiro estágio, desde a tenra infância, é o sincrético. O estágio sincrético é marcado pelo apoiar-se da criança em sua percepção através das mediações oferecidas pelo adulto sobre o mundo dos objetos; através da nomenclatura dos objetos, apresentados pelos adultos, a criança começa a identificar o significado da palavra com o objeto. O estágio sincrético também é designado como um amontoado de objetos desordenados, de modo que as fases inseridas nesse estágio vão desde o significado da palavra que é estabelecido na conexão com o objeto, até o de algumas imagens sincréticas unidas por um significado da palavra (Vigotski, 2001). Como ilustração desse movimento, temos a nomeação, por parte da criança, aos diferentes tipos de animais, quais sejam, cachorro, gato e ovelha, pela onomatopeia “auau”. Este estágio tem três etapas: a primeira, que consiste na organização da criança pelo ensaio e erro. Isto é, na organização de seu pensamento por meio da tentativa de organização da imagem sincrética. Na segunda etapa, a percepção passa a ser organizada pelas experiências através dos elementos de contatos

espaciais e temporais com o objeto. Já na terceira etapa deste estágio ocorre o princípio dos agrupamentos, das generalizações e também do significado das palavras (Anjos & Duarte, 2017).

O segundo é denominado de estágio de formação de complexos. Este estágio consiste no processo de generalizações, estabelecidas pela criança através dos vínculos concretos e objetivos dos objetos, com base em sua semelhança. Por exemplo, em pequenos cachorros, gatos e ovelhas, ambos poderiam ser chamados de filhotes, pela semelhança em seu tamanho. Vigotski (2001) explica que nas investigações sobre a formação do pensamento por complexos, foram observadas cinco fases de tipos distintos, sejam estas, a) complexo associativo, b) complexo por coleção, c) complexo por cadeia, d) complexos difusos e e) pseudoconceitos.

O tipo associativo diz sobre as relações concretas verificadas pela criança em objetos distintos e que são associadas a um mesmo grupo. Por exemplo, dois objetos distintos que possuam a mesma cor são associados como comuns a uma mesma família de objetos. O autor afirma que a multiplicidade do tipo associativo não se restringe à identidade dos traços entre os objetos, mas podem estar unidos por diferentes vínculos concretos, quais sejam, por seus contrastes e semelhanças. O tipo por coleções é constituído pelo processo de combinar os objetos com base em algum traço para formar um todo, como diferentes e complementares. Assim, a criança une objetos com cores e formas distintas como representantes de uma única coleção. Essa forma de organização do pensamento se desenvolve nas experiências concretas da vida da criança, por exemplo, a união de um copo, um prato, um garfo e uma colher, como a coleção de objetos para a realização da refeição. O tipo de complexo em cadeia é a associação por meio de um elo existente entre os objetos. No cenário investigativo, o autor explica que a criança pode escolher algumas figuras triangulares, até que começa a elencar objetos de uma mesma cor. Deste modo, podem existir três elementos distintos entre si, como um triângulo amarelo, um triângulo verde e um círculo verde: o primeiro e o último elemento não possuem conexão, mas estão unidos pelo elo do segundo elemento, formando um complexo em cadeia, isto é, a junção de elementos particulares em uma relação. O tipo difuso é caracterizado, efetivamente, pelos traços diluídos e indefinidos entre os objetos. A conexão estabelecida pela criança ocorre a partir de formas e traços que se assemelham de modo menos evidente, por exemplo, quadrados e triângulos unidos, a partir de suas linhas.

O último tipo de pensamento por complexos, aparentemente, com base nas características fenotípicas, se confunde com um conceito, mesmo sendo diferente em sua natureza psicológica, por isso, é chamado de pseudoconceito.

Se analisarmos atentamente essa última fase no desenvolvimento do pensamento por complexos, veremos que estamos diante de uma combinação complexa de uma de série de objetos fenotipicamente idênticos ao conceito mas que não são conceitos, de maneira nenhuma, pela natureza genética, pelas condições de surgimento e desenvolvimento e pelos vínculos dinâmicos causais que lhe servem de base. Em termos externos, temos diante de nós um conceito, em termos internos, um complexo. Por isso o denominamos pseudoconceito. (Vigotski, 2001, p. 190)

A formação do pseudoconceito sintetiza a acumulação do desenvolvimento do pensamento por complexos, se caracterizando, mesmo dentro dos complexos, como um salto em sua aparência, assim como nos traços necessários para o vir a ser do pensamento conceitual. Esse fato não ocorre de forma arbitrária, pois mesmo sem uma intencionalidade clara dos motivos da atividade do adulto em relação ao ensino da criança, este é atravessado e carregado por processos ideologicamente determinados. Não é admissível para nós produzir o equívoco de que os adultos, por já terem passado pelos processos desenvolvimentais que aqui discorreremos, estão ausentes e autônomos das condições histórico-culturais da formação de seus pensamentos. Há de se assentar, ainda, que quando dissemos sobre os adultos não nos restringimos, especificamente, a indivíduos singulares; apontamos para as representações particulares destes indivíduos sobre o modelo de uma dada instituição, qual seja ela, família, escola, igreja, etc. Sobre a formação do pseudoconceito pela criança, Vigotski (2001) apresenta que

As vias de disseminação e transmissão dos significados das palavras são dadas pelas pessoas que a rodeiam no processo de comunicação verbal com ela. Mas a criança não pode assimilar de imediato o modo de pensamento dos adultos, e recebe um produto que é semelhante ao produto dos adultos porém obtido por intermédio de operações intelectuais inteiramente diversas e elaborado por um método de pensamento também muito diferente. É isto que denominamos pseudoconceito. Obtém-se algo que, pela aparência, praticamente coincide com os significados das palavras para os adultos mas no seu interior difere profundamente delas. (p. 193)

Portanto, o pseudoconceito se apresenta como a protoforma, o antecedente ao conceito, sendo essa relação de transmissão pela via da comunicação fundamental para a apreensão e desenvolvimento do pensamento conceitual na adolescência. Entretanto, Vigotski (2001) assevera que os significados passados pelos adultos determinam os modos pelos quais se desenvolverá as generalizações realizadas pelas crianças, inclusive os elementos concretos particulares são apresentados também pelos os adultos. Este fato implica que as possibilidades dadas para o desenvolvimento do pensamento do adolescente, foi dividido, em cada período de sua história, com um outro, com um adulto. Assim, o pensamento conceitual revela em seu

interior histórico a dinâmica de aprendizagem cultural do indivíduo, o que lhe foi ofertado, as alternativas que deram condições para a sua formação.

O conceito é um salto qualitativo ao pensamento por complexos, como já dito, pois ultrapassa a associação e a generalização presente nos estágios anteriores, rumo à abstração e a discriminação de elementos isoladamente, para além da experiência concreta. Deste modo, Vygotski (2006, p. 60) apresenta que “O pensamento por conceitos é uma nova forma de atividade intelectual, um novo modo de conduta, um novo mecanismo peculiar”. Essa nova forma de pensamento por conceitos foi investigada de duas maneiras: os conceitos espontâneos/cotidianos e os conceitos científicos.

Os conceitos cotidianos são aqueles formados a partir da educação não escolar, neles a criança não tem a centralidade do seu pensamento no conceito, mantendo-a no objeto. Enquanto os conceitos científicos são desenvolvidos sistematicamente através do ensino escolar (Anjos & Duarte, 2017). Vygotski (2001), afirma que a formação de conceitos ou significado das palavras, implica no desenvolvimento do conjunto de funções como atenção arbitrária, a memória lógica, a abstração, a comparação e a discriminação. Deve-se adicionar sobre pensamento conceitual, inclusive sobre o desenvolvimento das funções psicológicas, que “. . . a adolescência não é um período de conclusão mas de crise e amadurecimento do pensamento. No que tange a forma superior de pensamento, acessível à mente humana, essa idade é também transitória, e o é em todos os outros sentidos” (Vygotski, 2006, p. 229). O aspecto transicional da adolescência, se tomado de forma ampla, enriquece as possibilidades analíticas sobre o período, pois consiste em apreender dois elementos fundamentais sobre a formação do pensamento. Um, em que o desenvolvimento na adolescência, realmente, não ocorre de forma espontânea, de que há desde a tenra idade a história de aprendizagem acumulada e transformada em cada período. Dois, o fato de que na adolescência não se deve conceber como um período estático, de elementos imutáveis e da compreensão de uma personalidade rígida e também imutável.

Outra propriedade citada da adolescência, como período de crise, corresponde a inédita possibilidade de que por parte do adolescente se realize o reflexo psíquico de sua própria vida. Além disso, o pensamento conceitual, como meio de apreensão consciente da realidade, viabiliza e instrumentaliza o indivíduo de se compreender no espaço e tempo da realidade. Esse fenômeno é descrito nas palavras de Vygotski (2006),

A função da formação de conceitos, na idade de transição desempenha um papel decisivo pois permite que o adolescente adentre em sua realidade interna, no mundo de suas próprias vivências. A palavra não é só um meio de compreender os demais, mas

também a si mesmo. Para o locutor a palavra significa, desde o início, o meio de compreender-se, de perceber as próprias vivências. Por isso, somente com a formação dos conceitos se chega ao desenvolvimento intenso da autopercepção, da auto-observação, ao conhecimento profundo da realidade interna, do mundo das próprias vivências. (p. 71)

A crise revela também o princípio da autoconsciência. Nesse sentido, é necessário apontar o prisma para o caráter ideológico de todo o processo de desenvolvimento do pensamento, inclusive de perceber a si mesmo. Segundo Vygotski (2006), a formação conceitual é gestada pela necessidade de solução de algum problema posto ao pensamento do adolescente. Em vista disso, podemos considerar que parte destes dilemas são universais no que tange um determinado aspecto da vida no capitalismo, por exemplo, a necessidade da venda da força de trabalho. De modo que a trama desses processos depende radicalmente das formas históricas universais, particulares e singulares, para o alcance do reflexo psíquico, isto é, na direção do caminho para a consciência de si. Portanto, a formação do pensamento conceitual, é o modo funcional do pensamento para lidar com as situações que são inscritas neste período, que vão, ao passo de suas vivências, formando também a consciência do adolescente.

Martins (2015) afirma que ao longo do desenvolvimento a formação dos conceitos é dotada de características distintas e que, ademais, as novas organizações funcionais do pensamento passam a ser sintetizadas através de conceitos. De outro modo, compreendemos assim que a história de vida, das relações de seu desenvolvimento cultural vão formando os nexos da personalidade do adolescente, assim como o seu pensamento conceitual: uma mudança revolucionária da organização do pensamento do adolescente.

Ao destacar a historicidade como condição heurística de nossa reflexão, os esforços convertem-se em apresentar o movimento pelo qual se desenvolve a personalidade do adolescente. Pois ela guarda em si o percurso de todo o desenvolvimento. A tônica consiste em que os nexos da personalidade carregam as contradições da história social e da vida do indivíduo, ocultadas quando vistas pela ótica fenomênica. Dessa maneira, Vygotski (2006) afirma que

Assim, como na esfera da história, não entendemos a fundo a essência do regime capitalista se o tomarmos estaticamente, fora da tendência do seu desenvolvimento, fora de sua relação necessária com o regime futuro, que está amadurecendo em suas entranhas, na esfera da psicologia jamais compreenderemos a fundo a personalidade humana se a analisarmos estaticamente como a soma das manifestações, condutas etc, sem o projeto de vida único dessa personalidade, sem sua linha dominante, que transforma a história de vida do ser humano de uma série de episódios desconexos e entrecortados em um processo biográfico único e coerente. (pp. 283-284)

Leal & Mascagna (2017) salientam que, na história contemporânea, a adolescência é concebida como um período transitório, como dito, entre a infância e a idade adulta. Tendo alguns elementos socioculturais que marcam o período, seja pela sua atividade principal como estudo voltado a escolha da profissão e a busca pela inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, compreende-se que esse processo está subordinado à classe social a que o adolescente pertence, uma vez que os adolescentes da classe trabalhadora mais populares podem ter uma necessidade de encurtar sua dedicação aos estudos, tendo de conciliar com o trabalho ou até mesmo a interrompendo. Enquanto os de classe com maior poder aquisitivo, a adolescência pode ter a forma exclusiva de vida dedicada aos estudos.

Em vista disso, considerar que as determinações irradiadas da posição que o indivíduo ocupa na relação das forças produtivas do capital orienta as alternativas dispostas para o seu desenvolvimento, não nos parece uma escolha, mas sim uma necessidade fundante quando analisamos a adolescência. No primeiro capítulo, introduzimos a discussão sobre a violência e a ideologia que montam o cenário do desenvolvimento e produzem implicações distintas a cada camada da sociedade e também a cada período do desenvolvimento. Esse ponto, desde as demandas particulares e singulares na adolescência, engendram a crise no sentido do drama de suas escolhas dentro das possibilidades. Leal & Mascagna (2017), apresentam que

A inserção no mundo do trabalho e as considerações sobre o futuro e o exercício profissional constituem aspectos significativos da situação vital do adolescente, que tenta encontrar seu lugar no mundo. Para decidir-se em relação a uma profissão, o adolescente enfrenta a necessidade de responder a um significado social e pessoal, buscando atender a expectativa de futuro, considerando a possibilidade de alcançar o sucesso e a satisfação pessoal. As incertezas sobre esse futuro projetado são um aspecto constante nas reflexões do adolescente, povoadas por preocupações e medos. (p. 228)

Os aspectos das grandes mudanças na vida do adolescente, presentes na citação, são comumente ocultados e reduzidos a uma perspectiva burguesa e tradicional de desenvolvimento, a qual diz que as mudanças hormonais produzem quaisquer descontentamento e rebeldia pelo adolescente. De certa maneira, podemos considerar como uma face do processo violento e ideológico a referida redução dos eventos revolucionários na adolescência. Pois, para além de escamotear a história, esse modo de representar a adolescência atrofia as vias potenciais emergidas através da consciência de si. Quando olhado pela esfera do estudo profissional e do trabalho, podemos visualizar a transição do adolescente a este universo, por uma redução que é alastrada e impregnada de valores meritocratas, que subsumem as condições histórico-sociais particulares e singulares, como uma ideologia dicotômica do

sucesso e do fracasso. Esse redemoinho de reduções, inclusive, também pode deformar o modo com que o adolescente olha para a sua realidade.

Podemos refletir que esse contexto expressa o problema de uma parcela das mazelas intrínsecas à produção e reprodução do capital, assim como seus possíveis efeitos. Isso significa que, dentro de suas possibilidades, os adolescentes realizam uma leitura da realidade, assim como de suas oportunidades de desenvolvimento, seja através do acesso à educação, ao lazer e muitas vezes ao consumo. Os que não a fazem ainda estão no processo anterior de alcançar a dinâmica da consciência de si e das janelas reflexivas que são produtos deste período do desenvolvimento. É importante pontuar, portanto, que tomar consciência das contradições presentes na realidade pode ser umnexo causal de sentimentos adversos, no entanto, tampouco devemos presumir que viver alheio às condições concretas da vida produza quaisquer benefícios. A consciência de si e do outro é um princípio necessário para qualquer mudança na realidade, sendo assim, no reconhecimento dos percalços há abertura de novos saltos qualitativos no desenvolvimento do adolescente.

O emergir da consciência de si na adolescência também está imbricado ao sentido da vida enquanto reflexão intrínseca, como temos dito. Entretanto, essa ideia pouco está inclinada ao subjetivismo abstrato que também, desde o senso comum, é assimilado pela adolescência como um aborrecimento ou inconformismo desmotivados. Ou melhor, em sua aparência pode ter esse caráter subjetivista, mas, para nós, a subjetividade é objetiva. Sobre a subjetividade, Martins (2015) expressa que

A existência subjetiva, por sua vez, possui correspondência objetiva, posto que, se assim não fosse, tornar-se-ia impotente para operar como parâmetro e critério da atividade concreta que vincula sujeito e objeto, isto é, não orientaria o homem nas condições objetivas que sustentam a vida. (p. 242)

Nesse sentido, não há como anular o fato de que a produção da vida historicamente determinada, ao ser internalizada através da atividade e da relação com o outro, seja o conteúdo refletido subjetivamente, uma vez que o sentido da vida opera em movimento, como uma reflexão inacabada e em construção, principalmente na adolescência. Em vista do exposto, depreende-se que, do que temos discutido até aqui, seja necessário inserir uma unidade que possibilite a realização da análise entre o meio e as expressões mais singulares do adolescente, isto é, a sua personalidade. A unidade supracitada, segundo Vygotsky (2006), é o conceito de vivência; no entanto, deve-se considerar que foge de nossos objetivos explorar a amplitude etiológica do conceito. Deste modo, a vivência se constitui da relação entre as determinações

do meio e as características individuais também produzidas por ele no indivíduo. De acordo com o autor,

A vivência da criança é aquela unidade simples sobre a qual é difícil dizer o que representa a influência do ambiente sobre a criança ou uma peculiaridade da própria criança. A vivência constitui a unidade da personalidade e do ambiente à medida que se figura no desenvolvimento. Portanto, no desenvolvimento, a unidade dos elementos pessoais e ambientais se concretiza em uma série de diversas vivências da criança. (Vygotsky, 2006. p. 383)

Conforme exposto, em um dado momento do desenvolvimento - e consideramos que na adolescência esse momento é acentuado - há uma fusão dos traços que caracterizam o indivíduo, sejam estes advindos da educação escolar e familiar, dos elementos históricos e culturais, que efetivamente estão internalizados naquelas formas mais singulares do indivíduo, produzindo a unidade que tanto temos dito. Essa indissociabilidade da dinâmica indivíduo-sociedade pode ser apreendida por meio de vivências; em continuidade, nas palavras do autor,

. . . a vivência reflete, por um lado, o ambiente na sua relação comigo e a forma como vivencio e, por outro, podem ser reveladas as peculiaridades do desenvolvimento do meu próprio eu. Na minha vivência, manifesta-se até que ponto participam todas as minhas propriedades que foram formadas ao longo do meu desenvolvimento em um determinado momento. (Vygotski, 2006, p. 385)

Há sobretudo, em relação à vivência, um destaque ao papel ativo do adolescente em seu próprio desenvolvimento, no sentido da consciência de si, da possibilidade ampliada da compreensão de seu meio. Contudo, a não completa autonomia e independência presentes neste período são mobilizadoras para novas vivências que também são críticas. Vygotsky (2006) afirmou que seria correto dizer que o meio é um determinante no desenvolvimento, através da vivência desse ambiente; entretanto, deve-se evitar a ideia de absolutização dessa determinação, como uma perspectiva passiva. O indivíduo é parte intrínseca ao meio e sua vivência é a síntese de sua situação social no presente período.

Essa relação - de unidade entre as condições sociais do meio e as características da pessoa- , no curso da adolescência, fica mascarada pelo período de crise, em que as grandes mudanças na atividade e nas vivências são reduzidas a uma individualização abstrata da personalidade do adolescente. Essa individualização, em nossa análise, possui dois efeitos, sejam estes, 1) a perpetuação do ciclo de naturalização do desenvolvimento humano e do inatismo da personalidade e 2) a patologização do desenvolvimento da adolescência.

Trata-se de um processo que está dividido em dois momentos, mas que são unidos desde suas raízes. O primeiro é veementemente contestado pela Psicologia Histórico-Cultural, como evidenciamos através de seus pressupostos. O segundo apresenta ramificações específicas como expressões da violência ideológica da sociedade de classes, a que nos parece emergente: a patologização da adolescência.

Considerando o enunciado, e das sínteses que temos dispensado esforços em realizá-las até o presente, justificamos que o caminho proposto nesta seção intencionalmente precede ao debate que será edificado na próxima seção, sobre o processo de patologização da adolescência. Para isso, devemos retomar que a violência e a ideologia como nexos da formação humana, e particularmente da adolescência, serão apresentados no decorrer da discussão sobre a patologização, como violência engendrada na trama ideológica da sociedade de classes.

A adolescência, como buscamos enfatizar, é um período demarcado por novos nexos sobre as relações intrapsíquicas, em que a autoconsciência, e especificamente a personalidade para si, é mediada pelas expressões das relações reais da vida, de modo que os significados que são internalizados e possibilitam a existência do sentido pessoal, a depender de sua qualidade e de seus fundamentos, encaminham a modos deformados de leitura sobre si. Leontiev (2021) expõe que a assimilação de certos significados pode criar em sua consciência a introdução de perspectivas, representações e ideias distorcidas ou fantásticas e, a partir disso, se convertem em estereótipos. O autor ainda revela que ao se converterem em estereótipos, são deveras resistentes que unicamente as confrontações da vida atentam para sua destruição; mas sua destruição não é suficiente, é necessário que haja uma transformação de sentidos pessoais em outros significados - distantes dos referidos estereótipos. Nos parece que a dedicação ao fenômeno processual da patologização da adolescência, se inscreve como um gérmen do conjunto de confrontações necessárias sobre os significados que estão sendo possibilitados acerca do desenvolvimento da adolescência e das expressões concretas de sua vida.

Se a adolescência propõe que há o surgimento do novo em qualidades específicas - novas conexões entre as funções psicológicas superiores e de outros modos de conduta - a patologização apresenta-se como uma sequência ideológica de violência, a qual produz um processo desumanizante da personalidade, ao passo que oculta e naturaliza os processos interiores ao desenvolvimento.

3 A PATOLOGIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

G: Por que é que você me pede tanta aspirina? Não estou reclamando, embora isso custe dinheiro.

M: É para não me doer.

G: Como é que é? Hein? Você se dói?

M: Eu me dôo o tempo todo.

G: Aonde?

M: Dentro, não sei explicar.¹⁰

No primeiro capítulo deste trabalho foi introduzida a discussão sobre a violência, desde os aspectos de sua constituição enquanto fenômeno histórico-social até o cenário do capital; apresentamos, com isso, as relações e determinações existentes no capitalismo produtoras da violência. Já o segundo capítulo foi dedicado a percorrer a perspectiva da constituição do ser social e da adolescência enquanto período do desenvolvimento humano a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. No presente capítulo, o terceiro e último, apresentaremos algumas reflexões sobre o processo de patologização da adolescência e as relações com o sofrimento psíquico.

A adolescência como período do desenvolvimento humano, fundamentado pelas determinações histórico-sociais, guarda o que socialmente se espera como características predominantes a serem realçadas em detrimento de outras, como discutido na seção anterior. Nesse sentido, o novo que nasce no desenvolvimento do indivíduo é compreendido pelos outros que o cercam também desde as determinações histórico-sociais em uma complexa relação. O surgimento do novo pode apresentar-se como uma contradição na vida do próprio adolescente, isto é, a superação de interesses, a transformação do pensamento, tudo isso com destaque para o modo como a sociedade e a comunidade a que ele está inserido o recebe e age diante deste momento. Este último ponto revela-se como característica do próprio adolescente a posterior, uma vez que se converte em atributo intrapsíquico o que pode ou não produzir sofrimento, fato que passa a constituir a sua consciência sobre o mundo e sobre si.

Ante o exposto, a patologização tem duas vias de realizar-se, seja pelo outro externo, através da condução biologizante, medicalizante, e a outra por meio do modo com que o adolescente é instrumentalizado a pensar e agir sobre si. A primeira via ocorre não só sobre a perpetração de um dado indivíduo que patologiza o adolescente, pois há uma gama de particularidades que medeiam essa relação, que residem na violência ideológica gestada pelas

¹⁰ Diálogo entre Glória e Macabéa em *A hora da estrela* de Clarice Lispector.

determinações do modo de produção e reprodução das condições de vida e que vão se materializando em outras vias. Assim, a unidade patologização-ideologia-violência na adolescência se revela como parte da compreensão sobre o período do desenvolvimento.

O processo de patologizar ocorre na apresentação de um novo significado para um fenômeno existente; não se patologiza algo que não existe. Deste modo, não estamos procurando argumentar que os problemas que envolvem a adolescência são inexistentes. Mas como a dinâmica da “normalidade”, isto é, do que é esperado, vem, a cada passo, sendo encaixada na classificação nosológica de um dado transtorno, ou como indicativo de “anormalidade”.

Quando localizamos historicamente o nascimento dos processos de patologização e medicalização da vida, entendemos que são braços dos métodos de controle e manutenção dos interesses das classes socioeconomicamente dominantes no período da Revolução Industrial. Visto que a urbanização e proletarização oriundas do desenvolvimento das indústrias e das grandes cidades, necessitava de uma disciplinarização e normatização da força de trabalho (Almeida & Gomes, 2014). Dessa condição, o campo médico adentra outros espaços da vida com a sindicância de validar o que é ou não aceito como normal. Segundo Almeida e Gomes (2014), há na dinâmica de medicalização social a chamada ampliação dos limites do patológico, que são divididos em três mecanismos de manifestações: 1º corresponde a flexibilização dos aspectos necessários para os diagnósticos; 2º diz sobre a criação de novas categorias nosológicas para absorver o que antes era tido como normal e o 3º apresenta as condições de prevenção dos riscos de saúde através da perspectiva individual.

Os referidos mecanismos ao serem empregados sobre a adolescência revelam algumas especificidades que discutiremos nas próximas linhas. O primeiro mecanismo evidencia a forma com que os manuais flexibilizaram os critérios diagnósticos, para a apreensão de elementos da vida como patológicos. Nesse sentido, Elia (2023) afirma que 20% de crianças e adolescentes apresentam um transtorno psiquiátrico, e que 27,9% dos adolescentes norte-americanos de 13 a 17 anos, apresentam critérios diagnósticos para dois ou mais transtornos - vale mencionar que esses dados estatísticos são de domínio público no âmbito digital. Dentre estes possíveis transtornos, os mencionados como mais comuns entre os adolescentes são: Transtorno de Ansiedade; Transtornos Relacionados ao Estresse, Transtornos do Humor, Transtorno Obsessivo-Compulsivo, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Desafiador Opositivo e Transtorno de Conduta. Segundo consta no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - 5), a definição de “Transtorno Mental” é

Um transtorno mental é uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental. Transtornos mentais estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes. Uma resposta esperada ou aprovada culturalmente a um estressor ou perda comum, como a morte de um ente querido, não constitui transtorno mental. Desvios sociais de comportamento (p. ex., de natureza política, religiosa ou sexual) e conflitos que são basicamente referentes ao indivíduo e à sociedade não são transtornos mentais a menos que o desvio ou conflito seja o resultado de uma disfunção no indivíduo, conforme descrito. (APA, 2014, p. 20) [grifo nosso]

A referida definição sobre o transtorno explicita alguns aspectos que quando aceitos ou aprovados dentro de uma cultura são excluídos dos critérios diagnósticos - no exemplo acima, a vivência do luto. No entanto, o processo de patologização não se restringe a dinâmica da Medicina, Psicologia e da Educação, e tampouco aos profissionais que atendem as demandas. Pois, no emaranhado de informações divulgadas sobre o que é ou não saudável, ou o que é ou não normal, ocorre a formação cultural desses critérios, ao passo que ideologicamente passa-se a enxergar aspectos do desenvolvimento de adolescentes desde os critérios diagnósticos. Dado que, se em um momento da história, culturalmente, a compreensão sobre a adolescência foi delegada à redução de mudanças hormonais e do desenvolvimento da sexualidade, vemos hoje um processo distinto, qual seja, a ampliação dos meios e formas classificatórias do adolescente.

O segundo mecanismo se refere à ampliação do patológico através da incorporação de comportamentos, expressões da subjetividade, condições e estados de saúde que antes eram consideradas normais (Almeida & Gomes, 2014). Neste sentido, vimos um misto de elementos direcionados à adolescência, e de expressões de conflito e sofrimento neste período que vão sendo compreendidos socialmente desde um prisma predominantemente orgânico. Este processo também se agudiza, ao passo que os requisitos para se atingir um estado sadio se estreita, segundo Almeida & Gomes (2014, p. 161) “O estabelecimento de novas categorizações nosológicas tampouco é exclusividade do campo do psiquismo. A cada revisão de manuais clínicos e de classificação diagnóstica, novas “patologias orgânicas” são incluídas, reduzindo significativamente a possibilidade de existência de indivíduos ‘normais’”.

O terceiro mecanismo diz sobre a prevenção dos riscos, apreende-se que este fomenta perspectivas causais centradas no indivíduo, que o localizam desde o papel de “agente causador” até o de “agente solucionador” do que o acomete. Isto é, os problemas e as soluções

são de ordem individual. E na adolescência essa dinâmica produz implicações ímpares, as quais nos dedicaremos mais a frente.

Nesse sentido, os autores Almeida & Gomes (2014), apresentam uma reflexão sobre o movimento que transforma o que era normal em patológico. Isso se dá ao passo que o que antes era suficiente e considerado normal passa a não atender às exigências ocorridas na transformação da sociedade. Dessa maneira, é possível refletir que as mudanças e contradições pertencentes a este período do desenvolvimento estejam ausentes de espaço no real, sendo compreendidas e significadas de uma ótica patológica.

O normal somente pode ser ressignificado como patológico, a nosso ver, porque a normalidade vigente já não é mais adequada, suficiente, para as novas demandas da realidade. Ou seja, a medicina e os serviços de saúde somente podem transformar em patologia algo que, em última instância, apresenta-se para os indivíduos e coletivos como obstruções na reprodução da vida, como sofrimento, como problema que cobra para ser resolvido sob as relações sociais atuais (Almeida & Gomes, 2014, p.164)

As implicações da patologização da adolescência são vastas, e residem desde a dinâmica interpessoal, na relação com o outro, isto é, com o indivíduo adolescente, até com a compreensão geral, que estrutura e conduz perspectivas de cuidado, de atendimentos, de construção de políticas públicas. Um efeito dessa relação é a intervenção medicalizante. Sobre isso, Caponi (2020) apresenta duas estratégias explicativas do uso de psicofármacos, sejam estas, a) o modelo centrado na doença e b) o modelo centrado na droga. Segundo a autora, no primeiro modelo há uma identificação da psiquiatria com a medicina geral, pois, preconiza-se que as drogas psiquiátricas terão os mesmos efeitos que os medicamentos em geral, isto é, extinguindo ou controlando os sintomas de causas orgânicas/biológicas. O modelo centrado na doença apresenta que os psicofármacos, ao serem utilizados no tratamento de transtornos psiquiátricos, podem restabelecer o equilíbrio neuroquímico. De modo que os efeitos desejados são o desaparecimento dos sintomas, e os efeitos indesejados ou colaterais¹¹ são lentidão psicomotora, insônia, confusão mental, aumento de peso, ausência ou aumento do apetite (Caponi, 2020). Já o modelo centrado na droga, aponta para os efeitos que os psicofármacos produzem no cérebro do indivíduo, dando destaque para um estado alterado dos neurotransmissores. A autora expõe ainda que ambos os modelos se misturam, e apresenta como exemplo o modo com que um psicofármaco é utilizado para crianças e adolescentes,

¹¹ Ainda existem efeitos colaterais que não estão diretamente associados ao uso de psicofármacos - por ausência de pesquisas longitudinais, no entanto, há relatos de dificuldade no controle dos esfíncteres, de hiperprolactinemia, tremores, isolamento, entre outros.

. . . a risperidona é prescrita com a finalidade de tratar pequenas faltas de conduta, comportamentos agressivos, hostilidade, desrespeito às autoridades, isto é, comportamentos que indicam um “denominador comum” para um conjunto de situações adversas de vida que não podem ser desconsideradas, nem ocultadas por um psicofármaco cujo efeito desejado é provocar aceitação, obediência, docilidade, indiferença às adversidades, e, paralelamente, conquistar a desejada calma e tranquilidade nas salas de aula (...) a risperidona, no campo da infância, por ser uma medicação muito utilizada no Brasil e em outros países do mundo. Essa droga se indica para crianças com autismo, agitação, hiperatividade e também para crianças e adolescentes que recebem o diagnóstico de Transtorno opositor desafiante (TOD). Trata-se de um transtorno extremamente ambíguo, que, na verdade, faz referência a condutas socialmente indesejadas de crianças e adolescentes, tais como a não aceitação de autoridades e o comportamento hostil e desafiador. Esses comportamentos, que podem ser irritantes, incômodos e fatigantes, de fato não constituem sintomas de nenhuma patologia. (Caponi, 2020, p. 227) [grifo nosso]

No fragmento é possível apreender diretamente que o que está posto no real é, majoritariamente, o uso de psicofármacos para atenuar ou eliminar comportamentos de crianças e adolescentes que não são aceitos socialmente; adolescentes que não possuem lugar para se expressar e nem indivíduos que ocupem-se dessas expressões da dinâmica da vida. Sendo assim, não é incomum que a medicalização por meio farmacológico esteja alçada em uma visão patologizante, pois busca-se o caminho da classificação da doença/transtorno para centrar na droga sua “solução”. Porém, em algumas prescrições, o uso de alguns psicofármacos não se encontra nem em uma relação de causalidade ao diagnóstico, mas sim a comportamentos fragmentados que se procura inibir. Demonstrando que o patologizado é o outro em si.

Para além do exposto, uma das implicações centrais desse movimento é a forma com que o sofrimento psíquico na adolescência é lido socialmente. As teorias nem sempre excluem as determinações histórico-sociais como cenários desse sofrimento, mas as localizam como acessórias, uma entre tantas outras determinações. Conduzem seja pela via da naturalização e da perspectiva biologizante, o arquétipo da individualidade cindida, como se o próprio processo de individuação fosse apartado da concretude a partir de um dado momento do desenvolvimento humano. Ocorre uma mudança geral na compreensão acerca da adolescência: em um momento há um distanciamento da perspectiva do indivíduo que está aprendendo, como tratado predominantemente na infância, para um que já está acabado. Abandona-se a ideia de que a adolescência é um período formativo, de aprendizados diferentes e da aproximação com a vida adulta, depositam-se expectativas e ideias que não condizem com as condições concretas do adolescente. Em um momento pende-se para a total autonomia e independência, carregada de responsabilizações que flertam com o processo de culpabilização mediante os mais variados

rompimentos das expectativas, em outro, de uma infantilização que atrofia e deforma a gama de potencialidades a serem desenvolvidas neste período.

Segundo Leal (2016), nasce na cultura um certo padrão de comportamento que deve ser seguido pelos indivíduos que se encontram neste período de suas vidas; porém, por mais que haja a compreensão de que a adolescência é um fenômeno universal, este é marcado por peculiaridades a depender dos grupos e classes sociais a que se esteja inserido. Todavia, lida-se com o seguinte: não atendendo às expectativas vigentes, a adolescência ocupa um lugar de trânsito, que pouco está inclinado à ideia de idade de transição, mas que por não possuir demarcado as prioridades deste momento torna-se mais suscetível ao que se estabelece. A inserção no mundo do trabalho? A vida entre os pares? A saída da infância para um outro estágio? Em todas as respostas para estas indagações, é subsumido o lugar do sofrimento psíquico e destaca-se a classificação. Lewontin (2010) explica que, a partir dos conceitos ideológicos presentes na biologia moderna, há a produção de preconceitos sobre a natureza das causas

Geralmente olha-se para a causa de um efeito, ou mesmo se há um número de causas admitidas, supõe-se que há uma causa principal, enquanto as demais são apenas subsidiárias. E de qualquer modo, essas causas são separadas umas das outras, estudadas independentemente, e manipuladas e influenciadas de uma maneira independente. Além do mais, essas causas são geralmente vistas em termos de indivíduo, de gene ou de órgão defeituoso, ou em termos de um ser humano que é o foco das causas biológicas internas e externas de uma natureza autônoma. (p.47)

Ainda que existam inúmeras possibilidades diagnósticas, e de que isso seja ideologicamente apontado como a especialização na identificação e compreensão do sofrimento para o direcionamento específico do tratamento, é necessário atentar-se. Pois, é comum que haja no âmago destas discussões a individualização do sofrimento e, para além disso, o ocultamento do processo de desenvolvimento do adolescente. Boarini & Borges (1998, p.85), ao realizarem um trabalho que aborda o grande contingente de crianças que são encaminhadas aos serviços de saúde mental, explicam que independente da ótica pela que se avalie esse fenômeno, o fato representa que “algo não vai bem para a infância, e isso não deve ser desconsiderado”. Deste modo, quando direcionamos o foco para a adolescência, como significado histórico desse movimento, vale considerar o marco ocorrido no ano de 2021 em que a Sociedade Brasileira de Pediatria inseriu, pela primeira vez, o tema do cuidado à saúde mental de crianças e jovens, isto é, indivíduos de 12 à 18 anos. Assim como no campo das estatísticas mundiais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apresenta a porcentagem (mundial) de que a cada sete crianças e jovens de dez a dezenove anos ao menos

uma é diagnosticada com algum transtorno psíquico, assim como há uma média anual de 46 casos de morte por suicídio de adolescentes (Tavares, 2022).

Quando há o complexo de instituições que reivindicam a necessidade da prioridade à saúde mental de adolescentes, não cabe a nós dizer sobre os aspectos positivos ou negativos deste movimento, no entanto, cabe uma ressalva de que essa atenção não revela a realidade, ou de alguma forma a mascara. As distintas instituições, mesmo que não direcionadas a este fim, podem produzir os processos de estigmatização e patologização, uma vez que versam sobre o adolescente a dinâmica da responsabilidade pelo seu sofrimento, e por fracassos que não são dele (Boarini & Borges, 1998).

Nesse sentido, a OPAS (2018) apresentam que durante anos a saúde do adolescente foi pouco compreendida ou ignorada, entretanto, segundo consta no documento, a partir da Estratégia Global para a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, em vigência de 2016 a 2030, o cenário está sendo modificado, ao passo que a saúde e o desenvolvimento do adolescente tem sido pauta de discussões e planejamentos globais. No documento em questão, há a seguinte afirmação:

. . . os investimentos em saúde de adolescente trazem um dividendo tríplice de benefícios para os adolescentes agora, para suas vidas adultas futuras e para a próxima geração, sua saúde e bem-estar são mecanismos de mudança que impulsionam a criação de sociedades mais saudáveis e mais sustentáveis. (OPAS, 2018, p. IV)

Em outra seção, destaca-se que a saúde mental e o bem-estar do adolescente são frequentemente ignorados. Ainda que haja um conjunto de estratégias para se pensar a adolescência, a depender do bojo a que se estrutura tais reflexões e práxis, essas se constituem sobre o berço da patologização, uma vez que não se inscreve no debate as nocivas formas de produção e reprodução da vida no capital, e suas vias de superação - mesmo que inseridas nas particularidades locais.

Vimos também que no âmbito das formas pelas quais aborda-se o espectro da saúde mental do adolescente, pouco ou nada se diz sobre o seu sofrimento, a direção é colocada em comportamentos ditos “disfuncionais” ou “inadequados”, que ora ou outra são enquadrados em algum diagnóstico, ou pela ausência de atenção agravam-se para situações mais intensas de sofrimento psíquico.

Vale mencionar que no âmbito do desenvolvimento na adolescência, o duplo caráter da patologização reside de que ao ser internalizada pelo adolescente através das diversas vias pelas quais ele toma consciência seja do diagnóstico, da classificação ou do estigma, esse passa a ser um elemento seu, da sua individuação e da sua identidade. Guiando seu desenvolvimento numa

lógica de tramas marcadas, e o próprio conteúdo do sofrimento esvaziado. Nesse sentido, buscar-se-á apresentar elementos reflexivos para a compreensão do sofrimento psíquico a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

3.1 O sofrimento psíquico a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Nas discussões até aqui despendidas, temos apresentado argumentos que demonstram que desde a ótica dos processos normatizadores e patologizantes, o sofrimento psíquico é pouco abordado como aspecto relevante a ser explicado em sua complexidade. Ideologicamente, outros fatores como a individualidade isolada e alternativas que aviltam a adolescência enquanto período do desenvolvimento humano, como os processos de medicalização e exclusão social possuem solo fértil para se ramificarem no cenário do capitalismo.

Refletir sobre o sofrimento psíquico a partir da Psicologia Histórico-Cultural nos remete imediatamente às leis gerais do desenvolvimento do psiquismo apresentadas por Vigotski. A primeira relação a ser discutida, que já foi mencionada ao longo deste trabalho, versa sobre o fato de que nos constituímos na relação com os outros, ou seja, as interconexões psíquicas antes de serem intrapsíquicas estiveram presentes na dinâmica interpsicológica, em síntese: a determinação social do nosso psiquismo. Adianta-se, inclusive, que o sofrimento psíquico também nasce dessa relação interpsíquica, já deixamos marcado seu caráter radicalmente concreto e social. Pois, ao falar dos processos de sofrimento psicológico lidamos com o plano subjetivo do psiquismo, o que não significa a existência de rupturas e cisões, como a ideia cartesiana mente versus corpo. O indivíduo como unidade concreta é o que orienta nossa discussão. Delari-Jr. (2013) apresenta que

. . . optaremos por assumir que ao próprio corpo cabem tanto o intelecto quanto as emoções, e tanto o que se convencionou chamar de erros quanto o que se convencionou chamar de acertos, pois é o corpo em relação com o mundo e com outros corpos que realiza a produção de sentidos e significados, múltiplos e contraditórios. (...) Contudo, nesta perspectiva, o corpo humano não é concebido como máquina, nem sua experiência como reação mecânica às forças do ambiente. A experiência humana sensível não é reduzida à passividade ou à reação a estímulos externos e internos, nem é vista como algo vulgar, secundário e errôneo (p. 40-41)

Em consonância com o autor, compreendemos que não existem dimensões distintas ao falar do indivíduo, mas sim de qualidades específicas de seu sofrimento, o qual nos dedicaremos no presente tópico.

No tocante da resistência e oposição ao domínio da psiquiatria quanto às concepções de “doença mental”, ou da pessoa que “possui o transtorno mental”, o termo sofrimento psíquico é amplamente utilizado pelo campo da saúde mental e atenção psicossocial no Brasil (Almeida, 2018).

Segundo Filho (2022), o sofrimento é uma condição dos seres vivos e está presente na natureza, no entanto, no âmbito do ser social adquire novas características e complexidade existindo a partir da atividade vital¹² dos seres humanos. A partir da transformação da atividade os indivíduos desenvolvem a sensibilidade para identificar o que é externo em relação ao objeto de sua necessidade, para que haja a sinalização e orientação do que é necessário para a manutenção da vida (Filho, 2022). O autor aborda que a complexificação da atividade - como discutido no capítulo anterior - apresenta recursos para que possamos refletir sobre o sofrimento psíquico. De modo que o significado de sofrimento é compreendido como “a atividade de suportar uma dada condição na qual o sujeito depende seus recursos materiais, físicos e psicológicos para garantir a continuidade da existência da sua situação” (p. 639).

Em vista disso, podemos compreender que o sofrimento é intrínseco ao próprio homem, pois, na realização de sua própria vida, isto é, da satisfação de suas necessidades há o enfrentamento, o entrave entre alternativas, que de alguma forma podem produzir sofrimento. No entanto, no âmbito do sistema psicológico o sofrimento se diferencia ao passo que o homem desenvolve meios de, através de sua atividade vital, transformar e superar o sofrimento. Sobre o sofrimento psicológico, o autor expõe que estamos lidando com a subjetividade, visto que tanto as contradições na realização do aspecto material da vida biológica quanto a falta de poder do domínio sobre a vida psicológica causam sofrimento. (Filho, 2022)

Inscrever o sofrimento psíquico como parte ontológica do homem, ao nosso ver, está distante de qualquer tentativa de naturalizá-lo, tampouco de caracterizá-lo como amorfo na adolescência. Ao contrário, reafirma que é na coletividade que o sofrimento psíquico se realiza, no caminho de todo o desenvolvimento social, com a determinação histórica. Nesse sentido, também apreendemos que na presente discussão, o sofrimento psíquico não será compreendido como sinônimo de adoecimento (Martins, 2018). Entretanto, as contribuições e os conhecimentos desenvolvidos sobre o adoecimento, tal como a Patopsicologia, serão abordados mais adiante. Destaca-se que o sofrimento e o adoecimento psíquico são dois momentos distintos, faz-nos sentido pontuar essa diferenciação, uma vez que o sofrimento psíquico têm sido fortemente patologizado. Entendemos, portanto, que, na particularidade da adolescência,

¹² O autor define que atividade vital é aquela que tem como princípio a produção da vida. (Filho, 2022, p. 630)

demarcar essa diferenciação do significado ao sentido é inescusável. De acordo com Almeida (2018), vemos o caráter concreto do sofrimento

... o sofrimento psíquico é um processo produzido na dinâmica da vida de uma pessoa – que vive num dado lugar, com certas relações interpessoais, que tem determinada atividade e rotina cotidiana, com certas necessidades, interesses e problemas – e que produz obstruções nos seus "modos de andar a vida". (p. 58)

Em vista da determinação social do sofrimento psíquico, e seu enlace com o desenvolvimento da vida do próprio indivíduo, nos remete ao período de transformação ocorrida na transição de um período do desenvolvimento a outro. A saída da infância para a adolescência é marcada por uma crise, compreendida a partir da chamada idade de transição - discutida na seção anterior. Entendemos que a crise na adolescência é um momento chave no reconhecimento de características da vida social antes não compreendidas pelo adolescente. Neste percurso, a visão sobre as contradições sociais tendem a estar mais evidentes. Vigotski (2021), afirma que a concepção de mundo não equivale a qualquer compreensão lógica sobre a realidade, ela se apresenta e se desenvolve como ato deliberativo, ou seja, a visão de mundo é o que caracteriza o comportamento do indivíduo de modo geral.

Ao passo que esses processos fundamentais que regem a constituição da personalidade estão arraigados numa relação intersíquica, podemos compreender que o sofrimento psíquico reside também nos modos como o outro, através das mediações sociais, fornece os meios para a compreensão deste período crítico. Assim, a forma com que o sofrimento se expressa, guarda os aspectos singulares da personalidade, mas mantém seu caráter fundante nas condições histórico-objetivas do realizar de si e da própria vida. Consoante a este processo, de acordo com Martins (2018), o sofrimento psíquico é a expressão da capacidade humana na dinâmica da tomada de consciência sobre a experiência vivenciada, seja também pela identificação e significação das emoções. A autora explicita que “Assim compreendido, o sofrimento resulta da identificação de obstáculos – que podem ser reais ou imaginários, no atendimento das necessidades que impulsionam a ação, e será sempre proporcional às dimensões dos mesmos.” (p. 135)

O sofrimento psíquico pode ser compreendido em duas dimensões que integram uma unidade: como processo e produto. A dimensão processual contempla a apreensão dos fenômenos psicofísicos das experiências do sofrimento, isto é, as emoções que estão vinculadas à vivência e os meios que o indivíduo encontra para regular e manter o seu organismo. Neste espaço também há o conjunto de significações que são atribuídas pelo indivíduo sobre o seu

sofrimento. Já a esfera do produto corresponde aos meios pelos quais o sofrimento psíquico é administrado, se pela manutenção, enfrentamento e ou superação. A depender dessa relação, se a forma de administrar for pela via da manutenção, o sofrimento poderá resultar em um processo de adoecimento (Martins, 2018).

3.2 Breves reflexões do sofrimento ao adoecimento psíquico: a autolesão não suicida na adolescência como ilustração

*Lágrimas, sangue, suor
Embalado a vácuo e aos cacos
A classe se olha, mas não se vê
Rasga o peito esse veto concreto
A coisa é sujeito, a pessoa objeto
Tudo ao avesso, o fim é o começo
Quero ter olhos pra ver¹³*

Nas discussões sobre os aspectos de sofrimento psíquico na adolescência, ainda há o predomínio das perspectivas que o reduzem a uma certa confusão derivada das mudanças biológicas, tal como a vivacidade hormonal do desenvolvimento e maturação sexual. Seguindo, assim, a mesma tônica da compreensão geral da adolescência. Em vista disso, compreende-se que refletir sobre uma expressão da dinâmica do sofrimento e adoecimento psíquico na adolescência, seja uma particularidade que auxilie no que temos discutido até aqui.

A autolesão não suicida (ALNS) é considerado um problema de saúde pública, e especificamente na adolescência está presente nas demandas que atravessam as políticas que constituem a atenção psicossocial, ou a chamada Rede de Proteção da Criança e do Adolescente. Dentre os inúmeros fenômenos que são considerados como expressões do sofrimento, entendemos que seja necessário debruçar sobre

Segundo o DSM-5¹⁴ (APA, 2014), a ALNS é definida pelo comportamento repetitivo do indivíduo de provocar lesões em si mesmo, segundo os critérios diagnósticos gerais, não tendo como finalidade atentar contra a própria vida, mas tendo como princípios explicativos, em suma, o alívio emocional e a autopunição. Como critério diagnóstico é proposto:

No último ano, o indivíduo tenha se engajado em cinco ou mais dias em dano intencional autoinfligido à superfície do seu corpo, podendo induzir sangramento, contusão ou dor, com a expectativa somente de um dano físico, repetindo um comportamento porque sabe ou aprendeu, que provavelmente não resultará em morte. (Azevedo et al., 2019, p. 2)

¹³ Canção de El efecto.

¹⁴ No ano de 2022 houve uma atualização da última versão do Manual, o “DSM-5 TR”, entretanto a versão utilizada nesta menção é o DSM-5.

Estudos realizados do ano de 2011 a 2016 revelam, segundo dados gerais do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (Sinan), que foram registrados 1.173.418 notificações de violências, sendo destas 176.226 autoprovocadas, 48.204 foram notificadas como tentativas de suicídio. Dentre os casos notificados, os que envolvem crianças e adolescentes correspondem a 10.764 (22,3%), especificamente, 179 de 0 a 9 anos e 10.585 de 10 a 19 anos (Bahia et al, 2018).

Considera-se ainda no cenário nacional que a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), pela primeira vez em 2021, em seu Tratado de Pediatria, inseriu o tema de saúde mental de crianças e jovens (de 12 a 18 anos). Quanto às estatísticas oficiais no âmbito mundial, tomando as informações compiladas pela Unicef apresenta a porcentagem mundial de que a cada sete crianças e jovens de dez a dezenove anos ao menos uma é diagnosticada com algum transtorno psíquico, assim como há uma média anual de 46 casos de morte por suicídio de adolescentes (Tavares, 2022).

Os dados epidemiológicos apontam que há poucas notificações de situações de ALNS em crianças menores de 12 anos¹⁵, tendo predominância na adolescência a partir dos 13/14 anos, quanto ao gênero, há uma relação de 3:1 entre as meninas e 4:1 entre os meninos (APA, 2014, Azevedo et al., 2019). Deve-se ressaltar que os presentes dados epidemiológicos representam um recorte dos casos que são notificados, considerando que ainda é uma necessidade a organização das informações e dos meios de notificação para uma apreensão mais fidedigna dos casos.

A Lei nº 13.819 que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, nos casos de crianças e adolescentes, prevê a notificação compulsória por parte de órgãos públicos e privados que recebam estas demandas (Brasil, 2019). Já os fatores de risco, de acordo com a Azevedo et al. (2019), são divididos em características pessoais/individuais, transtornos psiquiátricos, problemas relacionados à infância, social e família. Dentre esses, são especificados os seguintes fatores:

Tabela 2 – Fatores de risco

Pessoais/Individuais	Falta de mecanismos de adaptação; pessimismo; insegurança; distorção da imagem corporal; baixa
----------------------	--

¹⁵ Essa informação diz sobre os dados de notificações oficiais, entretanto, sabe-se que há o desconhecimento quanto a compreensão e identificação de um caso de ALNS, assim como a sua subnotificação.

	autoestima; instabilidade emocional; impulsividade; autodepreciação.
Transtornos Psiquiátricos	Transtorno de personalidade limítrofe; Ansiedade; Depressão; Transtornos Alimentares; Transtorno de uso de substâncias e outros transtornos.
Problemas relacionados à infância	Negligência; abusos e maus tratos (sexual, físico, emocional); doença grave ou cirurgias na infância; estresse emocional precoce; mais riscos e episódios de acidentes.
Social	Bullying e cyberbullying; colegas e conhecidos que se auto agridem; informações sobre autolesão pela mídia no mundo digital; dificuldade de relacionamento; isolamento.
Família	Separação conflituosa dos pais e ou abandono afetivo do pai/da mãe; desvalorização, rejeição por parte da família; violência familiar; dependência de álcool ou drogas; relação familiar disfuncional; depressão de um dos pais ou ambos.

Fonte: Azevedo et al. (2019)

Os referidos fatores de risco também são concebidos pela SBP como predisponentes à autolesão no período da adolescência. Inclusive a ALNS é demarcada como preditiva a tentativa de suicídio. Avanci et al. (2023) apresentam que existem alertas nas expressões comportamentais que podem ser compreendidos como indicativos de risco para ALNS, sejam estes: os comportamentos de irritação ou agitação excessiva do adolescente; sentimento de tristeza, baixa autoestima e imponência; relatos de violência psicológica (humilhações, agressões verbais), física, sexual ou negligência; problemas de saúde mental do adolescência e/ou de seus familiares, especialmente a depressão e a ansiedade; uso de álcool e/ou drogas; histórico familiar de suicídio; sofrimento e inquietações sobre a própria sexualidade; interesse por conteúdos de comportamento suicida ou autolesão em redes sociais virtuais.

Entre os grupos populacionais mais expostos estão as minorias de gênero e minorias sexuais, com ênfase para a população transgênero, os adolescentes são os mais vulneráveis em

relação à faixa etária, os povos originários e negros também encontram-se entre os grupos de atenção (Silva et. al, 2022a).

É possível observar que, entre os fatores e comportamentos de riscos citados, há um destaque para os aspectos individuais da identificação de possíveis casos de ALNS. Afinal, busca-se encontrar no adolescente os sinais que são manifestados nele como sofrimento. No entanto, nos riscos associados aos transtornos psiquiátricos, entendemos que há um processo de acúmulo nosográfico e também patologizante como critério de agudização dos riscos.

Quanto ao diagnóstico de ALNS, um dos pontos centrais é a exclusão do comportamento suicida, a identificação da frequência das autolesões, a intensidade dos métodos e suas especificidades (APA, 2014). Mas consideramos que a avaliação deve incorporar e superar os referidos aspectos aparentes que envolvem o fenômeno da ALNS. Nesse sentido, no início do presente tópico, apresentamos alguns dados estatísticos sobre o índice de ALNS na adolescência, mas ressaltamos que junto a eles seja necessário considerar, em toda a análise, a violência não evidente em cada caso. Nesse sentido, Avanci et al. (2023), ao discutirem critérios a serem considerados pelos profissionais que avaliam os casos de ALNS, apresentam uma importante informação

As configurações socioeconômicas, viver em zonas de violência, pertencer a minorias sexuais, de gênero, religiosas ou étnicas influenciam comportamentos, expectativas de futuro, exigências sociais, participação cultural, experiências familiares, e garantem diferentes condições de inserção ou exclusão social, guardando diferentes formas de ser e estar no mundo. O mal-estar presente numa determinada sociedade revela as condições de vida às quais os adolescentes estão submetidos. Toda esta conjuntura social precisa ser levada em consideração na abordagem do comportamento suicida e da autolesão, trazendo à tona as condições de vida desses adolescentes e em que medida são adoecedoras e produtoras de sofrimento. (p. 21) [grifo nosso]

O trecho acima apresenta de modo sintético uma série de condições histórico-objetivas que revelam os enlaces potencialmente violentos e produtores de sofrimento da sociedade. Como posto, as configurações e mazelas de uma sociedade marcam o desenvolvimento e a vida de adolescentes, evidenciando o caráter histórico arraigado ao sofrimento psíquico. Assim como quando revelam-se os grupos mais vulneráveis, são os que historicamente estão excluídos socialmente e são submetidos à violência estrutural do capital. Nesse ínterim, vale apontar que a classe social é o fator determinante quanto à probabilidade de exposição aos fatores de riscos supracitados. A ALNS, na adolescência, guarda mais que sintomas psiquiátricos como também expõe os recursos disponibilizados pela sociedade para que o indivíduo aprendesse a lidar com seu sofrimento.

Deste modo, Silva et al. (2022a) explicam que quanto às funções mais frequentes na ALNS estão o gerenciamento de aflições e regulação das emoções, comunicação, autopunição, dissociação como meio de evitar sentir algo que não quer sentir, busca pela excitação como forma de gerar algum sentimento, evitar a tentativa de suicídio, o sentimento de pertencimento à um certo grupo, entre outras.

Em vista disso, em nossa compreensão, para além da ALNS na adolescência se configurar como um processo de adoecimento, ela carrega no interior a história de uma sequência de sofrimentos agudizados. O comportamento autolesivo atende uma necessidade na vida do adolescente, entendido muitas vezes como a dita função do ato. A esfera das motivações em relação a este comportamento também é inegável. Assim, entendemos que todos os aspectos do sofrimento psíquico da ALNS - como outros quadros de adoecimento - isto é, desde os fatores de risco até os meios constitutivos como vias protetivas - devem ser considerados no bojo da história do desenvolvimento do indivíduo.

O sofrimento psíquico nos casos da ALNS demonstram-se de modo concreto através das próprias marcas autolesivas, e representam também uma forma adoecida de lidar consigo. Em vista disso, consideramos que os procedimentos habituais de atendimento em saúde mental são fundamentais, no entanto a estratégia psicossocial, como caráter interventivo da problemática, possibilita uma apreensão integral do fenômeno, em que há centralidade do indivíduo que está em sofrimento e adoecido psicicamente, mas não de uma perspectiva da individualidade isolada e abstrata, acionando também aqueles que estão envolvidos no desenvolvimento e cuidado dele. Deste modo, podemos compreender que a avaliação nos casos de ALNS em adolescentes não se encerra na classificação do diagnóstico, ou da intervenção medicamentosa. Como processo de adoecimento, deve se ter em vista o planejamento para atuar diante do sofrimento real do indivíduo. Silva et al. (2022a) afirmam que “É importante compreender que o acompanhamento não se restringe a interrupção abrupta do comportamento, mas a aprendizagem de novos recursos para lidar com as situações estressoras e complexas da vida e o fortalecimento dos fatores protetivos a longo prazo” (p. 26)

O reconhecimento da possibilidade de aprendizagem instrumental para lidar com o sofrimento psíquico, para nós, encarrega-se de produzir junto ao adolescente a sua humanização, potencializando o lugar ativo em sua história. Neste ponto, difere do movimento apassivador - e de certa forma culpabilizante - que patologiza, desde a determinação biomédica, produz diante o adoecimento. Não se trata, de nenhum modo, do ato de romantizar idealmente os processos de cuidado frente ao sofrimento e adoecimento psíquico, mas sim de

devolver ou revelar o caráter ativo e transformador na busca pelas alternativas diante de situações conflituosas.

Sobre esse aspecto, Filho (2022) apresenta que na prática social a educação orienta e controla as formas de conduta que podem ser internalizadas pelos sujeitos, como meios que constituirão, através dela, as formas e alternativas da personalidade superar e enfrentar seu sofrimento psíquico. Na vivência do sofrimento psíquico do adolescente, inscrevem-se, de forma mais ou menos evidente, modos de ensinar a ocupar-se desse sofrimento. As vias da ALNS, sejam elas quais forem, mídia, redes sociais, comunidade e demais influências (Silva et. al., 2022a), apresentam-se em um dado momento na disputa do vir a ser de sua personalidade, como recurso psicológico que pode se generalizar para outros momentos de sua vida, tornando-se função intrapsicológica.

Assim, entende-se que toda a rede de proteção à criança e ao adolescente deve estar “inscrita” como recursos, espaços instrumentalizadores, de educação para se lidar com o sofrimento psíquico e o adoecimento psíquico em seu caráter amplo, para além dos consultórios psiquiátricos como espaços que se vale a “saúde mental”. Afinal, demonstrar e ensinar o adolescente o sofrimento e adoecimento se referem unicamente aos serviços médicos e estritos à saúde é consoante a ideologia patologizante.

3.3 Fluxograma geral de atendimento psicossocial a adolescentes em sofrimento e ou adoecimento psíquico

Neste tópico tem-se por objetivo apresentar, de modo sintético, o fluxograma geral de atendimento psicossocial de adolescentes que estejam em sofrimento e/ou adoecimento psíquico, a fim contribuir com as discussões nas reflexões sobre a dinâmica organizativa que os serviços têm desenvolvido. Foge da intencionalidade a realização do resgate dos marcos legais das políticas públicas, assim como as propostas de retrocesso e desmonte da política nacional de saúde mental; nos interessa, portanto, qual o movimento produzido pelo fluxograma geral que será apresentado.

O atendimento psicossocial ou a perspectiva psicossocial em saúde mental é produto de uma constante luta da classe de trabalhadores da saúde e dos usuários dos serviços, oriundos da Reforma Psiquiátrica. A saúde mental, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) pode ser definida como um estado de bem estar vivido pelo indivíduo que possibilita o desenvolvimento de habilidades para responder com os desafios da vida e contribuir com a

comunidade (Brasil, 2014). Segundo Amarante & Nunes (2018), os primeiros movimentos da reforma aconteceram no ano de 1970 em meio a um misto de descaso e violência.

É neste cenário de redemocratização e luta contra a ditadura, relacionando a luta específica de direitos humanos para as vítimas da violência psiquiátrica com a violência do estado autocrático, que se constituiu o ator social mais importante no processo de reforma psiquiátrica (RP). (Amarante & Nunes, 2018, p.2068)

Os autores apresentam que a perspectiva da reforma psiquiátrica, como noção social de um processo complexo, foi além da reforma dos serviços e tecnologias de cuidado, mas do local que a loucura ocuparia culturalmente. Completam afirmando que, juntamente com os meios e as estratégias clínicas e terapêuticas, foi necessário a criação de dispositivos políticos, culturais e sociais.

Na particularidade dessa pesquisa, os questionamentos são de que espaços estamos preparando para lidar culturalmente com as crises do desenvolvimento pertinentes à adolescência, e de que modo estamos instrumentalizando os adolescentes para lidar com as contradições da sociedade, com o seu sofrimento. A política de saúde mental da criança e do adolescente considera como diretrizes os seguintes aspectos (Brasil, 2014):

Tabela 3 – Diretrizes da saúde mental da criança e do adolescente

<p>1. Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos</p>	<p>A noção de sujeito relaciona-se com a de singularidade, de modo que não é possível apresentar abordagens terapêuticas homogêneas e descritivas. Comprometer pais e responsáveis também como sujeitos das demandas apresentadas. Considerar que mesmo na ausência de pais ou responsáveis crianças e adolescentes têm direito ao atendimento eventual ou não eventual.</p>
<p>2. Acolhimento universal</p>	<p>Todos os serviços devem estar de portas abertas e os profissionais prontos para atender seja a criança, o adolescente ou o adulto que o acompanha com alguma necessidade de saúde e ou saúde mental.</p>

	<p>Reconhecendo seu pedido e ou relato com uma necessária ação de acolhimento. Deve-se considerar que os serviços de saúde e de saúde mental não necessariamente devem acompanhar todos os casos, mas deve abordar a situação, identificar as necessidades e propor uma intervenção inicial, informando outras estratégias, se necessário.</p>
<p>3. Encaminhamento implicado e corresponsável</p>	<p>No processo de avaliação do caso, se for encaminhado para outro serviço que melhor se ajuste à demanda, o profissional que o realizar deve acompanhá-lo, de modo corresponsável, até a sua inclusão e atendimento no outro serviço. Caso necessário, realizar um trabalho de maneira conjunta ao outro serviço.</p>
<p>4. Construção permanente da rede e da intersetorialidade</p>	<p>A partir da noção de clínica ampliada e da complexidade das intervenções em saúde mental, álcool e outras drogas, é necessária a construção cotidiana de uma rede de profissionais, ações/estratégias e serviços dos setores público e privado da assistência social, educação, saúde geral, para a garantia do acesso de crianças e adolescentes aos serviços necessários.</p>
<p>5. Trabalho no território</p>	<p>O território ultrapassa as delimitações geográficas e atinge as relações sociais da criança ou adolescente, incluindo os grupos, a família, a comunidade escolar, os espaços de lazer etc.</p>

6. Avaliação das demandas e construção compartilhada das necessidades de saúde mental	As demandas que chegam até os serviços de saúde mental devem ser avaliadas e as estratégias devem ser discutidas e elaboradas pelas equipes, usuários do serviço e suas famílias.
---	---

Fonte: Ministério da Saúde (2014). Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos.

O último item, sobre a avaliação das demandas, apresenta um ponto que diz respeito aos encaminhamentos e expectativas sociais ante os serviços de saúde mental. Há uma compreensão geral de que os únicos meios responsáveis para o exercício do cuidado são os serviços de saúde.

No imaginário social há muitas demandas direcionadas à saúde mental, mas nem sempre elas ajudarão a construir intervenções potentes, porque não correspondem às necessidades reais dos usuários. Em algumas situações não existe nenhuma evidência de efetividade para o caso concreto. (Brasil, 2014, p.26)

De certo modo, esse aspecto responde os questionamentos sobre os espaços destinados para os conflitos da adolescência, principalmente os que geram sofrimento e adoecimento. No entanto, os itens de trabalho intersetorial e estratégias no território reforçam a responsabilidade coletiva sobre o cuidado de crianças e adolescentes, e demonstram que todos podem produzir efeitos nos rumos que cada caso tomará. Eis a urgência em se intervir não só individualmente, mas coletivamente/culturalmente sobre a saúde mental.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da Portaria do Ministério da Saúde/GM 3088/2011, é constituída pelos serviços de saúde que, ao se integrarem e articularem, possuem como objetivos ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral; além disso, intende-se promover o acesso das pessoas e suas famílias a estes serviços, de quaisquer formas que possam se manifestar - até mesmo por questões de abusos de substâncias, por exemplo (Brasil, 2014). Para além disso, a RAPS objetiva-se promover o cuidado em saúde aos grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes. Dos serviços/estratégias que a compõem são: Atenção Básica em Saúde; Atenção Psicossocial Estratégica; Atenção de urgência e emergência; Atenção Residencial de Caráter Transitório; Atenção Hospitalar, Estratégias de Desinstitucionalização e Estratégias de Reabilitação Psicossocial (Brasil, 2014).

Destaca-se, dentre os citados, a Atenção Básica as Unidades Básicas de Saúde (UBS) - os conhecidos “postinhos” pela comunidade -, em que há uma facilidade na busca espontânea por parte das pessoas que necessitem de algum atendimento em saúde. Deste modo, quando se refere aos adolescentes, é de suma necessidade a prevalência do acolhimento universal, como norteador diante todos os casos. Vale destacar que a Atenção Básica, por ser a porta de entrada do serviço de saúde, na prevenção e promoção, possui um potencial estratégico na articulação com a comunidade. O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) conta com equipe multiprofissional que visa discutir e orientar a respeito das demandas. Na UBS também é ofertado - a depender da disponibilidade municipal - o atendimento psicológico. Vale mencionar os Centros de Convivência e Cultura como espaços potentes para a promoção e proteção de crianças e adolescentes, por meio de atividades culturais, inclusive dos mais vulneráveis, como aqueles adolescentes que estão em conflito com a lei e/ou privados de liberdade (Brasil, 2014).

Outros dois equipamentos a serem destacados da Atenção Psicossocial Estratégica e da Atenção residencial de caráter transitório são o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) e as unidades de acolhimento infantojuvenil. Segundo institui e define a Artigo 7º da Portaria do Ministério da Saúde/ GM 3088/2011, o CAPSi e a unidade de acolhimento

. . . atende crianças e adolescentes que apresentam prioritariamente intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. Indicado para municípios ou regiões com população acima de setenta mil habitantes. (Brasil, 2011, s/p)

Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil, destinadas a adolescentes e jovens (de doze até dezoito anos incompletos). destinada a adolescentes e jovens de 12 até 18 anos completos. Tal espaço pode ser um recurso nos projetos terapêuticos elaborados para o adolescente, sua família e a equipe dos CAPS, por favorecer a ampliação de suas possibilidades de inserção social e a construção de novos projetos de vida que objetivem sua autonomia e emancipação. (Brasil, 2014, p. 36)

Como apresentado, esses serviços estão direcionados a atender crianças e adolescentes que estejam em um quadro de sofrimento e adoecimento psíquico de modo intenso, e muitas vezes atendem aqueles que já tiveram seus direitos violados em alguma dimensão. Assim, se pensarmos nos aspectos mais intensos, os serviços de saúde mental são os direcionamentos no curso do fluxograma de atendimento psicossocial. Tendo em consideração a inclusão dos

serviços de urgência e emergência, como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Em vista do exposto, compreendemos que, nos momentos de crise, os profissionais que acompanham o adolescente devem, fundamentalmente, para trazer a sua história, o contexto da crise, a dinâmica familiar e outros aspectos concretos sobre o processo de adoecimento psíquico (Brasil, 2014). Nesta análise, cabe destacar que, como é apresentado na própria política, o papel estratégico da educação na atenção psicossocial é um dos pilares de sua manutenção, assim como, na saúde de modo integral (Brasil, 2014). Como espaço frequentado diariamente por crianças e adolescentes, compreende-se que todo o processo educativo - no sentido da formativo quanto aos conteúdos, da convivência em comunidade, dos preceitos à garantia aos direitos humanos, dos vínculos estabelecidos entre os trabalhadores e alunos -, é um potente meio de atuar na instrumentalização dos próprios adolescentes frente aos desafios de suas vidas. Deve-se considerar, ainda, a seguinte observação:

Não são atribuições da comunidade escolar a identificação e o diagnóstico de patologias ou transtornos mentais, mas está sob seu alcance a promoção de ambientes, ações e situações que visem ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, de acolhida e aceitação, bem como de espaços reflexivos e críticos sobre quaisquer problemas identificados (Brasil, 2014, p. 39)

No campo de atendimento às crianças e adolescentes há também o trabalho de garantia de direitos da Assistência Social, através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se divide na Proteção Social Básica (PSB) e os de Proteção Social Especial (PSE). A PSB tem como objetivo a prevenção das situações de risco e agravos de vulnerabilidades sociais, atuando com as famílias em seus territórios através do fortalecimento de vínculos comunitários. A PSE é direcionado as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por situação de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, de trabalho infantil, entre outras violação de direitos. Os principais equipamentos que compõem o exercício da Assistência Social são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (Brasil, 2009).

A proposta de atendimento psicossocial em saúde mental, como evidenciado nas estratégias e serviços apresentados, não traz em nenhum dos eixos destacados a importância do diagnóstico nosográfico, da classificação, da identificação para o atendimento. No entanto, como temos discutido no início deste capítulo, o sofrimento psíquico tem sido lido, predominantemente, desde o prisma dos transtornos. Deste modo, é nítido que há uma

considerável contradição entre as políticas públicas e a forma com que os serviços de saúde e educação têm sido desenvolvidos no real. As políticas de atenção psicossocial estão inseridas na sociedade e são atravessadas pelos interesses histórico-objetivos dominantes presentes no modelo de produção e reprodução da vida. A massificação e precarização das condições de trabalho, a abertura ao retorno do modelo manicomial, e de vida de modo geral, atinge de maneira concreta todos os trabalhadores dos serviços que estão vinculados à atenção psicossocial de crianças e adolescentes. Vale dizer que o modelo manicomial também é um processo ideológico presente na patologização. Como apresenta Amarante & Nunes - ao argumentarem acerca dos desafios frente aos retrocessos da política nacional de saúde mental - “os ventos sopram para o passado” (2018, p. 2072). Soma-se ainda refletirmos com a síntese de Cervo & Silva (2014, p. 451), que diz “O lugar da saúde mental neste contexto é sempre equilibrista, daí a necessidade de estarmos sempre colocando nossa prática em análise – o que eu faço; como faço; para que faço? – numa tentativa de resistir à cristalização de práticas adaptativas e assujeitadoras.”

Nesse sentido, considera-se que refletir de modo intencional os problemas postos ao atendimento de adolescentes pode criar subsídios para fortalecer a efetividade de uma atenção psicossocial sobre o sofrimento e adoecimento psíquico; assim estabelecendo uma perspectiva que se distancie da ideologia patologizante de cuidado e de compreensão do desenvolvimento do adolescente. Como meio instrumental para compreensão do sofrimento e do adoecimento psíquico na adolescência, e perspectiva fortalecedora da dinâmica psicossocial acerca do cuidado, apresentaremos algumas reflexões sobre os meios alternativos à patologização da adolescência.

3.4 Reflexões sobre alternativas à patologização da adolescência

Este tópico, que encerra o terceiro e último capítulo da presente pesquisa, tem por finalidade apresentar os enlaces entre algumas alternativas de minimização e superação dos processos de patologização da adolescência como expressões de violência.

Considera-se que a patopsicologia e a Psicologia Histórico-Cultural, no contexto de reflexões contrárias à patologização, possuem amplos caminhos argumentativos que conduzem a diferentes contribuições para compreensão do sofrimento e adoecimento psíquico. Em vista disso, não cabe aos objetivos atuais discorrer ou esgotar a complexidade histórica da patopsicologia, todavia partiremos de seus nexos.

Para que a discussão seja iniciada, é necessário contextualizar que a patopsicologia pode ser definida como uma disciplina da Psicologia que se ocupa da investigação dos processos de adoecimento psíquico desde as leis do desenvolvimento do psiquismo (Silva, 2022). Dentre os fundamentos da psicopatologia, segundo Zeigarnik (1981), ela está ancorada na psicologia materialista, e demarca que os processos psíquicos são constituídos a partir da atividade durante a vida, e não como capacidades inatas. É necessário retomar a passagem de Vigotski (2021), que tem guiado a concepção de todo aspecto do desenvolvimento discutidos até o presente,

Podemos formular a lei genética geral do desenvolvimento cultural como se segue: todas as funções no desenvolvimento cultural da criança aparecem em dois estágios, em dois planos, primeiro o social e depois o psicológico; primeiro entre as pessoas como categoria interpsicológica, depois interna à criança, como categoria intrapsicológica. . . . É justo considerar a tese apresentada como uma lei, mas é compreensível que a transição do exterior para o interior transforme o próprio processo, mude sua estrutura e sua função. (p. 200)

A insistência em reivindicar o caráter inter-intra psicológico reside em assentar que a atividade é um processo inicialmente externo e apenas depois interno, como função psíquica e personalidade. A patopsicologia compreende, através de sua investigação, que os processos de desintegração do psiquismo, isto é, as alterações na formação da personalidade, são oriundas modificações das necessidades, da hierarquia dos motivos, das alterações nas formas de pensamento, percepção, memória e o surgimento de necessidades e motivos patológicos, como expressões do adoecimento (Silva, 2022).

Sobre os processos de adoecimento do psiquismo e da personalidade, Zeigarnik (1981) apresenta que quando pensamos sobre uma pessoa é notório que seus comportamentos sejam relacionados com a estrutura de sua personalidade, e deste modo, com as suas necessidades e o conteúdo destas, os motivos, as particularidades emocionais e, como destaque, seu círculo de interesses. No processo de adoecimento, e podemos falar da modificação patológica da personalidade, ocorre alterações que diminuem os interesses, assim como o conteúdo das necessidades, de modo que passa a existir uma indiferença frente ao que antes produzia interesse, e também quando há uma mudança de atitude consigo mesmo e com o mundo que o circunda (Zeigarnik, 1981).

Se trouxermos esses aspectos para refletir o sofrimento e adoecimento na adolescência, devemos ter em vista que parte da estrutura da personalidade está em processos formativos, e os interesses estão se transformando qualitativamente, como exposto no capítulo anterior. O adoecimento psíquico na adolescência altera a estrutura constitutiva da personalidade, podemos dizer que o indivíduo passa a se desenvolver consigo mesmo, com o outro e com o mundo ao

seu redor, com base em motivos e interesses estreitos, os quais os conteúdos podem ser patológicos.

A adolescência é o período em que a autoavaliação está sendo acentuada, de modo que, neste período da vida, o indivíduo lida com uma contradição: o que foi constituído de como autoavaliação e a opinião dos demais (Zeigarnik, 1981). Segundo Silva (2021), a “autoavaliação é uma construção social que depende de forma bastante significativa da maneira como o outro avalia o indivíduo” (p. 239). Nessa toada, as alterações na consciência, isto é, da compreensão sobre si e a relações com o outro, de acordo com Zeigarnik (1981), ao citar o filósofo e psiquiatra alemão Karl Jaspers, apresentam-se desde 1) desorientação quanto ao tempo, lugar e situação; 2) ausência de uma percepção clara sobre o meio; 3) distintos níveis de incoerência do pensamento e 4) dificuldade em recordar os acontecimentos e os fenômenos dolorosos.

Mencionamos acima sobre as alterações da personalidade, de acordo com Zeigarnik (1981), elas podem ser divididas em duas situações, seja da formação de uma necessidade patologicamente modificada, e a outra da alteração da hierarquia dos motivos (Silva, 2022). O conteúdo da necessidade modificada pode ser compreendida como necessidades imediatas, que não possuem conexão com os motivos amplos, tornando a atividade mais impulsiva e organizada pelas emoções (Zeigarnik, 1981; Silva, 2022). A alteração na hierarquia dos motivos significa a perda da organização da atividade humana, que também passa a ser impulsiva, alterando o caráter dos sentidos e também da formação dos significados. Deste modo, Silva (2022) apresenta que “A ausência de um sentido significativo para o indivíduo leva-o a comportamentos espontâneos, pobres em mediações.” (p. 139). As referidas alterações nos processos de adoecimento psíquico, segundo Zeigarnik (1981), podem ocorrer através da desintegração do psiquismo. Silva (2022), apresenta que, por meio das indicações de Zeigarnik e de seus colaboradores, a outra forma de alteração consiste na desorganização dos processos psicológicos.

Os aspectos acima introduzidos fazem parte de um arcabouço vasto da compreensão do adoecimento psíquico, desde as modificações expressas nos comportamentos - entendidas tradicionalmente como sintomas - até a raiz das alterações próprias da consciência, do pensamento e da personalidade do indivíduo. Compreender essas interrelações funcionais desvela a determinação processual do sofrimento e do adoecimento psíquico, como oriundas da atividade do indivíduo. Dentro de nossa análise, entendemos que, assim como sugerimos que o sofrimento e o adoecimento são momentos distintos, a desorganização psíquica e a desintegração também o são. Essa compreensão necessita de estudos futuros, mas o que em

suma se apreende deste processo é que o sofrimento antecede o adoecimento psíquico, mas não fatalmente representa o seu vir a ser. O que vemos, em comum intervenção, é o tratamento despendido ao sofrimento como patológico. Em vista disso, propõe-se uma breve síntese:

Tabela 4 - Síntese da relação entre sofrimento psíquico, patologização e adoecimento psíquico

Sufrimento psíquico	Patologização	Adoecimento psíquico
Expressões envoltas a autorrealização do indivíduo por meio de sua atividade vital. Seja por meio da identificação dos entraves para a satisfação de suas necessidades, assim como pela experiência de determinadas emoções atreladas a sentidos de uma dada vivência.	Processo de naturalização, biologizante e medicalizante de aspectos da personalidade e do sofrimento psíquico, por meio de uma compreensão de individualidade isolada. De forma ideológica demonstra-se como violência (patologização-ideologia-violência).	Agudização e complexificação do sofrimento psíquico. Com expressões de alterações na dinâmica da personalidade e da atividade, por meio de suas necessidades e motivos, com modificações nos sentidos e nas significações da autorrealização.

Fonte: a autora.

Na adolescência nos parece fundamental retomar a premissa de que o processo de aprendizagem e desenvolvimento permanecem em movimento - assim como no período da vida como um todo -, há algumas características que são potencializadas. De modo que a educação está relacionada à formação da personalidade, tendo em vista que essa constitui os processos de formação dos sentidos e dos significados do indivíduo, a educação, por sua vez, possui um papel de destaque no modo que os indivíduos enfrentam o sofrimento (Filho, 2022).

Como alternativa à patologização da adolescência, a patopsicologia auxilia nos processos de desvelar a pessoa e sua história, para além de qualquer sintoma ou característica de sofrimento e ou adoecimento. Evidenciando que o centro da realização da vida humana é através de sua atividade, como meios pelos quais os indivíduos intervêm sobre o outro e sobre si, destacando a natureza do ser social. Em síntese, Silva (2022) apresenta que:

Os aspectos biológicos são uma das condições para o desenvolvimento psicológico, mas não são os únicos. É por eles que as características ontogenéticas são apropriadas, e são estas últimas que possibilitam o desenvolvimento humano com as suas peculiaridades. Desse modo, mesmo que uma patologia tenha sua causalidade num aspecto biológico, como uma lesão

cerebral, um processo degenerativo ou uma determinação genética, as possibilidades de compensação desta são possíveis, estão postas na condição biológica, mas só podem ocorrer pelo processo ontogenético. Desse modo, compreender as peculiaridades das características pela internalização dos processos culturais que promovem o desenvolvimento psicológico, mesmo numa condição de desorganização ou desintegração, é fundamental para que tal superação ocorra (p. 139)

Em vista disso, a compreensão exposta do trecho imprime um importante aspecto pelo qual deve-se engendrar a práxis psicossocial no fluxograma abordado no tópico anterior. Doravante, a práxis psicossocial que abordamos aqui, corresponde a ideia de unidade teórico-prática como realização da práxis. Essa relação de unidade se dá à medida que a primeira (teoria) possui um elo com a segunda (prática), uma vez que a prática é o fundamento da teoria, no entanto há uma independência entre as duas (Vázquez, 2011). No entanto, em uma relação de unidade, há também a teoria que não se debruça sobre uma prática já existente, ela impulsiona uma prática que ainda não existe ou que está no princípio de seu desenvolvimento.

A teoria é determinada, nesse caso, por uma prática da qual ainda não se pode nutrir efetivamente. Assim, o que significa essa determinação por algo que ainda não existe, ou que só existe de um modo ideal? É a determinação pelo que anteriormente chamamos fim, antecipação ideal do que, não existindo ainda, queremos que exista. (Vázquez, 2011, p. 259)

Nesse sentido, a dimensão de uma práxis psicossocial renova as possibilidades de atuação diante à adolescência. Para isso, propomos como uma das alternativas, retomando a discussão de atenção psicossocial, a dinâmica de ampliação das discussões que podemos chamar de “antipatologizantes” em um âmbito de Rede de Proteção. A rede pode ser definida como uma ferramenta das políticas públicas que incorpora os conhecimentos de áreas distintas com a participação dos trabalhadores de diferentes instituições com o objetivo comum de proteger os direitos das crianças e adolescentes, tendo como norteadores a integração e articulação (Brasil, 2014). A incorporação dos serviços de atenção psicossocial pela perspectiva da rede não é algo inédito, mas refletir a respeito desse fortalecimento em relação à adolescência tem um objetivo distinto, qual seja, a não centralização dos serviços de saúde como protagonistas nos processos de sofrimento psíquico dos adolescentes. Vale mencionar que atuar em uma dimensão da práxis psicossocial integrada consiste, para essa análise, uma alternativa humanizadora, em que as contradições presentes neste período da vida não serão tratadas desde a individualidade isolada.

Deste modo, entendemos que as alternativas contrárias à patologização da adolescência não se esgotam nessas reflexões tecidas até aqui. Compreende-se que a oposição à

patologização da adolescência não é um simples ato verbal, revela necessidade de ter pontos de partida. Como síntese, apresentamos que o primeiro, a que nos dedicamos desde o início deste trabalho, é a dinâmica presente no interior do contexto patologização-ideologia-violência. Cabe, em uma postura ativa, o reconhecimento reflexivo e autocrítico de que espaço na organização da violência como ideologia se localiza determinada práxis patologizante. O segundo diz sobre a concepção acerca do desenvolvimento humano em geral, e do período da adolescência em específico, tendo em vista a indissociabilidade da unidade indivíduo-sociedade, considerando os processos que são intensificados na adolescência e o caráter social da formação da personalidade. O terceiro diz sobre a leitura não patologizante do sofrimento psíquico na adolescência, bem como a diferenciação do sofrimento e o adoecimento, como momentos distintos, mas que se interconectam a depender das possibilidades postas no contexto da vivência do sofrimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trilhar um caminho desde a perspectiva psicossocial, alçado nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, para deixar evidente as imbricações envolvidas no processo de patologização da adolescência, desde a relação: patologização-ideologia-violência. Partir da discussão da violência e da ideologia condiz com o que diante das expressões da patologização, nos pareceu mais evidente no contexto da adolescência.

O fenômeno da patologização e da medicalização são campos de estudos com diversos eixos e especificidades, em que pesquisadores desenvolveram e contribuíram com trabalhos de ensino-pesquisa-extensão. No entanto, vemos que há uma predominância das pesquisas que se debruçam com foco a discorrer sobre os impactos da medicalização da infância, dos processos de ensino-aprendizagem e da medicalização da vida. Este ponto já se demonstra como uma necessidade de dar destaque para a adolescência no contexto da patologização, considerando que ela não está entre as particularidades mais estudadas sobre o tema.

A patologização, de modo geral, se apresenta de modo direto, pela medicalização, com ênfase nas expressões da intensidade dos “tratamentos” farmacológicos, assim como no desenvolvimento de formas daquilo que não é doença. De modo indireto, compreendemos que ela conduz a forma em que se compreende e atua sobre os aspectos relacionados ao sofrimento e o adoecimento psíquico. Sobre os referidos modos, compreendemos que eles são efetivados desde as artimanhas da violência, pois consiste em individualizar e naturalizar questões de ordem coletiva e social e, para além disso, transformá-las em doenças (Moysés & Collares, 2020).

O estabelecimento da padronização do normal e do patológico se distancia da primazia de se ocupar dos agravos do sofrimento como adoecimento psíquico, para se ocupar de calcular no sofrimento o que é funcional ou disfuncional no âmbito da garantia das normas sociais dominantes. Nessa condição, visualizamos o caráter instrumental da patologização como violência. Retomamos que a violência instrumental é aquela em que constitui a estrutura formal do ato, e tem como objetivo os desdobramentos, os efeitos do ato e não ele em si mesmo (Martín-Baró, 2003). O caráter pessoal da patologização como violência é um aspecto caro e delicado a ser desdobrado, pois consiste em camadas que se inter cruzam na unidade indivíduo-sociedade. Pois, compreender sobre os indivíduos trabalhadores, mais próximos ou distantes, da perpetração dos processos de patologização, toca desde a formação ético-profissional até às

condições de trabalho imputadas a eles, e que muitas vezes podem pender a uma culpabilização reducionista, como se estivessem isentos das determinações histórico-sociais.

O contexto possibilitador da patologização é amplo e situacional, uma vez que a patologização justifica outras violações, como causas individuais e problemas oriundos de riscos da forma de vida do indivíduo, singularmente. Outrossim, se aplica como situacional para “resolver” problemas sociais, afinal há uma maquiagem das contradições produzidas pelo capital. Já o fundo ideológico da violência enquanto patologização corresponde às diferentes vias pelas quais são expressas e realizadas, desde as perspectivas de desenvolvimento humano, de sofrimento e adoecimento, de cuidado etc. O cenário político-social também é fomentador da patologização.

Em relação à adolescência, vemos que há compreensão de que este é um período natural ao desenvolvimento humano, e de que as características da personalidade, os interesses e os motivos são vistos desde uma ótica predominantemente biologicista. Deste modo, abordá-la desde sua natureza histórico-social, é uma das vias, mesmo que inicialmente, para contestar parte dos meios em que a patologização se realiza.

Logo, os prejuízos em se naturalizar o desenvolvimento são múltiplos, mas na adolescência, ou com os adolescentes, esse processo fica camuflado, através do que chamamos de duplo caráter da patologização. Pois esses subtraídos de suas histórias, para serem tratados de forma culpabilizante, como se houvesse uma responsabilidade total do adolescente diante o seu contexto, sofrimento e adoecimento psíquico. Nesse sentido, a patologização da adolescência se revela como um processo de violência mediado pela ideologia. Pois passa-se a tratar como anormal condições que são pertinentes a este período da vida.

A patologização passa a imperar não só sobre a ótica do outro (sociedade em geral), mas sobre o próprio adolescente, que constrói a consciência de si e de seu sofrimento psíquico sob a base de uma classificação, e de todas as intervenções, tratamentos, cuidados derivados dela que dão luz à esse aspecto. Nesse sentido, Leontiev (2021), ao falar da dinâmica de formação da consciência a partir da construção do sentido pessoal e dos significados, apresenta que

Uma análise mais detida de tal transformação dos sentidos pessoais em significados adequados (mais adequados) mostra que ela ocorre no contexto da luta pela consciência que ocorre na sociedade. Com isso quero dizer que o indivíduo não apenas “está” diante de uma “vitrine” que mostra significados, entre os quais lhe resta apenas escolher, que esses significados - representações, conceitos, ideias - não esperam passivamente sua escolha, mas irrompem energeticamente em suas relações com as pessoas que formam o círculo de seus contatos reais. Se o indivíduo, em determinadas circunstâncias de vida,

é obrigado a escolher, essa escolha não é entre significados, mas entre posições sociais conflitantes, que se expressam e são reconhecidas por meio desses significados (Leontiev, 2021, p. 174)

Inversamente ao que se pressupõe, que os processos de patologização da adolescência são restritos e exclusivos aos campos da saúde como fins em si mesmos, a dinâmica patologização-violência-adolescência se revela de maneira extensa, transformando em uma mediação das relações posta na “vitrine” dos significados.

Entender o sofrimento psíquico no interior do movimento da atividade de produção da vida (Filho, 2022), organiza não só o modelo de compreensão dos processos de sofrimento, como garante que ele não seja antecipado como adoecimento, e por assim dizer, não seja tratado predominantemente desde uma perspectiva da saúde. O adoecimento psíquico, por ser um “adoecimento”, não possui o aval para ser compreendido exclusivamente como algo de natureza orgânica. Pois do sofrimento ao adoecimento psíquico, mantém-se a determinação social de sua constituição.

Nesse elo, apresentamos uma breve reflexão sobre a autolesão não suicida (ALNS) na adolescência. Neste momento da discussão, abordamos que essa expressão do sofrimento e adoecimento desde os critérios dos riscos e da tendência de agravamento para a tentativa de suicídio. Os riscos são entendidos como próprios do adolescente, e não evidenciados na toada de vulnerabilidades sociais e econômicas a que eles estão expostos, como apresentado na discussão do capítulo. Assim, reconhecemos que “considerar” os aspectos ditos sociais muitas vezes são tratados como acessórios, ou somados aos demais critérios, sem estabelecer uma hierarquia na organização de compreensão do sofrimento do indivíduo. Desse modo, os critérios de risco não produzem estratégias que contemplem mudanças na sociedade, na cultura. As intervenções são restritas ao “acompanhamento” do adolescente.

Há, nessa restrição ou redução das estratégias, o fundo ideológico que se revela inclusive no emaranhado do fluxo de atendimento brevemente apresentado. A atenção psicossocial tem sido restrita aos serviços de saúde, e recebido demandas que ainda não tornaram-se adoecimento psíquico. Os demais espaços que atendem adolescentes, com destaque para a educação e os equipamentos da assistência social, possuem escassos meios ativos e organizados que apreendem as necessidades concretas desse período do desenvolvimento, que transcendam o que é oriundo aos temas de “desenvolvimento da sexualidade”, “prevenção às drogas” e “preparo para o mercado de trabalho/empreendedorismo”.

Nesse sentido, consideramos que há necessidade de conhecer os adolescentes nas suas demandas coletivas, como período da vida, assim como na singularidade de cada história. E a partir disso potencializar o desenvolvimento de novas necessidades e a instrumentalização para viver as contradições presentes na própria vida e do sofrimento. Revelamos também como uma síntese que a patologização guarda a inexistência da realização do vir a ser adolescente na sociedade: o que antes era normal, hoje não é aceito, não há espaço de ser vivenciado, virou patológico.

Ao apresentar os dados de um prontuário da atenção básica do atendimento de adolescentes, Silva et al. (2022b) informa que “Das queixas trazidas pelos responsáveis, observou-se maior frequência de relatos sobre o comportamento do adolescente, problemas na aprendizagem escolar e conflitos familiares, dificuldades no relacionamento interpessoal, dificuldade de respeitar limites, enurese noturna e comportamentos “ingênuos”. (p. 64037) Compreendemos que os encaminhamentos não consistem unicamente nas queixas citadas na passagem, mas este é um exemplo concreto de como situações como estas estão, intensivamente, sendo tratadas como problemas de saúde e individualizadas.

É urgente revelar que a depender do “tratamento” proposto ao cenário, este pode criar uma demanda inexistente, potencializar a existência do sofrimento psíquico e seu agravamento para o adoecimento. Nesse sentido, emprestamos dois relatos presentes na pesquisa de Silva et al. (2022b), que expressa o movimento da patologização

Criança refere que os remédios dão sono. Conta que um dia estava jogando cartas com os colegas no projeto e “babou”. Relata que os colegas ficaram dando risadas (chora ao contar) . . . Mãe refere que a criança é muito ingênua para idade e não percebe quando estão fazendo mal para ela. Conta que a criança acha que todos são amigos dela e não percebe maldade nas coisas. Mãe refere que não sabe se defender. (E1, 12 anos, medicada com Depakene)”. . . Avó e a mãe referem que a neta é muito fechada e não diz o que sente... e o problema é de comportamento, não aceita regras e limites. (E7, 12 anos, uso de fluoxetina) (p. 64039)

Esses registros consistem no período de início da adolescência, pois ambas têm 12 anos. Não cabe a nós antecipar as implicações existentes nessas experiências, entretanto, suas histórias de vida, seus desenvolvimentos e constituição são marcadas pela violência da patologização. Salientamos que a ideia de que o indivíduo “é muito ingênuo” ou “é muito fechado”, encobre o processo de desenvolvimento, de transição, e de formação da personalidade. O processo de medicalização também é evidenciado nos relatos, demonstrando a dinâmica ideológica da transformação de demandas sociais da vida, sendo reduzidas e tratadas como problemas orgânicos.

Em síntese, ao passo em que a presente dissertação foi desenvolvida, encontramos mais perguntas e necessidades de continuidade de estudo frente às preocupações teórico-práticas expostas nestas linhas. Nos afastamos, até este momento do trabalho, de postulados e conclusões que encerram o debate. Consideramos como necessidades e possibilidades futuras de contribuições os seguintes pontos: o estudo da patopsicologia e seus experimentos para o processo de avaliação do adoecimento psíquico de adolescentes, como alternativa frente aos critérios patologizantes; refletimos que se apresenta como profícua a realização de formações com a Rede de Proteção e a coletivização da discussão da patologização como violência ideológica no cenário da adolescência, para a formação de estratégias coletivas de minimização e superação. Assim como consideramos a necessidade da ampla compreensão da adolescência como período histórico-social do desenvolvimento humano, desde a unidade indivíduo-sociedade, para uma leitura do sofrimento psíquico.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. R. & Gomes, R. M. (2014). Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Nuances: estudos sobre educação*, 25 (1), 155-175.
- Almeida, M. R. (2018) *A formação social dos transtornos do humor*. 2018. 415 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2018.
- Amaral, L. H. & Caponi, S. (2020) Novas abordagens em psiquiatria no século XXI: a escola como locus de prevenção e promoção em saúde mental. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15 (5), 2820-2836. doi: 10.21723/riaee.v15iesp5.14560
- Amarante, P. & Nunes, M. O. (2018). A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23 (6), 2067-2074. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5th ed. Porto Alegre: Artmed.
- Anjos, E. R. & Duarte, N. (2017). Adolescência inicial: comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos. In: Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. *Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento do Psiquismo: do nascimento à velhice* (pp. 195 à 220). Campinas: Autores Associados.
- Avanci, J. Q. et al. (2023). *Comportamento suicida e autolesão na infância e adolescência: conversando com profissionais sobre formas de prevenção*. Rio de Janeiro: Faperj. Recuperado de: <https://informe.ensp.fiocruz.br/assets/anexos/973b06f9987ab9a1bc6f17ef51151f0d.PDF>
- Azevedo, A. E. B. I. et al. (2019). Autolesão na adolescência: como avaliar e tratar. *Sociedade Brasileira de Pediatria*, 12, 1-8.
- Bahia, A. C. et al. (2018). *Lesões autoprovocadas na infância e adolescência: um estudo das notificações no Brasil*. Trabalho apresentado em Anais do 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
- Boarini, M. L., & Borges, R. F. (1998). Demanda infantil por serviços de saúde mental: Sinal de crise. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 83-108.
- Bock, A. M. B. (2010). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. (2009). *Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004*. Brasília, DF: MDS.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2014). *Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_us.pdf

- Brasil. (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado Federal.
- Brech, B. (2000) Poemas 1913-1953. Seleção e tradução de Paulo Cesar de Souza. 5. Ed. São Paulo: Ed.34.
- Caponi, S. & Lima, A. C. C. (2011). A força-tarefa da psiquiatria do desenvolvimento. *Physis*, 21 (4), 1315-1330. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400009>
- Caponi, S. (2018) Dispositivos de segurança, psiquiatria e prevenção da criminalidade: o TOD e a noção de criança perigosa. *Saúde Sociedade*, 27 (2), p. 298-310. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180146>
- Caponi, S. (2020) A psicofarmacologização da infância e o modelo de ação da droga centrada na doença. *Política & Sociedade*, 19 (46), 204-241. doi: 10.5007/2175-7984.2020.e74538
- Carvalho, B. P. (2018). *Antoine Destutt de Tracy: o “pai” do termo ideologia (artigo)*. In: Café História – história feita com cliques. Recuperado de <https://www.cafehistoria.com.br/o-pai-do-termo-ideologia/>
- Cerqueira, D. & Bueno, S. (2023). *Atlas da violência*. Brasília: Ipea.
- Cervo, M. R. & Silva, R. N. A (2014) Um olhar sobre a patologização da infância a partir do CAPSi. *Revista Subjetividades*, 14 (3), 442-452.
- Costa, G. M. (2006). Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. *Revista Urutágua*, 9, 1-13.
- Costa, G. M. (2012). *Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Davídov, V. V. (1988). *La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico*. Moscú: Editorial Progreso.
- Delari-Jr., A. (2013). *Vigotski: consciência linguagem e subjetividade*. São Paulo: Alínea.
- Eagleton, T. *Ideologia*. São Paulo: Unesp, 1997.
- Elia, J. (2023). Visão geral dos transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes. *Manual MSD*. Recuperado de <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/transtornos-psiqui%C3%A1tricos-em-crian%C3%A7as-e-adolescentes/vis%C3%A3o-geral-dos-transtornos-psiqui%C3%A1tricos-em-crian%C3%A7as-e-adolescentes>
- Elkonin, D. B. (2017) Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância. In: Longarezi, A. M.; Puentes, V. R. (org). *Ensino desenvolvimental: antologia livro I* (pp. 149-172). Uberlândia, MG: EDUFU.

- Filho, A. M. Humanização e sofrimento psicológico no processo educativo: Integração e desintegração da personalidade. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 17 (1), 627-642. doi: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.1.16313>
- Fonseca, R. M. (2019, julho 7). *Abordagem psicossocial e a práxis na Assistência Social*. Julho [Blog]. Recuperado de <https://psicologianosuas.com/2019/07/07/abordagem-psicossocial-e-a-praxis-na-assistencia-social/>
- Grossman, E. (2010). A construção do conceito de adolescência no ocidente. *Adolescência & Saúde*, 7 (3), 47-51.
- Iasi, M. (2011). *Ensaio sobre a consciência*. São Paulo: Expressão Popular.
- Leal, Z. F. R. (2016). *Adolescência, educação escolar e constituição da consciência: um estudo sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural*. Maringá: EDUEM.
- Leal, Z. F. R. G., & Mascagna, G. C. (2017). Adolescência: Trabalho, educação e formação omnilateral. In L. M. Martins, A. A. Abrantes, & M. G. D Facci. (Orgs.), *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: Do nascimento à velhice* (pp. 221-237). Campinas: Autores Associados.
- Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017*. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm
- Lei n. 13.819, de 26 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13819.htm
- Lemos, C. O. (2008). Crianças e adolescentes: a constituição de novos sujeitos de direitos. In: Dantas, B. et al. (Orgs.). *Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois* (pp. 493-543). Brasília: Senado, Instituto Legislativo Brasileiro.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte universitário.
- Leontiev, A. N. (2017). As necessidades e os motivos da atividade. In: Longarezi, A. M. & Valdés, R. P. *Antologia: livro I* (pp. 39-58). Uberlândia: EDUFU.
- Leontiev, A. N. (2021). *Atividade, consciência e personalidade*. São Paulo: Mireveja.
- Lewontin, R. C. (2010). *Biologia como ideologia: a doutrina do DNA*. Ribeirão Preto-SP: FUNPEC.
- Levins, R. & Lewontin, R. C. (2022). *Dialética da Biologia: Ensaio marxistas sobre ecologia, agricultura e saúde*. São Paulo: Expressão Popular.

- Lima, A. C. C. & Caponi, S. N. C. (2011). A força-tarefa da psiquiatria do desenvolvimento. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 21 (4), 1315-1330.
- Lukács, G. (2010). *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2018). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Martín-Baró, I. (2003). *Poder, ideologia y violencia*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martins, K. O. & Lacerda, F. J. (2014). A contribuição de Martín-Baró para o Estudo da Violência: uma apresentação. *Psicologia Política*, 14 (31), 569-589.
- Martins, L. M. (2015). *O desenvolvimento do psiquismo*. Campinas: Autores Associados.
- Martins, L. M. (2018). O sofrimento e/ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. *Cadernos Cemarx*, 11, 127-144.
- Martins, L. M. (2020). O que é psicologia concreta: contribuições de Lev. S. Vigotski. *Integração em Psicologia*, 24 (3), 340-345.
- Martins, L. M. & Carvalho, B. (2016). A atividade humana como unidade afetivo-cognitiva: um enfoque histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 21 (4), 699-710.
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da economia política Livro I*. São Paulo: Boitempo. Trabalho original publicado em 1867.
- Meira, M. E. M. (2012). Para uma crítica da medicalização na educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16 (1), 135-142.
- Meira, M. E. M. (2009). A medicalização e a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia e Políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Mesa-redonda realizada XV Encontro Nacional da ABRAPSO, Maceió. 1-8. Recuperado de https://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=342&Itemid=96
- Melo, L. C. B. et al. (2024). O conceito de crise na adolescência segundo a psicologia histórico cultural. *Brazilian Journal of Health Review*, 7 (2), 01-19. doi: 10.34119/bjhrv7n2-015.
- Mészáros, I. (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo.

- Mészáros, I. (2009). *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo.
- Moysés, M. A. A. & Collares, C. A. L. (2020). Novos modos de vigiar, novos modos de punir: A patologização da vida. *Educação, Sociedade e Culturas*, (57), 31-44. doi: <https://doi.org/10.34626/esc.vi57.11>
- Netto, N. B. (2007). *Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético*. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social) - Pós-graduação em Psicologia Social - PUC/São Paulo.
- Netto, N. B. & Souza, T. M. (2015). Adolescência educação e suicídio: uma análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural. *Nuances Estudos sobre Educação*, 26 (1), 163-195. doi: [10.14572/nuances.v26i1.3825](https://doi.org/10.14572/nuances.v26i1.3825)
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2018). *Ação Global Acelerada para a Saúde de Adolescentes (AA-HA!): guia de orientação para apoiar a Implementação pelos países*. doi: <https://doi.org/10.37774/9789275719985>
- Pasqualini, J. (2017). A teoria histórico-cultural da periodização do desenvolvimento psíquico como expressão do método materialista dialético. In: Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. *Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento do Psiquismo: do nascimento à velhice* (pp. 195 à 220). Campinas: Autores Associados.
- Pino, A. (2007). Violência educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educação & Sociedade*, 28 (100), 763-785.
- Portaria MS/GM nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Rezende, J. M. (2007). Patologia como sinônimo de doença. *Revista de Patologia Tropical*. 36 (1), 101-102.
- Sève, L. (1979). *Marxismo e a teoria da personalidade*. Portugal: Horizonte Universitário.
- Silva, C. R. (2017). *Análise da dinâmica de formação do caráter e a produção da queixa escolar na educação infantil: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. (Tese de doutorado em Educação Escolar) - Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.
- Silva, F. G. (2022). *Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética*. Curitiba: Appris.
- Silva, A. C., Santos, J. C. P. & Vedana, K. G. (2022a). *Autolesão não suicida: assistência e promoção em saúde mental*. Ribeirão Preto, SP: Centro de Apoio Editorial da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

- Silva, T. Faria, M. & Cardoso, M. (2022b). Estamos patologizando as vulnerabilidades dos adolescentes? Uma pergunta a ser considerada pela atenção básica. *Brazilian Journal of Development*, 8 (9), 64032-64044. doi:8. 64032-64045. 10.34117/bjdv8n9-242.
- Shuare, M. O. (2016). *A Psicologia Soviética: meu olhar*. São Paulo: Terracota.
- Spazziani, M. L. (2001). A saúde na escola: da Medicalização à perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. *Educação Temática Digital*, 3(1), 41-62. doi: <https://doi.org/10.20396/etd.v3i1.680>
- Rezende, J. M. (2007). Patologia como sinônimo de doença. *Revista de Patologia Tropical*, 36 (1), 101-102. doi: 10.5216/rpt.v36i1.1825
- Tavares, V. (2022, abril 7). *Saúde Mental: Especialistas Falam Sobre Os Desafios No Cuidado de Jovens e Adolescentes*. Recuperado de portal.fiocruz.br/noticia/saude-mental-especialistas-falam-sobre-os-desafios-no-cuidado-de-jovens-e-adolescentes.
- Vázquez, A. S. (2011). *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular.
- Vigotski, L. S. (1999). *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscritos de 1929. *Educação & Sociedade*, 21 (71), 21-44.
- Vigotski, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2021). *A história do desenvolvimento das funções mentais superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotski, L. S. (2006). *Obras Escogidas IV: Psicología infantil*. Madrid: A. Machado Libro S.A.
- Vygotski, L. S. (2017). *Obras Escogidas VI: Herencia científica*. Madrid: Machado Libros.
- Zeigarnik, B. (1981). *Psicopatologia*. Madri: Akal.